
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos acionistas,

Desde a nossa criação, temos uma cultura muito sólida, que é centrada nas pessoas. Nossa cultura sempre foi muito consistente e, desde 2020, vem passando por uma profunda transformação. Adotamos a escuta ativa em nosso ecossistema, com mais colaboração interna e externa e visão de longo prazo, cada vez mais, criando um futuro com mais razões para brindar. Em 2022, entregamos mais um ano de solidez estratégica, operacional, cultural e financeira, que levou a um crescimento orgânico da receita líquida de 19,8%, impulsionado por uma melhoria consistente do resultado no Brasil, apesar de uma performance aquém da desejada em nossas operações internacionais, que foram impactadas por um ambiente operacional e macroeconômico mais desafiador e com índices de inflação elevados.

Ainda assim, mantivemos o *momentum* comercial, entregando as nossas ambições para o ano: o EBITDA ajustado consolidado cresceu 17,1%, acelerando contra o crescimento de 2021 apesar das pressões de custo advindas principalmente do aumento de preço das commodities agrícolas e metálicas. Também tivemos um bom segundo semestre, nos posicionando para o começo de 2023.

Fomos a empresa brasileira mais premiada no Festival de Criatividade de Cannes, com leões para todas as nossas categorias de bebidas: Brahma e Budweiser para cerveja; Guaraná Antarctica para não alcoólicos; e Mike's Hard Lemonade para *Beyond Beer*. No Brasil, o volume de vendas de cerveja no país cresceu 3,5% no ano. Nossas marcas premium lideraram o crescimento de volume, e nossas marcas core e core plus seguem resilientes, com destaque para o desempenho da nossa cerveja Spaten. Além disso, o retorno das ocasiões de consumo no canal on-trade, as inovações realizadas ao longo do ano tanto em cerveja quanto em *Beyond Beer*, e a consolidação das nossas plataformas digitais contribuíram para o nosso resultado.

Mais de 90% dos nossos clientes agora utilizam o BEES - nossa plataforma B2B (*Business-to-Business*) - para realizarem pedidos e, destes, mais de 70% utilizam o BEES Marketplace para a compra de produtos não Ambev. O BEES Marketplace no Brasil quase triplicou o Volume Bruto de Mercadoria (ou "*Gross Merchandising Value*", GMV) versus o último ano, atendendo mais de 700 mil clientes com uma oferta de 500 SKUs e com mais de 80 parceiros aumentando também nosso NPS ("*Net Promoter Score*") com nossos clientes em 13%.

O Zé Delivery, nosso canal direto com o Consumidor ("*Direct-to-Consumer*", D2C) também evoluiu e já está disponível em mais de 350 cidades, abrangendo mais da metade da população brasileira, que pode pedir bebidas e outros produtos com preços competitivos. O Zé Delivery entregou 62 milhões de ordens em 2022, com GMV crescendo 13% versus 2021, e atingiu quase 5 milhões de Usuários Ativos Mensais (ou "*Monthly Active Users*", MAU). Já o BEES Bank, nossa instituição financeira de pagamentos, encerrou o ano com quase 50% a mais de contas abertas, quando comparado com 2021, suportando assim nossos clientes na gestão de seu fluxo de caixa.

A receita líquida por hectolitro cresceu quase 13,4%, graças a um portfólio com marcas mais saudáveis, ao lançamento de embalagens adequadas para ocasiões de consumo dos nossos consumidores e, às nossas iniciativas de *revenue management*.

Já no segmento de bebidas não alcoólicas, nosso volume cresceu 12,0% devido à boa performance das nossas marcas como H2OH!, Gatorade, Pepsi e Guaraná Antártica. Com a expansão do BEES, crescemos o número de compradores de NAB em 8% contra 2021, atingindo recorde histórico. Além disso, a receita líquida por hectolitro cresceu 19,8% graças ao mix de marcas e embalagens e iniciativas de *revenue management*.

Por outro lado, nossas operações internacionais tiveram um ano mais desafiador. Na América Latina Sul, o volume cresceu 1,7% comparado com 2021. A Bolívia segue se recuperando dos impactos da COVID-19, enquanto Argentina, Chile e Paraguai foram negativamente impactados por fatores macroeconômicos. Apesar disso, nosso portfólio *core plus* e *premium* continuaram a crescer no Chile, também como no Paraguai e na Bolívia e a expansão das nossas plataformas digitais continuam a progredir na Argentina e foram implementadas no Paraguai.

Na América Central e Caribe, o volume teve uma queda de 12,1% comparado com 2021. No primeiro semestre a região foi atingida pela falta de garrafas retornáveis e, no segundo semestre, impactada por uma inflação elevada que influenciou o consumo da região. Enfrentamos também limitações operacionais e logísticas no

terceiro trimestre, que começaram a ser resolvidas no decorrer do quarto trimestre, melhorando a margem EBITDA comparada ao trimestre anterior. E ainda assim, as marcas premium ganharam peso na maioria dos mercados, impulsionadas por Corona e Michelob Ultra.

O Canadá teve uma queda de volume de 2,8% decorrente do declínio da indústria após dois anos consecutivos de crescimento. Após COVID-19, crescemos participação nos segmentos *core* e *premium*, impulsionadas, respectivamente, pelos bons desempenhos de Bud Light e Stella Artois e Craft. A indústria de *Beyond Beer* também cresceu, embora abaixo das taxas de crescimento observadas em 2020 e 2021.

Como parte da nossa evolução cultural, fomos reconhecidos em premiações relacionadas à atração de talentos: 2º lugar na Pesquisa Carreira dos Sonhos da Cia de Talentos, 1º lugar no ranking geral da Pesquisa de Carreiras da Brasil Junior e 1º lugar na Pesquisa “*Most Desired Company*” no Empower Awards. E, em relação a diversidade, equidade e inclusão também evoluímos em 2022: 37% das nossas contratações de liderança foram de pessoas negras e 47% foram de mulheres, o que nos faz aumentar 1,4 e 2,0 pontos percentuais respectivamente a representatividade nesses segmentos, avançando inclusive numa velocidade à frente da curva estipulada pela ONU Mulheres para 2030.

Seguimos avançando também na nossa estratégia ESG, passando a ingressar na 18ª carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3) da Bolsa de Valores do Brasil, que reúne 69 ações, pertencentes a 27 setores diferentes. E, continuamos a acreditar que temos nosso papel econômico nas regiões onde operamos. Por exemplo, no Brasil, recolhemos R\$ 22,1 bilhões de impostos federais, estaduais e municipais, um aumento de mais 8% contra o ano anterior e empregamos diretamente cerca de 30 mil pessoas, além de mais 1 milhão de empregos indiretos e induzidos em toda a cadeia de valor (segundo pesquisa da FGV de 2019).

Assim, encerramos o ano de 2022 com uma companhia mais sólida, tanto do ponto de vista estratégico, quanto do ponto de vista econômico e financeiro, seguindo nossa estratégia de: (1) liderar e crescer a categoria, (2) digitalizar e monetizar nosso ecossistema e (3) otimizar nosso negócio. E, para o ano de 2023, seguiremos dedicados na melhoria da nossa performance financeira, mantendo o *momentum* do Brasil e recuperando as nossas operações internacionais, além de continuarmos na evolução estratégica e cultural da companhia baseada nos cinco pilares da nossa mandala, mantendo nossa ambição por um futuro com mais razões para brindar para atender aos nossos clientes e consumidores.



Victorio Carlos De Marchi
Copresidente do Conselho

Michel Dimitrios Doukeris
Copresidente do Conselho

Jean Jereissati
Diretor Presidente Executivo

VISÃO GERAL DA COMPANHIA

Atualmente, com operações em 18 países nas três Américas, somos líderes no mercado latino-americano. Nosso negócio consiste na produção e comercialização de cervejas, refrigerantes e outras bebidas não alcoólicas e não carbonatadas, e é agrupado em quatro zonas identificadas como segmentos reportáveis:

- Brasil, integrado pela produção e comercialização de cervejas, refrigerantes e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas;
- América Central e Caribe (“CAC”), integrada pelas nossas operações diretas na República Dominicana, Cuba, Saint Vincent, Dominica, Antígua, Guatemala (que também abastece El Salvador, Honduras e Nicarágua), Barbados e Panamá;
- América Latina Sul (“LAS”), integrada por nossas operações de cervejas, refrigerantes e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas na Argentina, Bolívia e Uruguai, além da produção e comercialização de cervejas no Chile e Paraguai; e
- Canadá, com a produção e comercialização de cervejas e um portfólio de marcas de bebidas mistas e cidras, incluindo exportações para os Estados Unidos da América.

As principais marcas da Companhia são Brahma, Brahma Duplo Malte, Antarctica, Bohemia, Skol, Original, Quilmes Clasica, Presidente, Paceaña, Pilsen, Labatt Blue, Alexander Keith’s, Kokanee, Guaraná Antarctica e Beats. Além disso, a Ambev é uma das maiores engarrafadoras independentes da PepsiCo no mundo. Produzimos, vendemos e distribuimos no Brasil e em outros países da América Latina produtos como Pepsi, H2OH!, Lipton Ice Tea e o isotônico Gatorade sob licença da PepsiCo. Temos também acordos com a Red Bull e outras companhias para distribuição de seu portfólio em alguns canais de vendas e regiões específicas no Brasil e outros mercados. Comercializamos, ainda, diversos produtos da Anheuser-Busch Inbev S.A./N.V. (“AB-InBev”), tais como Budweiser, Stella Artois, Corona, Spaten, Beck’s e Michelob Ultra.

SUSTENTABILIDADE

Produzir as melhores cervejas começa com os melhores ingredientes e, para tanto, precisamos de um meio ambiente sustentável e de comunidades prósperas. Por isso, a sustentabilidade se traduz em uma visão estratégica para criação de valor compartilhado de longo prazo alinhada a impacto socioambiental positivo e transformador, com uma gestão pautada pelo conceito ESG - *Environmental, Social and Governance*, com o compromisso de atuar colaborativamente com todos os nossos públicos.

Isso significa contribuir com todo o ecossistema que estamos inseridos. Para que possamos construir um futuro com mais razões para brindar, temos o compromisso de atuar colaborativamente com nossos públicos de abrangência, para que cresçam e se desenvolvam juntos conosco, de maneira sustentável e perene, alinhados em prioridades estratégicas com temas Naturais, Locais e Inclusivos.

O avanço da companhia nas pautas de sustentabilidade, além dos resultados de projetos e evolução de indicadores, veio também na forma de prêmios e reconhecimentos (FILASA – Finance and Law Summit Awards, como melhor departamento de ESG, Guia Exame Melhores ESG como destaque da categoria, entre outros), como em índices do mercado: a Ambev ingressou na 18ª carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3) da Bolsa de Valores do Brasil, que reúne 69 ações, de 69 companhias, pertencentes a 27 setores diferentes.

Dessa forma, queremos ir mais longe e gerar um impacto positivo em toda a sociedade. Todo esse movimento interage com nossos compromissos de sustentabilidade, lançadas em 2018, que devem ser atingidas até 2025, apresentadas a seguir, nos temas de Água, Agricultura Sustentável, Ação Climática, Embalagem Circular e Empreendedorismo.

Água

Objetivo até 2025: 100% das nossas comunidades em áreas de alto risco hídrico deve ter, de forma mensurável, melhor qualidade e disponibilidade de água.

Água é a nossa principal matéria-prima. Justamente por isso, valorizamos iniciativas que promovam a disponibilidade e qualidade da água, unindo parceiros, compartilhando conhecimento e auxiliando na utilização sustentável desse insumo, trabalhando em três frentes principais: 1) redução do consumo nas nossas operações, inclusive de nossos parceiros, fornecedores e clientes; 2) preservação e restauração de bacias hidrográficas e 3) acesso à água.

Nos últimos 18 anos, a empresa diminuiu em mais de 50% a utilização de água em sua produção, passando de 5,36 litros de água para 2,4 litros em 2021 - média para cada 1 litro de bebida produzida.

Em 2022 nossa utilização de água no processo produtivo ficou na média em 2,56 litros para cada litro de bebida produzida, em função de mudanças no portfólio de embalagens. No ano, houve um aumento maior que o planejado na produção de embalagens retornáveis, que apesar dos vários benefícios ambientais de circularidade, demanda uma etapa adicional de lavagem em seu processo produtivo. Esta mudança teve um impacto pontual no indicador no primeiro semestre ficando na média em 2,65 litros de água por litro de bebida. Ao longo do ano, várias iniciativas de otimização de consumo foram implementadas fazendo com que a utilização de água no segundo semestre fechasse na média em 2,48 litros para cada litro de bebida produzida. O resultado médio do segundo semestre retoma o patamar da conquista de antecipação do atingimento da meta de eficiência hídrica definida para 2025.

Esse índice é referência mundial na indústria de bebidas. Além de trabalhar para reduzir o consumo nas operações, a Ambev atua para preservar bacias hidrográficas. Por isso lançamos em 2010 o Programa Bacias e Florestas, com o objetivo de recuperar e proteger importantes bacias hidrográficas dos países em que atuamos. Em parceria com o poder público e com ONGs, como WWF Brasil e *The Nature Conservancy* (TNC), a Ambev já adotou onze bacias, sendo sete em todo o Brasil, três na Bolívia e uma na Argentina. Esses projetos são feitos junto às comunidades localizadas no entorno de suas cervejarias e busca fortalecer e estruturar a governança local, alavancar recursos para restauração e conservação de florestas, matas ciliares e solos em propriedades rurais nas zonas prioritárias para recarga dos mananciais, engajar e capacitar os atores locais, investir e apoiar o saneamento rural entre outras ações que visam endereçar as principais questões com o tema. Outro importante foco que garante a sustentabilidade das ações desenvolvidas sob o guarda-chuva do programa é o fomento ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), instrumento econômico que tem o objetivo de oferecer incentivo aos proprietários rurais que se comprometam com práticas de conservação nas suas propriedades.

A AMA é a água mineral da Ambev, mas é também o primeiro negócio social de uma grande empresa no Brasil que transforma a realidade de milhares de pessoas que não têm acesso à água potável. Isso porque todo o lucro obtido com a venda da AMA é destinado para projetos que levam água potável às comunidades do semiárido e de periferias urbanas do Brasil. Além de apoiar projetos que envolvem a perfuração de poços profundos, a revitalização de sistemas de distribuição que estavam inoperantes e a construção de cisternas em escolas, os projetos apoiados por AMA também oferecem suporte de inteligência e capacitação.

Desde o início do projeto, em 2017, foram investidos R\$ 7,4 milhões, transformando a vida de 650 mil pessoas. Em 2022, AMA investiu R\$ 1,7 milhão de seu lucro, impactando 320 mil pessoas.

A meta de AMA é levar acesso à água potável para 1 milhão de brasileiros até 2025. Na Bolívia, um projeto similar, o SOMOS, foi iniciado com o lançamento da Água Somos, que também pretende aumentar o acesso à água potável na região.

Participamos ativamente da plataforma de ação pela água do pacto global da ONU, além de sermos signatários do *CEO Water Mandate* e da câmara temática de água do CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável) onde fomos eleitos pelas demais empresas e ocupamos a cadeira de colíder a partir de fevereiro de 2022.

Agricultura

Objetivo até 2025: 100% dos nossos agricultores devem estar treinados, conectados e com estrutura financeira para desenvolver um plantio cada vez mais sustentável.

Na Ambev, todos os ingredientes são escolhidos com atenção e rigoroso controle de qualidade, por isso as análises de recebimento e classificação da cevada são feitas por técnicos especializados, o que confere transparência e confiabilidade. Preocupados com a qualidade dos ingredientes, mantemos há mais de 30 anos, uma parceria com a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) para incentivar o cultivo de cevada no Brasil e por meio desse trabalho conjunto, buscamos, principalmente, incentivar os produtores.

Conectando agricultores de todo o mundo, para que possam trocar experiências, há anos o aplicativo SmartBarley auxilia agricultores a resolverem desafios e a melhorar sua produtividade e desempenho ambiental. Por meio dele, é possível avaliar características do solo da região e performance da lavoura, e com

isso acompanhar o seu progresso. Com esse aplicativo, auxiliamos 6.097 produtores (sendo 2.219 no Brasil, 2.059 na Argentina e 1.819 no Uruguai). Seguimos com o Portal Agro, solução criada para simplificar e acelerar os processos comerciais e agrônômicos, otimizando o tempo de toda cadeia de valor e melhorando a transparência com os agricultores. Em 2022, 2.692 produtores estiveram conectados conosco através das plataformas SmartBarley e Agroportal.

Ação Climática

Objetivo até 2025: 100% da eletricidade comprada advinda de fontes renováveis e 25% de redução de emissões em toda a cadeia.

Temos o objetivo de impulsionar a descarbonização e construir resiliência climática por meio das nossas Metas de Sustentabilidade para 2025. Para isso, trabalhamos em todos os escopos para avançar no combate às mudanças climáticas.

Em relação ao Escopo 1, desde 2003, nós já reduzimos em 68% a emissão de carbono em nossas cervejarias no Brasil. Essa redução se deve à implementação das seguintes melhorias: (a) uso de biomassa nas caldeiras; (b) uso de óleo vegetal para gerar calor; (c) uso de microturbinas de biogás para cogeração de energia em nossas operações; (d) uso de BTS para recuperação de biogás para geração de calor e eletricidade; e (e) uso de plantas de extração de CO₂ para recuperar CO₂ de gás combustível das caldeiras. Com estas e outras iniciativas, conseguimos anunciar 11 unidades carbono neutro, sendo 9 cervejarias e 2 maltarias. As Cervejarias obtiveram a marca de mais de 90% de redução das emissões de gases de efeito estufa, com compensação das emissões residuais via créditos de carbono no modelo REDD+ certificados internacionalmente pela Verra, para desmatamento evitado na Amazônia.

No Escopo 2, atingimos 100% de energia renovável para as operações no Brasil, Argentina, Paraguai, Chile e Uruguai. Estes números foram alcançados graças a diversas frentes como a instalação de 38 usinas fotovoltaicas em nossos Centros de Distribuição Direta, contratamos operações solares e eólicas para nossas fábricas, compra de energia renovável no mercado livre e compensação com certificados de energia renovável.

Em relação ao Escopo 3, emissões indiretas da cadeia de valor, temos muitas frentes de trabalho: (a) Engajamento com a cadeia de fornecedores: programa Conectando por um Mundo Melhor engajou mais de 200 fornecedores de maior potencial de emissão através de *workshops*, com 4 encontros anuais e treinamentos para incentivar uma economia de baixo carbono, tendo como resultado um compromisso para ação climática; (b) *CDP Climate Change Supply Chain*: engajamento de mais de 200 fornecedores no processo de relato de emissões do CDP; (c) Eco coolers: alcançamos 70% de toda frota de mais de 650 mil geladeiras transformadas em eco coolers, isto é, geladeiras mais eficientes e com menor emissão e consumo de energia; (d) *Climatechs*: parcerias que levam energia renovável com desconto para nossos pontos de venda. Atualmente temos mais de 4.300 pontos de venda já conectados até 2022. Atuais parceiros: Lemon e Plin; (e) Caminhões elétricos: mais de 250 caminhões EV já estão circulando pelas ruas do país levando nossos produtos dos CDDs aos pontos de venda; para 2023 a meta é chegar a 500 deles.

Fomos novamente selecionados para compor a carteira do Índice Carbono Eficiente (ICO₂ B3) de 2023, consistente com nossas presenças nos anos anteriores.

Todas essas e outras iniciativas estão impulsionando a mudança que desejamos para engajar e apoiar nossa cadeia de valor na descarbonização. Ainda em 2021, anunciamos a nossa mais nova ambição: neutralizar as emissões de nossas operações até 2030, ou seja, zerar nossas emissões de escopo 1 e 2 e a de alcançar o net zero, zerando as emissões líquidas de gases de efeito estufa da nossa cadeia de valor até 2040.

Embalagem Circular

Objetivo até 2025: 100% dos nossos produtos devem estar em embalagens retornáveis ou que sejam majoritariamente feitas de conteúdo reciclado.

A responsabilidade da Ambev não se encerra no último gole. Estamos constantemente procurando maneiras inovadoras em aumentar a vida útil de nossas embalagens, aumentando a sua retornabilidade, além das taxas de conteúdo reciclado presente nas mesmas, garantindo que sejam recuperadas e reutilizadas.

Um dos grandes marcos da Ambev foi o pioneirismo de Guaraná Antarctica, há mais de 10 anos, quando foi lançada a primeira garrafa PET feita somente com material reciclado. Agora, em 2022, 100% das garrafas PET

utilizadas por Guaraná Antártica passaram a ser produzidas a partir de plástico reciclado, sendo o primeiro refrigerante brasileiro a atingir essa referência.

Além disso, nossa fábrica de vidros no Rio de Janeiro é, atualmente, uma das maiores recicladoras de cacos de vidro da América Latina, sendo que mais de 50% da matéria-prima cacos coletados através de parcerias com empresas de logística reversa e cooperativas, além de receber cacos provenientes das cervejarias da Ambev, auxiliando no processo de reciclagem do vidro e reutilização na produção de novas garrafas. O projeto faz com que a Ambev economize 35% de energia. A fábrica também realiza um tratamento nos gases gerados no forno e remove até 99,95% de poluentes. Até 2025, passaremos a operar uma nova fábrica de vidros, dessa vez no Paraná.

Em 2020, assumimos um compromisso específico relacionado ao plástico no Brasil, que é eliminar a poluição plástica de nossas embalagens até 2025. Alcançaremos esse objetivo através de várias frentes como a eliminação ou substituição do plástico desnecessário em nossas embalagens, aumento do uso de embalagens retornáveis e do conteúdo reciclado, além de investimento em tecnologia e inovação buscando novas soluções. Até o fim de 2022, alcançamos mais de 50% do indicador.

Aliado a tudo isso, desde 2017 a Ambev investe na plataforma Reciclar pelo Brasil. Conduzido em parceria com a Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (Ancat), o programa, que nasceu de uma parceria com a Coca-Cola e hoje já soma mais de 15 empresas associadas, desenvolve logística reversa e reciclagem com o objetivo de profissionalizar o trabalho das organizações envolvidas, elevar o volume de resíduos coletados e a renda média dos catadores. Entre 2018 e 2022, passou de 160 cooperativas em 17 estados, com 3 mil catadores, para mais 240 cooperativas em 25 estados, mais o Distrito Federal, com 5600 mil catadores de materiais recicláveis apoiados.

Empreendedorismo social e inovação

Objetivo até 2025: 100% dos nossos empreendedores capacitados e suportados em gestão.

Lançamos, em 2018, o Programa VOA, um programa de voluntariado corporativo para compartilhamento de conhecimentos em gestão com organizações sociais. O programa oferece apoio a essas entidades para que elas atinjam seu maior propósito: realizar seu sonho grande e transformar o mundo em um lugar melhor.

Nos envolvemos diariamente com processos e ferramentas de sistema de gestão e, que podem contribuir para o crescimento de organizações sociais em todo o país. Em 2021, selecionamos 500 organizações sociais, o que se converteu em mais de 5 mil funcionários voluntários compartilhando nossas melhores práticas de processos de gestão.

Também criamos uma plataforma de empreendedorismo, que consiste em quatro pilares principais, (i) relacionamento e parcerias, (ii) inclusão e expansão, (iii) inovação e (iv) desenvolvimento, todos suportados por governança e tecnologia.

No pilar inclusão e expansão realizamos feiras regionais com o objetivo de dar oportunidade para micro e pequenos empreendedores fazerem parte da nossa rede de parceiros, ajudando a desenvolver as comunidades locais no nosso entorno, o que resultou na adição de mais de 2.000 novos parceiros integrados à nossa rede. Ainda, em setembro de 2020, como parte do nosso compromisso de equidade racial, anunciamos nosso compromisso de trazer 200 novos parceiros liderados por pessoas negras em 2021, compromisso que foi superado, com mais de 500 novos parceiros captados. Para tanto, estabelecemos algumas parcerias que estão nos auxiliando a conectar com os fornecedores que atendem este critério, com objetivos que vão além das nossas parcerias comerciais, mas, também os inserir ao ecossistema de nossos fornecedores. Em 2022, a meta era dobrar o valor gasto com estes fornecedores, que fora cinquenta milhões de reais, compromisso que também foi atingido com sucesso, tendo superado em aproximadamente 24% o planejado.

No pilar de inovação, temos nossa Aceleradora 100+, que já está na sua quarta turma. Em 2022 mantivemos como parceiro correalizador do programa a Plataforma Parceiros pela Amazônia, com um objetivo adicional de buscar startups focadas em conservação da biodiversidade da Amazônia, tivemos também a entrada de quatro novos parceiros no programa, Pepsico, Valgroup, Ball Corporation e Machado Meyer Advogados.

Até o momento, mais de R\$20 milhões já foram investidos em geração de negócios com as startups da Aceleradora.

RECURSOS HUMANOS

Chegamos ao final de 2022 com pouco mais de 52 mil funcionários: cerca de 30 mil no Brasil, 8 mil na região da América Central e Caribe (CAC), 4 mil no Canadá e 10 mil nas unidades da América Latina Sul.

Na Ambev, a nossa gente é a base principal dos nossos negócios e, para que o crescimento compartilhado aconteça, temos a missão de formar grandes times, engajados, e gerando valor para o ecossistema. Acreditamos que chegaremos lá através de uma plataforma de serviços de RH que fortaleça as experiências dos funcionários, impulse novas competências e fomente equipes curiosas, ambídestras, saudáveis e diversas que possam fazer a diferença assumindo riscos e transformando o nosso negócio.

Muito da transformação que nos trouxe até aqui foi impulsionada pela estratégia de Ambev como Plataforma. Esse novo foco de longo prazo demandou mudanças profundas, não só como a adição de novos valores à nossa cultura, como também novas formas de trabalhar e gerir nossa gente. Para isso, destacamos quatro pilares da nossa estratégia em 2022: Diversidade, Equidade & Inclusão; Saúde Integral; Atração de Talentos; e Desenvolvimento das Competências do Futuro.

Diversidade, Equidade & Inclusão

Na Ambev temos como princípios básicos a diversidade, equidade e inclusão e temos avançado cada vez mais nos indicadores da área. Desde 2016, somos signatários dos Princípios das Nações Unidas para o Empoderamento das Mulheres, do Compromisso LGBT e do Fórum de Empresas e Direitos LGBT, que nos conectou com outras empresas, com as quais podemos trocar informações e experiências sobre o tema. Desde 2020, integramos a Coalizão de Empresas pelo fim da violência contra mulheres e meninas, uma iniciativa privada e colaborativa que une esforços e recursos corporativos para gerar impacto social por meio da conscientização e mobilização. Internamente nosso destaque do ano é a criação do WE, programa de desenvolvimento e empoderamento de lideranças femininas que acelerem carreiras de mais de 50 mulheres para a alta liderança.

Na pauta racial participamos também como signatários do MOVER – Movimento pela Equidade Racial – Pacto de promoção pela equidade racial e Iniciativa Empresarial pela Equidade Racial que impulsiona nosso trabalho através dos compromissos que assumimos de aumento de lideranças negras. Internamente evoluímos nas questões de desenvolvimentos de nossos colaboradores negros, como o Programa Dagbà, que contou com a participação de 70 líderes negros da Ambev, acelerando a carreira dessas pessoas e gerando visibilidade.

Nossas políticas e diretrizes fundadas no respeito e no reconhecimento das diferenças norteiam nossa dinâmica de trabalho. Para tratar de diversidade e inclusão em todo o Brasil, contamos com embaixadores de diversidade e inclusão: pessoas do nosso próprio time, designadas para promover a conscientização e a inclusão da nossa gente. Além disso contamos com quatro grupos de afinidade que trabalham os temas na Companhia:

- Weiss (Women Empowered Interested in Successful Synergies): empoderamento feminino e igualdade de gênero.
- Lager (Lesbian and Gay and Everyone Respected): equidade para gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e outros públicos.
- Bock (Building Opportunities for Colleagues of all Kinds): igualdade de oportunidades para todas as raças e etnias.
- IPA (Improve People Accessibility): representatividade e inclusão das pessoas com deficiência na Companhia.

Nossos grupos são fundamentais em nossas ações facilitando a descentralização e o cascadeamento das informações e conexão com a prática. Tivemos destaques com criações em parcerias, como a cerveja ‘Desrotuladas’ pelo grupo Weiss, uma cerveja colaborativa com um time apenas formado por mulheres com lucro revertido para a ONG Cruzando Histórias, trabalhando a empregabilidade dessas mulheres. Também tivemos outros projetos como a Brewing Love Project pelo grupo Lager e a Sankofa pelo grupo Bock, com representatividade para cada recorte de diversidade e renda revertida para parcerias envolvidas.

Ainda sobre a pauta racial e as ações compartilhadas junto ao Bock, evoluímos no nosso compromisso e objetivos para ampliar a representatividade negra e trazer mais conscientização sobre a pauta. A atualização desses objetivos pode ser conferida no portal da Ambev (<https://www.ambev.com.br/sobre/equidade-racial>). Também mantivemos o comitê de especialistas externos relacionados à pauta racial e de gênero, composto

por: Adriana Barbosa, Liliane Rocha, Ítala Herta, Hélio Santos, Adriana Carvalho e lideranças internas da Ambev.

Reconhecemos que ainda existem oportunidades para alcançarmos nossos objetivos e estamos muito confiantes com o plano que traçamos. Essas são algumas iniciativas das quais sentimos muito orgulho e por isso seguiremos investindo na construção de um ambiente que tem como base uma sólida cultura de inclusão, diversidade e equidade.

Saúde Integral

Entendemos que é necessário cuidar da integridade física e mental de todo o nosso time. Assim, ao longo de 2022, construímos uma estratégia fundamentada em aspectos de cultura de segurança associada ao bem-estar. Nessa gestão, contamos com a parceria da Fundação Antonio e Helena Zerrenner – Instituição Nacional de Beneficência – na contínua prestação da assistência médica, hospitalar e odontológica, de forma gratuita, aos seus mais de 70.000 beneficiários, na sua grande maioria empregados e seus dependentes da Ambev no Brasil.

Mantivemos o foco na prevenção de doenças e promoção da Saúde, através de um programa permanente de cuidado com o bem-estar dos nossos colaboradores, como. Dessa forma, além dos exames de *check-ups* periódicos, tivemos os programas de prevenção como a campanha de vacinação e o Programa de Gestante, que contou no ano com a adesão de mais de 800 gestantes, que receberam supervisão médica no desenvolvimento da gestação, propiciando uma gravidez bem assistida. Os profissionais do Programa Meu Doutor, que ofereceram atendimento médico de atenção primária ao nosso time e seus dependentes, atuando nas próprias Unidades, tendo realizado mais de 22 mil consultas em 2022.

No último ano, a tecnologia se manteve como uma grande aliada e nossos serviços médicos mediante o uso de Telemedicina foram ampliados com especialidades médicas, garantindo acesso à saúde gratuito a qualquer hora e em qualquer lugar, somando mais de 15.000 atendimentos. Além disso, não podemos deixar de reforçar a manutenção da gestão do cuidado da pandemia de COVID-19, com ações voltadas para garantir o diagnóstico precoce, tratamento e o acompanhamento permanente do nosso time.

Na área educacional e social, a Fundação Zerrenner manteve sua forte atuação através da manutenção do funcionamento, dentro dos melhores padrões de ensino dos dois colégios que ministram gratuitamente os cursos dos ensinos fundamental, médio e técnico – este em parceria com o SENAI -, situados em São Paulo, SP - Colégio Dr. Walter Belian e em Sete Lagoas, MG - Colégio Professor Roberto Herbster Gusmão, para mais de 3.000 alunos e manteve mais de 700 bolsas de estudo, além de propiciar mais de 15.000 benefícios em material escolar.”

Em busca de evoluir a pauta de Saúde Mental, que mantém seu foco no bem-estar da nossa gente, continuamos avançando em diversas iniciativas. Consolidamos a estratégia de saúde mental fundamentada em segurança psicológica, que conecta o colaborador, liderança e organização, auxiliando a criar uma rotina saudável e gerar uma produtividade sustentável. Dentro desse objetivo da área, além de letrar, orientar e incentivar práticas saudáveis, individuais ou coletivas, atuamos também nas rotinas de trabalho provocando e orientando que alcancem a alta performance equilibrando também o bem-estar e qualidade de vida.

Mantivemos nossos benefícios de saúde mental e bem-estar para auxiliar nossos colaboradores junto com outros parceiros, oferecendo sessões de cunho psicológico e emocional e reforçando o entendimento de autoconhecimento e desenvolvimento conectado ao bem-estar. Nosso grupo de afinidade CARE - Cuidado, Autoconhecimento, Respeito e Escuta ativa – criado em 2021, se mantém, evoluindo para sua segunda formação, e integra as estratégias da diretoria presente com nossos colaboradores no acolhimento ao tema e apoio no nas ações de letramento.

Por fim, destacamos o letramento do time de gente e gestão dentro dos conceitos de saúde mental, em busca de evoluir a cultura de cuidado e processos já existentes na Cia para acolhimento dos colaboradores.

Atração de Talentos

Nossa estratégia de Atração é focada em continuar evoluindo a reputação de nossos programas e atrair novas competências do mercado através da formação de times diversos. Portanto, contratamos e desenvolvemos talentos com diferentes competências através de um leque de Programas, como o Estágio, Representa,

Trainee, e abrimos cada vez mais as portas para profissionais seniores do mercado, através da nossa célula de recrutamento proativo para executivos.

Para os programas de 2022, realizamos uma seleção híbrida, majoritariamente online, incluindo tarefas *gameficadas* e possibilitando que os candidatos explorassem o *metaverso* como forma de aprender mais sobre a companhia. Em muitos programas apenas a última etapa foi presencial com o intuito de permitir que vivenciassem a unidade em que iriam trabalhar. A experiência no *metaverso* nos auxiliou a atrair pessoas com perfis voltados para tecnologia e ferramentas digitais, trazendo mais diversificação de expertises do que possuíamos antes.

Só em 2022 foram mais de 280 candidatos contratados pela porta de estágio. O programa oferece treinamento completo, em um formato que alia conhecimento teórico, prático e estímulo ao aprendizado. Durante o período de estágio, todos têm a oportunidade de conduzir projetos com exposição à liderança que tragam inovação ou melhorias para dentro da Companhia. Fomentamos também o desenvolvimento autogerido e incentivamos a participação dos jovens na League, grupo liderado por estagiários de todo Brasil. Assim, são realizados diversos treinamentos e bate-papos, que compartilham conhecimento e ajudam no processo de desenvolvimento dos novos talentos.

O Programa Representa, estágio exclusivo para universitários pretos, continua tendo um papel crucial para desenvolver líderes negros e fomentar a representatividade racial na companhia. Nesse ano, foram mais de 200 pessoas contratadas que contam com benefícios especiais, como: salário extra no primeiro mês de estágio, mentoria, bolsa para curso de inglês, apoio psicológico e orientação financeira e jurídica. Além disso, todos tiveram a oportunidade de se inscrever para trabalhar em projetos de impacto global com times de outros países.

Já no Programa Trainee, cujo objetivo é formar a próxima geração de liderança da companhia, ao passo que também proporciona aos contratados uma visão do negócio ampla e conectada com a estratégia e cultura da Ambev, foram 66 mil inscritos. Durante o treinamento pretendemos que esses talentos se envolvam mais profundamente com os nossos processos, conduzam projetos de impacto com exposição à alta liderança e estejam conectados com os pilares da nossa estratégia para redesenhar o futuro que queremos construir como empresa. A mudança no background acadêmico desse perfil também chama a atenção, quando notamos que nos últimos anos não possuíamos inscritos com expertise na área de tecnologia, e em 2022 já tivemos quase 10% da base com esse conhecimento.

Para os profissionais mais seniores, expandimos a nossa seleção através da área de recrutamento proativo. Nos últimos dois anos foram mais de 50 talentos seniores contratados do mercado, com o intuito de buscar mais especialistas e trazer diferentes competências para complementar nossos times, alavancando a nossa estratégia como plataforma. Assim, abrimos portas para pessoas com diferentes backgrounds acadêmicos e experiências que estão nos trazendo uma nova forma de construir soluções e transformar nosso negócio.

Desenvolvimento das Competências do Futuro

Quando mencionamos competências do futuro, sabemos que precisamos remodelar as habilidades dos nossos colaboradores para construir a empresa de plataforma que se encontra na nossa estratégia. Para isso, potencializamos ainda mais o ecossistema de aprendizado com a AmbevOn, que nasceu como a principal plataforma de desenvolvimento da nossa gente, lançada em 2020 em substituição à Universidade Ambev. Nela, nossos colaboradores têm acesso a vários conteúdos de competências funcionais, de liderança, empresariais e do futuro para aprimorarem seu desempenho na organização.

Quando percebemos que todos os conteúdos que trazíamos também poderiam ser utilizados pelo mercado, passamos a compartilhar os conteúdos com o ecossistema: com alunos, donos de ponto de venda e fornecedores. Além disso, a AmbevOn é conectada em diferentes canais como o *Instagram*, *LinkedIn*, *Youtube* e *Podcast* (Café no Corre), trazendo pautas de discussão do mercado num formato de aprendizado contínuo.

Desde então, viemos construindo com consistência essa cultura de aprendizagem contínua para os colaboradores, combinando muita autonomia nas escolhas das trilhas de conhecimento com o alinhamento estratégico das competências chaves que vão construir o futuro da companhia. Para estar presente com todos os times, a AmbevOn permite que o usuário possa acessar os conteúdos de onde estiver e quando quiser, estimulando o compartilhamento das pautas através das suas ferramentas digitais. Em 2022, os conteúdos dos cursos foram centrados em dois grandes focos: competências humanas e habilidades do futuro. Além disso,

as trilhas de aprendizado estão desenhadas para gerar valor de acordo com o nível de senioridade do funcionário.

Com relação ao desenvolvimento das competências humanas, os cursos têm como objetivo a formação de líderes que inspiram os princípios e a cultura da empresa, que vivencia hoje uma consolidação da evolução cultural iniciada em 2020. Em um mundo em constante mudança, suportamos a nossa liderança com uma curadoria de conteúdos e treinamentos disponíveis em segurança psicológica, cultura de feedback, promoção do bem-estar e inclusão.

Já nos cursos de desenvolvimento de habilidades do futuro focamos em pautas como agilidade, experiência do usuário e visão em produto digital. Acreditamos que essas habilidades são valiosas para conduzir as transformações estratégicas do nosso negócio, buscando sempre gerar valor à empresa e potencializar as experiências internas vividas ao longo da carreira dos colaboradores.

Ao longo de 2022, investimos mais de R\$ 17 milhões no desenvolvimento da nossa gente, trazendo não só conteúdos conectados com a estratégia interna, mas também convidados externos para falar sobre as pautas em evidência no mercado. Assim, abrimos espaços de conexão com o público externo, como foi o caso do projeto “AfroOn” – um curso para microempreendedores negros em parceria com a startup Afroimpacto lançado no início de 2022, em que o objetivo foi conseguir ampliar o conhecimento sobre negociação, finanças e gestão de negócios para este setor. Outra frente foi a realização de eventos próprios e parcerias com marcas internas e externas. Um dos destaques foi o evento *On para Empreender e Multiplicar*, que reuniu mais de 50 pessoas para discutir temas como inovação, saúde mental e diversidade no trabalho, contando com a presença de Mafoane Odara e Maytê Carvalho.

Seguimos confiantes no nosso plano de desenvolver competências internamente nos nossos colaboradores para consolidar nossa estratégia de plataforma e transformar nosso negócio, concomitante com o compartilhamento de aprendizado junto ao ecossistema. Acreditamos, assim, ser possível atingir nosso objetivo de sair de “uma empresa que sabe tudo” para “uma empresa que aprende tudo”.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS¹

Receita líquida (ROL): A nossa receita líquida consolidada aumentou 19,8% em 2022, em decorrência de crescimentos no Brasil (+19,8%), na LAS (+46,2%), na CAC (-3,9%) e no Canadá (+3,0%). No Brasil, apresentamos crescimento de volume de 5,6%, combinado com aumento da receita líquida por hectolitro (ROL/hl) de 13,5%, assim como na LAS, onde nosso volume cresceu 1,7% e, a ROL/hl aumentou 43,8%. Na CAC e no Canadá, o crescimento da ROL/hl de 9,3% e 6,0% compensaram parcialmente a redução de volume de -12,1% e -2,8% respectivamente.

Custo dos produtos vendidos (CPV): Nosso CPV e CPV excluindo depreciação e amortização aumentaram 22,9% e 23,8%, respectivamente. Em uma base por hectolitro, o CPV cresceu 19,3%, enquanto o CPV excluindo depreciação e amortização subiu 20,2%, impactado principalmente pelo preço das commodities agrícolas e metálicas, assim como a depreciação das principais moedas locais frente ao dólar americano.

Despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A): O SG&A e o SG&A excluindo depreciação e amortização aumentaram 19,6% e 18,5%, respectivamente.

EBITDA, Margem bruta e Margem EBITDA: Nosso EBITDA ajustado foi de R\$ 23.770,9 milhões, um crescimento de 17,1% em base orgânica, e com contração da margem bruta em 130 pontos-base e da margem EBITDA em 60 pontos-base.

¹ As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em reais nominais, de acordo com os critérios do padrão contábil internacional (IFRS) e devem ser lidas em conjunto com os relatórios financeiros do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, arquivados na CVM e apresentados à SEC. Segregamos neste relatório o impacto do resultado orgânico das mudanças de escopo e diferenças de câmbio. As mudanças de escopo representam o impacto de aquisições e vendas de ativos, o início ou término de atividades ou a transferência de atividades entre segmentos, mudanças de estimativas contábeis ano contra ano e outras premissas que os administradores não consideram parte do desempenho de negócio. Exceto quando especificado o contrário, variações percentuais no documento são orgânicas e ajustadas por natureza. Sempre que utilizado neste documento, o termo “ajustado” se refere às medidas de desempenho EBITDA e Lucro Operacional antes de itens não usuais e participação nos resultados de joint ventures e às medidas de desempenho Lucro Líquido e LPA antes de ajustes de itens não usuais. Itens não usuais são receitas ou despesas que não ocorrem no curso normal das atividades da Companhia. Estas são apresentadas separadas dada a importância delas para o entendimento do desempenho da Companhia devido à sua natureza ou magnitude. Medidas ajustadas são medidas adicionais utilizadas pela Administração, e não devem substituir as medidas calculadas em conformidade com as IFRS como indicadores do desempenho da Companhia. Comparações, exceto quando especificado o contrário, referem-se ao resultado do ano de 2021. Os somatórios podem não conferir devido a arredondamentos.

Lucro líquido, Lucro líquido ajustado e LPA: Nosso lucro líquido cresceu 13,5% para R\$ 14.891,3 milhões, enquanto ajustado para itens não usuais, o lucro líquido cresceu 12,6% para R\$ 15.166,8 milhões. O lucro por ação (LPA) foi R\$ 0,92 e o lucro por ação ajustado foi R\$ 0,94 no ano de 2022.

Geração de caixa operacional e CAPEX: Nosso fluxo de caixa das atividades operacionais chegou a R\$ 20.642,2 milhões no ano, o que representa uma redução de 9,9%. Investimentos em CAPEX totalizaram R\$ 6.533,1 milhões em 2022.

Pay-out e disciplina financeira: Durante 2022, retornamos para nossos acionistas R\$ 11.999,8 milhões em juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, nossa posição líquida de caixa era de R\$ 11.535,9 milhões.

Impacto dos créditos fiscais: Nossos resultados de 2022 foram positivamente impactados por R\$ 1,2 bilhão em créditos tributários não recorrentes relacionados à decisão do Supremo Tribunal Federal de 2017 em favor dos contribuintes, cujos efeitos foram confirmados em 2021, que declarou inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Adicionalmente, houve impacto positivo de aproximadamente R\$ 4 bilhões em 2022 relacionado aos efeitos fiscais do pagamento de juros sobre capital próprio em remuneração aos acionistas.

Destaques financeiros - consolidado

| R\$ milhões | 12M21 | 12M22 | % Reportado | % Orgânico |
|-------------------------------|-----------------|-----------------|--------------|--------------|
| Volume ('000 hl) | 180.368,1 | 185.749,7 | 3,0% | 3,0% |
| Receita líquida | 72.854,3 | 79.708,8 | 9,4% | 19,8% |
| Lucro bruto | 37.194,6 | 39.286,8 | 5,6% | 16,8% |
| % Margem bruta | 51,1% | 49,3% | -180pb | -130pb |
| EBITDA ajustado | 22.869,7 | 23.770,9 | 3,9% | 17,1% |
| % Margem EBITDA ajustado | 31,4% | 29,8% | -160pb | -60pb |
| Lucro líquido | 13.122,6 | 14.891,3 | 13,5% | |
| Lucro líquido ajustado | 13.472,3 | 15.166,8 | 12,6% | |
| LPA (R\$/ação) | 0,81 | 0,92 | 14,1% | |
| LPA ajustado | 0,83 | 0,94 | 13,1% | |

Obs.: O cálculo do lucro por ação é baseado nas ações em circulação (total de ações existentes excluindo as ações em tesouraria).

Ambev

| R\$ milhões | 12M21 | Escopo | Conversão de Moeda | IAS 29 Impacto de 9M | Crescimento Orgânico | 12M22 | % Reportado | % Orgânico |
|--|-----------------|----------------|--------------------|----------------------|----------------------|-----------------|--------------|--------------|
| Volume ('000 hl) | 180.368,1 | | | | 5.381,7 | 185.749,7 | 3,0% | 3,0% |
| Receita líquida | 72.854,3 | 2,6 | (9.999,3) | 2.627,3 | 14.223,9 | 79.708,8 | 9,4% | 19,8% |
| Receita líquida/hl (R\$) | 403,9 | | (53,8) | 13,2 | 65,9 | 429,1 | 6,2% | 16,3% |
| CPV | (35.659,7) | (6,9) | 4.548,6 | (1.240,6) | (8.063,4) | (40.422,1) | 13,4% | 22,9% |
| CPV/hl (R\$) | (197,7) | | 24,5 | (6,2) | (38,2) | (217,6) | 10,1% | 19,3% |
| CPV excl. deprec. & amort. | (32.348,1) | (1,7) | 4.081,9 | (1.117,4) | (7.621,4) | (37.006,8) | 14,4% | 23,8% |
| CPV/hl excl. deprec. & amort. (R\$) | (179,3) | | 22,0 | (5,6) | (36,3) | (199,2) | 11,1% | 20,2% |
| Lucro bruto | 37.194,6 | (4,3) | (5.450,7) | 1.386,7 | 6.160,5 | 39.286,8 | 5,6% | 16,8% |
| % Margem bruta | 51,1% | | | | | 49,3% | -180 pb | -130 pb |
| SG&A excl. deprec. & amort. | (19.760,6) | (7,9) | 2.563,4 | (635,8) | (3.604,2) | (21.445,1) | 8,5% | 18,5% |
| SG&A deprec. & amort. | (2.085,1) | (0,4) | 254,8 | (71,3) | (622,3) | (2.524,3) | 21,1% | 30,2% |
| SG&A total | (21.845,6) | (8,4) | 2.818,1 | (707,1) | (4.226,5) | (23.969,4) | 9,7% | 19,6% |
| Outras receitas/(despesas) operacionais | 2.124,1 | (186,6) | (101,2) | 25,7 | 652,0 | 2.513,9 | 18,4% | 68,7% |
| Lucro operacional ajustado | 17.473,0 | (199,3) | (2.733,8) | 705,3 | 2.586,0 | 17.831,2 | 2,0% | 16,1% |
| % Margem de Lucro operacional ajustado | 24,0% | | | | | 22,4% | -160 pb | -70 pb |
| Itens não usuais antes do EBITDA | (392,8) | (14,8) | 43,6 | (8,7) | 229,4 | (143,3) | -63,5% | -59,4% |
| Resultado financeiro | (3.205,4) | | | | | (3.423,2) | 6,8% | |
| Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto | (115,7) | | | | | (29,1) | -74,8% | |
| Imposto de renda | (636,6) | | | | | 655,6 | ns | |
| Lucro líquido | 13.122,6 | | | | | 14.891,3 | 13,5% | |
| Atribuído à Ambev | 12.671,0 | | | | | 14.457,9 | 14,1% | |
| Atribuído a não controladores | 451,6 | | | | | 433,3 | -4,0% | |
| Lucro líquido ajustado | 13.472,3 | | | | | 15.166,8 | 12,6% | |
| Atribuído à Ambev | 13.019,0 | | | | | 14.731,5 | 13,2% | |
| EBITDA ajustado | 22.869,7 | (193,7) | (3.455,3) | 899,8 | 3.650,3 | 23.770,9 | 3,9% | 17,1% |
| % Margem EBITDA ajustado | 31,4% | | | | | 29,8% | -160 pb | -60 pb |

| Brasil | | | | | | | |
|---|-----------------|----------------|---------------------------|-----------------------------|-----------------|--------------------|-------------------|
| <i>R\$ milhões</i> | 12M21 | Escopo | Conversão de Moeda | Crescimento Orgânico | 12M22 | % Reportado | % Orgânico |
| Volume ('000 hl) | 119.530,6 | | | 6.653,9 | 126.184,4 | 5,6% | 5,6% |
| Receita líquida | 35.586,5 | | | 7.049,2 | 42.635,7 | 19,8% | 19,8% |
| Receita líquida/hl (R\$) | 297,7 | | | 40,2 | 337,9 | 13,5% | 13,5% |
| CPV | (18.309,1) | | | (4.427,7) | (22.736,8) | 24,2% | 24,2% |
| CPV/hl (R\$) | (153,2) | | | (27,0) | (180,2) | 17,6% | 17,6% |
| CPV excl. deprec. & amort. | (16.577,5) | | | (4.247,0) | (20.824,6) | 25,6% | 25,6% |
| CPV/hl excl. deprec. & amort. (R\$) | (138,7) | | | (26,3) | (165,0) | 19,0% | 19,0% |
| Lucro bruto | 17.277,4 | | | 2.621,5 | 19.898,9 | 15,2% | 15,2% |
| <i>% Margem bruta</i> | <i>48,6%</i> | | | | <i>46,7%</i> | <i>-190 pb</i> | <i>-190 pb</i> |
| SG&A excl. deprec. & amort. | (10.319,0) | | | (1.751,9) | (12.070,9) | 17,0% | 17,0% |
| SG&A deprec. & amort. | (1.250,7) | | | (200,4) | (1.451,1) | 16,0% | 16,0% |
| SG&A total | (11.569,6) | | | (1.952,3) | (13.522,0) | 16,9% | 16,9% |
| Outras receitas/(despesas) operacionais | 2.096,0 | (185,4) | | 450,9 | 2.361,4 | 12,7% | 49,0% |
| Lucro operacional ajustado | 7.803,7 | (185,4) | | 1.120,0 | 8.738,3 | 12,0% | 16,9% |
| <i>% Margem de Lucro operacional ajustado</i> | <i>21,9%</i> | | | | <i>20,5%</i> | <i>-140 pb</i> | <i>-40 pb</i> |
| EBITDA ajustado | 10.786,0 | (185,4) | | 1.501,0 | 12.101,6 | 12,2% | 15,6% |
| <i>% Margem EBITDA ajustado</i> | <i>30,3%</i> | | | | <i>28,4%</i> | <i>-190 pb</i> | <i>-90 pb</i> |

| Brasil Cerveja | | | | | | | |
|---|-----------------|----------------|---------------------------|-----------------------------|-----------------|--------------------|-------------------|
| <i>R\$ milhões</i> | 12M21 | Escopo | Conversão de Moeda | Crescimento Orgânico | 12M22 | % Reportado | % Orgânico |
| Volume ('000 hl) | 90.835,0 | | | 3.207,6 | 94.042,6 | 3,5% | 3,5% |
| Receita líquida | 30.537,2 | | | 5.320,6 | 35.857,8 | 17,4% | 17,4% |
| Receita líquida/hl (R\$) | 336,2 | | | 45,1 | 381,3 | 13,4% | 13,4% |
| CPV | (15.382,1) | | | (3.383,2) | (18.765,3) | 22,0% | 22,0% |
| CPV/hl (R\$) | (169,3) | | | (30,2) | (199,5) | 17,8% | 17,8% |
| CPV excl. deprec. & amort. | (13.859,3) | | | (3.218,3) | (17.077,6) | 23,2% | 23,2% |
| CPV/hl excl. deprec. & amort. (R\$) | (152,6) | | | (29,0) | (181,6) | 19,0% | 19,0% |
| Lucro bruto | 15.155,1 | | | 1.937,4 | 17.092,5 | 12,8% | 12,8% |
| <i>% Margem bruta</i> | <i>49,6%</i> | | | | <i>47,7%</i> | <i>-190 pb</i> | <i>-190 pb</i> |
| SG&A excl. deprec. & amort. | (8.873,2) | | | (1.389,7) | (10.262,9) | 15,7% | 15,7% |
| SG&A deprec. & amort. | (1.102,3) | | | (148,8) | (1.251,1) | 13,5% | 13,5% |
| SG&A total | (9.975,5) | | | (1.538,5) | (11.514,0) | 15,4% | 15,4% |
| Outras receitas/(despesas) operacionais | 1.711,2 | (155,9) | | 329,2 | 1.884,5 | 10,1% | 47,1% |
| Lucro operacional ajustado | 6.890,8 | (155,9) | | 728,0 | 7.463,0 | 8,3% | 12,4% |
| <i>% Margem de Lucro operacional ajustado</i> | <i>22,6%</i> | | | | <i>20,8%</i> | <i>-180 pb</i> | <i>-90 pb</i> |
| EBITDA ajustado | 9.515,9 | (155,9) | | 1.041,8 | 10.401,8 | 9,3% | 12,3% |
| <i>% Margem EBITDA ajustado</i> | <i>31,2%</i> | | | | <i>29,0%</i> | <i>-220 pb</i> | <i>-120 pb</i> |

| Brasil NAB | | | | | | | |
|---|----------------|---------------|---------------------------|-----------------------------|----------------|--------------------|-------------------|
| <i>R\$ milhões</i> | 12M21 | Escopo | Conversão de Moeda | Crescimento Orgânico | 12M22 | % Reportado | % Orgânico |
| Volume ('000 hl) | 28.695,5 | | | 3.446,3 | 32.141,8 | 12,0% | 12,0% |
| Receita líquida | 5.049,4 | | | 1.728,5 | 6.777,9 | 34,2% | 34,2% |
| Receita líquida/hl (R\$) | 176,0 | | | 34,9 | 210,9 | 19,8% | 19,8% |
| CPV | (2.927,1) | | | (1.044,4) | (3.971,5) | 35,7% | 35,7% |
| CPV/hl (R\$) | (102,0) | | | (21,6) | (123,6) | 21,1% | 21,1% |
| CPV excl. deprec. & amort. | (2.718,2) | | | (1.028,8) | (3.747,0) | 37,8% | 37,8% |
| CPV/hl excl. deprec. & amort. (R\$) | (94,7) | | | (21,9) | (116,6) | 23,1% | 23,1% |
| Lucro bruto | 2.122,3 | | | 684,1 | 2.806,4 | 32,2% | 32,2% |
| <i>% Margem bruta</i> | <i>42,0%</i> | | | | <i>41,4%</i> | <i>-60 pb</i> | <i>-60 pb</i> |
| SG&A excl. deprec. & amort. | (1.445,8) | | | (362,2) | (1.808,0) | 25,1% | 25,1% |
| SG&A deprec. & amort. | (148,4) | | | (51,6) | (199,9) | 34,8% | 34,8% |
| SG&A total | (1.594,2) | | | (413,8) | (2.008,0) | 26,0% | 26,0% |
| Outras receitas/(despesas) operacionais | 384,7 | (29,5) | | 121,7 | 476,9 | 24,0% | 55,2% |
| Lucro operacional ajustado | 912,9 | (29,5) | | 392,0 | 1.275,4 | 39,7% | 52,4% |
| <i>% Margem de Lucro operacional ajustado</i> | <i>18,1%</i> | | | | <i>18,8%</i> | <i>70 pb</i> | <i>200 pb</i> |
| EBITDA ajustado | 1.270,1 | (29,5) | | 459,2 | 1.699,8 | 33,8% | 41,5% |
| <i>% Margem EBITDA ajustado</i> | <i>25,2%</i> | | | | <i>25,1%</i> | <i>-10 pb</i> | <i>120 pb</i> |

| CAC | | | | | | | |
|---|----------------|---------------|---------------------------|-----------------------------|----------------|--------------------|-------------------|
| <i>R\$ milhões</i> | 12M21 | Escopo | Conversão de Moeda | Crescimento Orgânico | 12M22 | % Reportado | % Orgânico |
| Volume ('000 hl) | 13.401,9 | | | (1.615,6) | 11.786,3 | -12,1% | -12,1% |
| Receita líquida | 9.947,4 | | (120,5) | (386,6) | 9.440,3 | -5,1% | -3,9% |
| Receita líquida/hl (R\$) | 742,2 | | (10,2) | 68,9 | 801,0 | 7,9% | 9,3% |
| CPV | (4.727,9) | | 79,1 | (212,0) | (4.860,8) | 2,8% | 4,5% |
| CPV/hl (R\$) | (352,8) | | 6,7 | (66,3) | (412,4) | 16,9% | 18,8% |
| CPV excl. deprec. & amort. | (4.275,3) | | 74,1 | (216,8) | (4.417,9) | 3,3% | 5,1% |
| CPV/hl excl. deprec. & amort. (R\$) | (319,0) | | 6,3 | (62,1) | (374,8) | 17,5% | 19,5% |
| Lucro bruto | 5.219,5 | | (41,4) | (598,6) | 4.579,4 | -12,3% | -11,5% |
| <i>% Margem bruta</i> | <i>52,5%</i> | | | | <i>48,5%</i> | <i>-400 pb</i> | <i>-420 pb</i> |
| SG&A excl. deprec. & amort. | (1.768,9) | | 27,1 | 104,1 | (1.637,8) | -7,4% | -5,9% |
| SG&A deprec. & amort. | (224,7) | | 4,0 | (141,5) | (362,1) | 61,2% | 63,0% |
| SG&A total | (1.993,6) | | 31,1 | (37,4) | (1.999,9) | 0,3% | 1,9% |
| Outras receitas/(despesas) operacionais | 12,4 | | | (65,4) | (52,9) | ns | ns |
| Lucro operacional ajustado | 3.238,3 | | (10,3) | (701,4) | 2.526,6 | -22,0% | -21,7% |
| <i>% Margem de Lucro operacional ajustado</i> | <i>32,6%</i> | | | | <i>26,8%</i> | <i>-580 pb</i> | <i>-610 pb</i> |
| EBITDA ajustado | 3.915,6 | | (19,3) | (564,7) | 3.331,7 | -14,9% | -14,4% |
| <i>% Margem EBITDA ajustado</i> | <i>39,4%</i> | | | | <i>35,3%</i> | <i>-410 pb</i> | <i>-440 pb</i> |

| LAS | | | | | | | | |
|---|----------------|--------|--------------------|----------------------|----------------------|----------------|--------------|--------------|
| R\$ milhões | 12M21 | Escopo | Conversão de Moeda | IAS 29 Impacto de 9M | Crescimento Orgânico | 12M22 | % Reportado | % Orgânico |
| Volume ('000 hl) | 37.511,6 | | | | 622,4 | 38.134,0 | 1,7% | 1,7% |
| Receita líquida | 16.571,7 | | (9.066,4) | 2.627,3 | 7.238,6 | 17.371,2 | 4,8% | 46,2% |
| Receita líquida/hl (R\$) | 441,8 | | (237,8) | 57,9 | 193,6 | 455,5 | 3,1% | 43,8% |
| CPV | (8.235,7) | | 4.131,8 | (1.240,6) | (3.208,5) | (8.553,1) | 3,9% | 41,0% |
| CPV/hl (R\$) | (219,6) | | 108,3 | (28,2) | (84,9) | (224,3) | 2,2% | 38,7% |
| CPV excl. deprec. & amort. | (7.405,3) | | 3.690,2 | (1.117,4) | (2.920,7) | (7.753,2) | 4,7% | 41,4% |
| CPV/hl excl. deprec. & amort. (R\$) | (197,4) | | 96,8 | (25,5) | (77,1) | (203,3) | 3,0% | 39,1% |
| Lucro bruto | 8.335,9 | | (4.934,6) | 1.386,7 | 4.030,1 | 8.818,1 | 5,8% | 51,4% |
| % Margem bruta | 50,3% | | | | | 50,8% | 50 pb | 180 pb |
| SG&A excl. deprec. & amort. | (4.018,3) | | 2.243,0 | (635,8) | (1.613,7) | (4.024,8) | 0,2% | 42,8% |
| SG&A deprec. & amort. | (366,6) | | 225,9 | (71,3) | (184,6) | (396,6) | 8,2% | 53,7% |
| SG&A total | (4.384,9) | | 2.468,8 | (707,1) | (1.798,3) | (4.421,4) | 0,8% | 43,7% |
| Outras receitas/(despesas) operacionais | 38,8 | | (100,1) | 25,7 | 228,3 | 192,7 | ns | ns |
| Lucro operacional ajustado | 3.989,8 | | (2.565,9) | 705,3 | 2.460,2 | 4.589,4 | 15,0% | 65,4% |
| % Margem de Lucro operacional ajustado | 24,1% | | | | | 26,4% | 230 pb | 320 pb |
| EBITDA ajustado | 5.186,9 | | (3.233,3) | 899,8 | 2.932,6 | 5.785,9 | 11,5% | 60,1% |
| % Margem EBITDA ajustado | 31,3% | | | | | 33,3% | 200 pb | 300 pb |

| Canadá | | | | | | | | |
|---|----------------|---------------|--------------------|----------------------|--|----------------|---------------|---------------|
| R\$ milhões | 12M21 | Escopo | Conversão de Moeda | Crescimento Orgânico | | 12M22 | % Reportado | % Orgânico |
| Volume ('000 hl) | 9.924,1 | | | (279,0) | | 9.645,0 | -2,8% | -2,8% |
| Receita líquida | 10.748,7 | 2,6 | (812,4) | 322,8 | | 10.261,7 | -4,5% | 3,0% |
| Receita líquida/hl (R\$) | 1.083,1 | 0,3 | (84,2) | 64,8 | | 1.063,9 | -1,8% | 6,0% |
| CPV | (4.386,9) | (6,9) | 337,7 | (215,3) | | (4.271,4) | -2,6% | 4,9% |
| CPV/hl (R\$) | (442,0) | (0,7) | 35,0 | (35,1) | | (442,9) | 0,2% | 7,9% |
| CPV excl. deprec. & amort. | (4.090,0) | (1,7) | 317,5 | (236,9) | | (4.011,1) | -1,9% | 5,8% |
| CPV/hl excl. deprec. & amort. (R\$) | (412,1) | (0,2) | 32,9 | (36,5) | | (415,9) | 0,9% | 8,9% |
| Lucro bruto | 6.361,8 | (4,3) | (474,7) | 107,5 | | 5.990,3 | -5,8% | 1,7% |
| % Margem bruta | 59,2% | | | | | 58,4% | -80 pb | -80 pb |
| SG&A excl. deprec. & amort. | (3.654,3) | (7,9) | 293,3 | (342,7) | | (3.711,6) | 1,6% | 9,4% |
| SG&A deprec. & amort. | (243,1) | (0,4) | 24,9 | (95,8) | | (314,5) | 29,4% | 39,4% |
| SG&A total | (3.897,4) | (8,4) | 318,2 | (438,5) | | (4.026,1) | 3,3% | 11,3% |
| Outras receitas/(despesas) operacionais | (23,1) | (1,2) | (1,1) | 38,2 | | 12,8 | -155,3% | -165,3% |
| Lucro operacional ajustado | 2.441,2 | (13,9) | (157,7) | (292,8) | | 1.976,9 | -19,0% | -12,0% |
| % Margem de Lucro operacional ajustado | 22,7% | | | | | 19,3% | -340 pb | -330 pb |
| EBITDA ajustado | 2.981,3 | (8,2) | (202,7) | (218,6) | | 2.551,7 | -14,4% | -7,3% |
| % Margem EBITDA ajustado | 27,7% | | | | | 24,9% | -280 pb | -270 pb |

ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO

Receita líquida

A receita líquida aumentou 19,8% em 2022, atingindo R\$ 79.708,8 milhões, proveniente do crescimento de volume de 3,0% e do crescimento da receita líquida por hectolitro em 16,3%, ambos impulsionados pela contínua execução da nossa estratégia comercial.

Brasil

A receita líquida gerada por nossas operações de Cerveja e Bebidas não Alcoólicas (NAB) no Brasil cresceu 19,8% em 2022, atingindo R\$ 42.635,7 milhões.

Cerveja

Nossas operações de cerveja no Brasil incluem a produção e comercialização de cerveja e do portfólio de *Beyond Beer*, que são outras categorias de bebidas alcoólicas que não de cerveja.

A receita líquida proveniente das vendas de cerveja no Brasil em 2022 subiu 17,4%, acumulando R\$ 35.857,8 milhões. Este crescimento foi resultado do aumento de 13,4% na receita líquida por hectolitro, combinado com crescimento do volume de vendas de 3,5%.

Bebidas não Alcoólicas (NAB)

As operações de Bebidas não Alcoólicas (NAB) abrangem a produção e comercialização de refrigerantes e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas.

A receita líquida gerada pela operação de NAB em 2022 subiu 34,2%, atingindo R\$ 6.777,9 milhões, devido ao aumento da receita líquida por hectolitro de 19,8% combinada com o aumento no volume de vendas de 12,0%.

CAC

As operações da Ambev na CAC apresentaram uma redução de receita líquida em 2022 de 3,9%, acumulando R\$ 9.440,3 milhões, em função de um crescimento da receita líquida por hectolitro de 9,3% e de contração de volume de 12,1%.

América Latina Sul

As operações na América Latina Sul contribuíram com R\$ 17.371,2 milhões para a receita líquida consolidada da Ambev em 2022, representando um crescimento de 46,2%. Esse resultado foi consequência de um crescimento de 43,8% da receita líquida por hectolitro acompanhado de um crescimento de volume de vendas de 1,7%.

Canadá

As operações no Canadá representaram R\$ 10.261,7 milhões da nossa receita consolidada em 2022, representando um crescimento de 3,0% em relação ao ano anterior. O resultado é decorrente de um aumento da receita por hectolitro de 6,0%, compensando uma queda de 2,8% no volume de vendas.

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos em 2022 teve um crescimento de 22,9%, totalizando R\$ 40.422,1 milhões. O principal fator que contribuiu para este aumento foi o aumento de preços das commodities, a desvalorização das principais moedas frente ao dólar americano e o crescimento de volume.

Brasil

O custo dos produtos vendidos no Brasil em 2022 foi de R\$ 22.736,8 milhões, crescendo 24,2%.

Cerveja

O custo dos produtos vendidos da operação de cerveja no Brasil em 2022 cresceu 22,0%, chegando a R\$ 18.765,3 milhões, enquanto o custo dos produtos vendidos por hectolitro apresentou um aumento de 17,8%.

Bebidas não Alcoólicas (NAB)

O custo dos produtos vendidos da operação de Bebidas não Alcoólicas no Brasil cresceu 35,7% em 2022, chegando a R\$ 3.971,5 milhões. O custo dos produtos vendidos por hectolitro cresceu 21,1%.

CAC

O custo dos produtos vendidos nas nossas operações na CAC aumentou 4,5% em 2022, chegando a R\$ 4.860,8 milhões, enquanto o custo por hectolitro subiu 18,8%.

América Latina Sul

A América Latina Sul apresentou crescimento de 41,0% do custo dos produtos vendidos, totalizando R\$ 8.553,1 milhões em 2022, o que representa um crescimento do custo dos produtos vendidos por hectolitro de 38,7%. Além dos fatores mencionados anteriormente, a alta inflação na Argentina também contribuiu para o aumento de custos.

Canadá

O custo dos produtos vendidos do Canadá no ano de 2022 apresentou crescimento de 4,9% em comparação ao ano anterior, totalizando R\$ 4.271,4 milhões, enquanto, em uma base por hectolitro, o aumento foi de 7,9%.

Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas da Companhia totalizaram R\$ 23.969,4 milhões em 2022, crescendo 19,6% no ano.

Brasil

As despesas com vendas, gerais e administrativas no Brasil somaram R\$ 13.522,0 milhões em 2022, aumentando 16,9%.

Cerveja

As despesas com vendas, gerais e administrativas para cerveja atingiram R\$ 11.514,0 milhões em 2022, apresentando uma elevação de 15,4%.

Bebidas não Alcoólicas (NAB)

Despesas com vendas, gerais e administrativas para Bebidas não Alcoólicas acumularam R\$ 2.008,0 milhões em 2022, com crescimento de 26,0%.

CAC

As despesas com vendas, gerais e administrativas das operações da Ambev na CAC somaram R\$ 1.999,9 milhões em 2022, com um aumento de 1,9%.

América Latina Sul

As despesas com vendas, gerais e administrativas na América Latina Sul acumularam R\$ 4.421,4 milhões em 2022, crescendo 43,7% organicamente, impactadas, principalmente, por pressões inflacionárias na Argentina.

Canadá

No Canadá, as despesas com vendas, gerais e administrativas totalizaram R\$ 4.026,1 milhões em 2022, um aumento de 11,3%.

Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas

O saldo líquido de outras receitas e despesas operacionais referente ao exercício de 2022 representou um ganho de R\$ 2.513,9 milhões, comparado ao ganho de R\$ 2.124,1 milhões registrado em 2021. Esse resultado se deve principalmente aos créditos fiscais extraordinários reconhecidos no exercício.

| Outras receitas/(despesas) operacionais | | |
|---|----------------|----------------|
| <i>R\$ milhões</i> | 12M21 | 12M22 |
| Subvenção governamental/AVP de incentivos fiscais | 853,3 | 1.289,3 |
| Créditos/(débitos) extemporâneos de tributos | 1.219,0 | 1.013,9 |
| (Adições)/reversões de provisões | (71,4) | (77,2) |
| Ganho/(perda) na alienação de imobilizado, intangível e operações em associadas | 66,1 | 88,8 |
| Outras receitas/(despesas) operacionais | 57,2 | 199,2 |
| Outras receitas/(despesas) operacionais | 2.124,1 | 2.513,9 |

Itens não usuais

Os itens não usuais correspondem a (i) despesas de reestruturação ligadas primariamente a projetos de centralização e redimensionamento no Brasil e na LAS, (ii) despesas não usuais incorridas devido à pandemia da COVID-19, incluindo ações realizadas para assegurar a saúde e segurança dos nossos funcionários, como a aquisição de álcool em gel, máscaras e limpeza adicional de nossas instalações, assim como doações para a comunidade, (iii) refere-se a baixa de investimento de linha de negócio no Canadá, e (iv) refere-se a negociação de acordo de distribuição com nosso parceiro estratégico na Guatemala.

| Itens não usuais | | |
|--|----------------|----------------|
| <i>R\$ milhões</i> | 12M21 | 12M22 |
| Reestruturação | (165,4) | (101,7) |
| Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação) | (11,1) | (8,2) |
| Impactos COVID-19 | (134,3) | (16,7) |
| Baixa de investimentos | | (16,6) |
| Acordo de distribuição | (82,0) | |
| Itens não usuais | (392,8) | (143,3) |

Resultado financeiro

O resultado financeiro no ano foi uma despesa de R\$ 3.423,2 milhões, comparado a uma despesa de R\$ 3.205,4 milhões em 2021. Esse resultado em 2022 é explicado principalmente por (i) ganho com juros sobre caixa e correção monetária de créditos fiscais; (ii) despesas com juros impactadas, principalmente, por ajustes de valor justo de contas a pagar conforme determinado pelo IFRS13 (CPC46) e por juros de empréstimos; (iii) gastos com instrumentos derivativos, impulsionada pelo custo de carregamento de hedges cambiais vinculados à nossa exposição do CPV e capex; (iv) perdas com instrumentos não derivativos relacionadas a despesas sem efeito de caixa, devido à variação cambial.

| Resultado financeiro líquido | | |
|--|------------------|------------------|
| <i>R\$ milhões</i> | 12M21 | 12M22 |
| Receitas de juros | 1.101,5 | 2.167,7 |
| Despesas com juros | (1.431,8) | (2.328,3) |
| Ganhos/(perdas) com derivativos | (2.540,4) | (3.158,4) |
| Ganhos/(perdas) com instrumentos não-derivativos | (334,3) | (618,5) |
| Impostos sobre transações financeiras | (216,6) | (339,6) |
| Outras receitas/(despesas) financeiras líquidas | (706,2) | (749,5) |
| Hiperinflação Argentina | 922,4 | 1.603,5 |
| Resultado financeiro líquido | (3.205,4) | (3.423,2) |

A dívida total da Companhia aumentou de R\$ 3.100,5 milhões em dezembro de 2021 para R\$ 3.770,7 milhões em dezembro de 2022.

| Detalhamento da dívida | 31 de dezembro de 2021 | | | 31 de dezembro de 2022 | | |
|--|------------------------|----------------|-------------------|------------------------|----------------|-------------------|
| | <i>R\$ milhões</i> | Circulante | Não circulante | Total | Circulante | Não circulante |
| Moeda Local | 689,3 | 1.737,0 | 2.426,3 | 754,3 | 2.077,9 | 2.832,2 |
| Moeda Estrangeira | 157,9 | 516,4 | 674,3 | 228,2 | 710,3 | 938,5 |
| Dívida Consolidada | 847,1 | 2.253,4 | 3.100,5 | 982,6 | 2.788,1 | 3.770,7 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa (líquido da conta garantida) | | | 16.597,2 | | | 14.852,1 |
| Aplicações Financeiras Correntes | | | 1.914,6 | | | 454,5 |
| Dívida/(caixa) líquida | | | (15.411,3) | | | (11.535,9) |

O risco de crédito da Ambev como emissor de dívida em moeda nacional e estrangeira detém a classificação de grau de investimento segundo a Standard and Poor's e a Moody's Ratings.

Imposto de renda e contribuição social

A alíquota efetiva em 2022 foi de -4,6%, contra a alíquota do ano anterior de 4,6%.

Participações de empregados e administradores

No ano de 2022, a participação nos lucros de empregados e administradores provisionada foi de R\$ 1.119,2 milhões. Este valor faz parte da política de remuneração variável da Companhia, segundo a qual a maioria dos

empregados e administradores tem uma parte significativa de sua remuneração sujeita ao cumprimento de metas de desempenho.

Participação dos não controladores

As despesas com participações dos não controladores em subsidiárias da Companhia em 2022 acumularam R\$ 433,3 milhões, contra uma despesa de R\$ 451,6 milhões em 2021.

Lucro líquido

O lucro líquido no ano foi de R\$ 14.891,3 milhões, um aumento de 13,5% comparado ao ano de 2021, enquanto, em uma base ajustada para itens não usuais, o lucro líquido foi de R\$ 15.166,8 milhões em 2022, um aumento de 12,6% comparado ao ano anterior.

Dividendos e ações

Nosso estatuto social prevê dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 40% do lucro líquido anual ajustado da Companhia, incluindo as quantias pagas a título de juros sobre o capital próprio. Em 2022, foram distribuídos os valores de R\$ 11.999,8 milhões de juros sobre o capital próprio referentes ao exercício de 2022. Na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, foram negociados aproximadamente R\$ 96,3 bilhões em ações ordinárias da Companhia durante o ano de 2022. Neste período, o Índice Bovespa teve uma valorização de 4,7%, enquanto nossas ações terminaram o ano cotadas a R\$ 14,52, representando uma desvalorização de 0,9%^[1] no ano de 2022.

Reconciliação entre lucro líquido e EBITDA

O EBITDA ajustado e o Lucro operacional ajustado são medidas utilizadas pela Administração da Companhia para medir seu desempenho. O EBITDA ajustado é calculado excluindo-se do lucro líquido do exercício os seguintes efeitos: (i) participação de não controladores, (ii) despesa com imposto de renda, (iii) participação nos resultados de coligadas e subsidiárias, (iv) resultado financeiro líquido, (v) itens não usuais, e (vi) despesas com depreciações e amortizações.

O EBITDA é calculado excluindo-se do EBITDA ajustado os seguintes efeitos: (i) Itens não usuais e (ii) Participação nos resultados de coligadas.

O EBITDA ajustado e o Lucro operacional ajustado não são medidas contábeis utilizadas nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em IFRS ou nos Estados Unidos da América (US GAAP), e não devem ser considerados como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na condição de indicador de liquidez. Nossas definições de EBITDA ajustado e Lucro operacional ajustado podem não ser comparáveis ao EBITDA ajustado e ao Lucro operacional ajustado conforme definido por outras empresas.

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/09, o Presidente Executivo e o Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

^[1] Dados por ação, ajustados para refletir distribuições de dividendos, juros sobre o capital próprio, desdobramento ou grupamento no período.

| Reconciliação - Lucro líquido ao EBITDA | | |
|--|-----------------|-----------------|
| R\$ milhões | 12M21 | 12M22 |
| Lucro líquido - Ambev | 12.671,0 | 14.457,9 |
| Participação dos não controladores | 451,6 | 433,3 |
| Despesa com imposto de renda e contribuição social | 636,6 | (655,6) |
| Lucro antes de impostos | 13.759,2 | 14.235,7 |
| Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto | 115,7 | 29,1 |
| Resultado financeiro líquido | 3.205,4 | 3.423,2 |
| Itens não usuais | 392,8 | 143,3 |
| Lucro operacional ajustado | 17.473,0 | 17.831,2 |
| Depreciação & amortização – total* | 5.396,7 | 5.939,6 |
| EBITDA ajustado | 22.869,7 | 23.770,9 |
| Itens não usuais sem baixa de investimentos | (392,8) | (126,7) |
| Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto | (115,7) | (29,1) |
| EBITDA | 22.361,2 | 23.615,1 |

* Incluindo baixa de investimentos.

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/09, o Presidente Executivo e o Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A política de atuação junto aos nossos auditores independentes na prestação de serviços não relacionados a auditoria externa se consubstancia em princípios que preservam a independência do auditor. Estes princípios estabelecem que:

- auditor não deve auditar seu próprio trabalho;
- auditor não deve exercer funções gerenciais; e,
- auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Adotamos política e procedimentos de pré-aprovação segundo os quais todos os serviços de auditoria e outros serviços prestados por auditores independentes contratados pela Ambev e por suas subsidiárias devem ser aprovados pelo nosso Conselho Fiscal, o qual também cumpre as funções de comitê de auditoria para os propósitos da Lei Sarbanes-Oxley de 2002, em conformidade com a Regra 10A-3(c)(3).

O Conselho Fiscal adota uma lista de serviços e limites de valor para a contratação de cada tipo de serviço (“Lista Básica”), por sua vez aprovada pelo Conselho de Administração. Qualquer serviço constante dessa Lista Básica é considerado “pré-aprovado” dentro dos limites individuais de valor, e que no agregado anual não ultrapassem 20% dos honorários anuais de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e suas Controladas em determinado exercício social. Trimestralmente, o Conselho Fiscal recebe do Diretor Vice-Presidente Financeiro um relatório resumido sobre o progresso dos serviços prestados pré-aprovados e os honorários correspondentes devidamente autorizados. Quaisquer serviços não contemplados nessa Lista Básica requerem uma opinião anterior favorável do Conselho Fiscal e a aprovação do Conselho de Administração.

Nossa política contém também uma lista de serviços que não podem ser prestados por nossos auditores externos. Essa política é revista periodicamente pelo Conselho de Administração, inclusive por recomendação do Conselho Fiscal.

SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

Tais informações incluem serviços prestados, além dos serviços de auditoria externa, para a Companhia ou suas controladas durante o ano de 2022.

Foram prestados serviços, com prazo de execução inferior a um ano, relacionados a procedimentos de revisão pré acordados executados na subsidiária no Canadá.

Contratamos um total de R\$ 128 mil referente a tal serviço, o que equivale a aproximadamente 1% dos honorários de auditoria externa relativos às Demonstrações Financeiras de 2022 da Companhia e suas controladas.

A Companhia entende que o processo de aprovação existente e a proporção dos serviços adicionais não comprometem a independência do auditor.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| BALANÇO PATRIMONIAL | 2 |
| DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS | 4 |
| DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE | 6 |
| DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 7 |
| DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA | 9 |
| DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO | 10 |
| NOTAS EXPLICATIVAS | |
| 1 INFORMAÇÕES GERAIS | 11 |
| 2 DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO | 14 |
| 3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS | 15 |
| 4 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS | 41 |
| 5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 43 |
| 6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 43 |
| 7 CONTAS A RECEBER | 43 |
| 8 ESTOQUES | 45 |
| 9 IMPOSTOS A RECUPERAR | 45 |
| 10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS | 45 |
| 11 INVESTIMENTOS | 49 |
| 12 IMOBILIZADO | 51 |
| 13 INTANGÍVEL | 56 |
| 14 ÁGIO | 58 |
| 15 CONTAS A PAGAR | 61 |
| 16 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS | 61 |
| 17 PROVISÕES | 65 |
| 18 BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS | 67 |
| 19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 72 |
| 20 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO | 81 |
| 21 RECEITA LÍQUIDA | 84 |
| 22 OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS | 85 |
| 23 INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA | 85 |
| 24 ITENS NÃO USUAIS | 86 |
| 25 DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS | 86 |
| 26 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | 88 |
| 27 FOLHA DE PAGAMENTO E BENEFÍCIOS RELACIONADOS | 90 |
| 28 PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES | 91 |
| 29 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS | 94 |
| 30 GARANTIAS, OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, ADIANTAMENTO DE CLIENTES E OUTROS | 111 |
| 31 CONTINGÊNCIAS | 112 |
| 32 PARTES RELACIONADAS | 126 |
| 33 COMPANHIAS DO GRUPO | 133 |
| 34 SEGUROS | 134 |

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

| Ativo | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 4.923.851 | 3.797.863 | 14.926.435 | 16.627.698 |
| Aplicações financeiras | 6 | 35.770 | 22.866 | 454.497 | 1.914.607 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 29 | - | - | 272.301 | 597.392 |
| Contas a receber | 7 | 2.330.865 | 2.869.475 | 5.349.105 | 4.791.634 |
| Estoques | 8 | 5.638.665 | 4.790.224 | 12.923.025 | 11.000.346 |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | | 1.260.945 | 107.826 | 1.808.661 | 631.524 |
| Impostos a recuperar | 9 | 456.922 | 1.214.853 | 1.044.814 | 1.981.149 |
| Outros ativos | | 534.326 | 496.723 | 1.037.873 | 1.082.791 |
| Ativo circulante | | 15.181.344 | 13.299.830 | 37.816.711 | 38.627.141 |
| Aplicações financeiras | 6 | 145.612 | 132.150 | 219.055 | 192.877 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 29 | - | - | 1.531 | 1.581 |
| Contas a receber | 7 | 63.322 | 56.822 | - | - |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | | 4.561.150 | 6.313.732 | 4.607.486 | 6.326.908 |
| Impostos a recuperar | 9 | 5.076.410 | 4.779.756 | 6.708.773 | 6.005.396 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 10 | 4.108.678 | 3.129.802 | 6.438.835 | 4.727.749 |
| Outros ativos | | 1.275.700 | 1.295.377 | 1.905.194 | 2.063.265 |
| Benefícios a funcionários | 18 | 2.050 | 2.382 | 56.582 | 27.850 |
| Investimentos | 11 | 84.673.352 | 86.992.221 | 331.939 | 305.180 |
| Imobilizado | 12 | 15.154.366 | 14.439.258 | 30.055.690 | 29.224.261 |
| Intangível | 13 | 1.710.044 | 999.375 | 9.222.249 | 8.689.015 |
| Ágio | 14 | 281.858 | 281.858 | 40.594.038 | 42.411.260 |
| Ativo não circulante | | 117.052.542 | 118.422.733 | 100.141.372 | 99.975.342 |
| Total do ativo | | 132.233.886 | 131.722.563 | 137.958.083 | 138.602.483 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

BALANÇO PATRIMONIAL (CONTINUAÇÃO)

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

| Passivo e patrimônio líquido | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Contas a pagar | 15 | 14.915.711 | 14.826.122 | 24.328.529 | 25.077.911 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 29 | - | - | 729.424 | 492.546 |
| Empréstimos e financiamentos | 16 | 518.798 | 377.881 | 982.569 | 847.118 |
| Conta garantida | 5 | - | - | 74.343 | 30.514 |
| Salários e encargos | | 1.203.034 | 1.281.962 | 2.335.826 | 2.439.448 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar | | 644.979 | 571.054 | 1.464.812 | 1.425.045 |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | | 118.146 | 125.715 | 1.118.614 | 1.491.037 |
| Impostos, taxas e contribuições a recolher | | 3.987.866 | 3.049.632 | 5.812.872 | 4.585.923 |
| Opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos | | 2.628.193 | 1.531.359 | 3.512.822 | 2.304.546 |
| Provisões | 17 | 123.603 | 138.668 | 180.727 | 172.318 |
| Passivo circulante | | 24.140.330 | 21.902.393 | 40.540.538 | 38.866.406 |
| Contas a pagar | 15 | 21.351.566 | 21.074.310 | 509.427 | 617.056 |
| Empréstimos e financiamentos | 16 | 1.497.619 | 1.142.504 | 2.788.137 | 2.253.406 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 10 | - | - | 3.725.692 | 3.213.967 |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | | 347.573 | 356.772 | 1.598.626 | 1.686.925 |
| Impostos, taxas e contribuições a recolher | | 451.817 | 699.767 | 670.974 | 704.160 |
| Opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos | | 1.605.448 | 3.281.191 | 1.896.758 | 3.445.223 |
| Provisões | 17 | 589.753 | 309.625 | 738.982 | 603.772 |
| Benefícios a funcionários | 18 | 294.147 | 312.970 | 2.161.122 | 3.193.951 |
| Passivo não circulante | | 26.137.923 | 27.177.139 | 14.089.718 | 15.718.460 |
| Total do passivo | | 50.278.253 | 49.079.532 | 54.630.256 | 54.584.866 |
| Patrimônio líquido | 19 | | | | |
| Capital social | | 58.130.517 | 58.042.464 | 58.130.517 | 58.042.464 |
| Reservas | | 92.246.594 | 86.378.828 | 92.246.594 | 86.378.828 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | | (68.421.478) | (61.778.261) | (68.421.478) | (61.778.261) |
| Patrimônio líquido de controladores | | 81.955.633 | 82.643.031 | 81.955.633 | 82.643.031 |
| Participação de não controladores | | - | - | 1.372.194 | 1.374.586 |
| Total do patrimônio líquido | | 81.955.633 | 82.643.031 | 83.327.827 | 84.017.617 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 132.233.886 | 131.722.563 | 137.958.083 | 138.602.483 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Nota | Controladora | |
|---|------|--------------------|--------------------|
| | | 2022 | 2021 |
| Receita líquida | 21 | 38.494.443 | 32.350.311 |
| Custo dos produtos vendidos | 23 | (24.060.176) | (20.990.613) |
| Lucro bruto | | 14.434.267 | 11.359.698 |
| Despesas logísticas | | (4.115.152) | (3.496.732) |
| Despesas comerciais | | (3.357.401) | (2.842.503) |
| Despesas administrativas | | (3.025.740) | (2.846.454) |
| Outras receitas/(despesas) operacionais | 22 | 2.408.091 | 1.722.801 |
| Participação nos resultados de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto | 11 | 6.554.904 | 7.172.784 |
| Itens não usuais | 24 | (27.971) | (112.974) |
| Lucro operacional | | 12.870.998 | 10.956.620 |
| Despesas financeiras | 25 | (3.764.794) | (2.390.061) |
| Receitas financeiras | 25 | 2.703.310 | 1.040.503 |
| Resultado financeiro, líquido | | (1.061.484) | (1.349.558) |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | | 11.809.514 | 9.607.062 |
| Imposto de renda e contribuição social | 26 | 2.648.429 | 3.063.906 |
| Lucro líquido do exercício | | 14.457.943 | 12.670.968 |
| Lucro por ação ordinária (básico) – R\$ | 19 | 0,9184 | 0,8052 |
| Lucro por ação ordinária (diluído) – R\$ | 19 | 0,9123 | 0,7991 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (continuação)

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Nota | Consolidado | |
|--|------|--------------------|--------------------|
| | | 2022 | 2021 |
| Receita líquida | 21 | 79.708.827 | 72.854.344 |
| Custo dos produtos vendidos | 23 | (40.422.069) | (35.659.744) |
| Lucro bruto | | 39.286.758 | 37.194.600 |
| Despesas logísticas | | (11.395.310) | (9.932.743) |
| Despesas comerciais | | (7.337.370) | (7.035.512) |
| Despesas administrativas | | (5.236.766) | (4.877.389) |
| Outras receitas/(despesas) operacionais | 22 | 2.513.904 | 2.124.083 |
| Itens não usuais | 24 | (143.270) | (392.811) |
| Lucro operacional | | 17.687.946 | 17.080.228 |
| Despesas financeiras | 25 | (7.892.181) | (5.427.755) |
| Receitas financeiras | 25 | 4.469.011 | 2.222.390 |
| Resultado financeiro, líquido | | (3.423.170) | (3.205.365) |
| Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto | | (29.106) | (115.703) |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | | 14.235.670 | 13.759.160 |
| Imposto de renda e contribuição social | 26 | 655.621 | (636.578) |
| Lucro líquido do exercício | | 14.891.291 | 13.122.582 |
| Atribuído à: | | | |
| Participação dos controladores | | 14.457.943 | 12.670.968 |
| Participação dos não controladores | | 433.348 | 451.614 |
| Lucro por ação ordinária (básico) – R\$ | 19 | 0,9184 | 0,8052 |
| Lucro por ação ordinária (diluído) – R\$ | 19 | 0,9123 | 0,7991 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Lucro líquido do exercício | 14.457.943 | 12.670.968 | 14.891.291 | 13.122.582 |
| Itens a serem posteriormente reciclados para o resultado: | | | | |
| Ganhos e (perdas) na conversão de operações no exterior | | | | |
| Hedge de investimento - opção de venda concedida sobre participação em controlada | 203.755 | 193.585 | 203.755 | 193.585 |
| Ganhos e (perdas) na conversão de demais operações no exterior | (6.975.929) | 2.256.133 | (7.066.933) | 2.364.461 |
| Total dos ganhos e (perdas) na conversão de operações no exterior | (6.772.174) | 2.449.718 | (6.863.178) | 2.558.046 |
| Hedge de fluxo de caixa – ganhos e (perdas) | | | | |
| Reconhecido no patrimônio líquido (Reserva de hedge) | 38.378 | 2.303.829 | 37.989 | 2.311.204 |
| Excluído do patrimônio líquido (Reserva de hedge) e incluído no resultado | (355.110) | (1.823.017) | (356.741) | (1.829.910) |
| Total hedge de fluxo de caixa | (316.732) | 480.812 | (318.752) | 481.294 |
| Itens que não serão reciclados para o resultado: | | | | |
| Reconhecimento de ganhos/(perdas) atuariais | 466.491 | 341.754 | 470.690 | 339.978 |
| Outros resultados abrangentes | (6.622.415) | 3.272.284 | (6.711.240) | 3.379.318 |
| Resultado abrangente do exercício | 7.835.528 | 15.943.252 | 8.180.051 | 16.501.900 |
| Atribuído à: | | | | |
| Participação dos controladores | 7.835.528 | 15.943.252 | 7.835.528 | 15.943.252 |
| Participação de não controladores | - | - | 344.523 | 558.648 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. As demonstrações do resultado abrangente estão apresentadas líquidas do imposto de renda. Os efeitos tributários encontram-se divulgados na Nota 10 - *Imposto de renda e contribuição social diferidos*.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

| | Atribuído à participação dos controladores | | | | | Total | Participação de não controladores | Total do patrimônio líquido |
|--|--|---------------------|--------------------|-------------------|----------------------------------|-------------------|-----------------------------------|-----------------------------|
| | Capital Social | Reservas de capital | Reservas de lucros | Lucros acumulados | Ajustes de avaliação patrimonial | | | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2021 | 57.899.073 | 54.985.511 | 25.920.061 | - | (64.989.017) | 73.815.628 | 1.335.496 | 75.151.124 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 12.670.968 | - | 12.670.968 | 451.614 | 13.122.582 |
| <i>Resultado Abrangente:</i> | | | | | | | | |
| Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior | - | - | - | - | 2.449.718 | 2.449.718 | 108.328 | 2.558.046 |
| Hedge de fluxo de caixa | - | - | - | - | 480.812 | 480.812 | 482 | 481.294 |
| Ganhos/(perdas) atuariais | - | - | - | - | 341.754 | 341.754 | (1.776) | 339.978 |
| Resultado abrangente do exercício | - | - | - | 12.670.968 | 3.272.284 | 15.943.252 | 558.648 | 16.501.900 |
| Aumento de capital (Nota 19) | 143.391 | (134.297) | - | - | - | 9.094 | - | 9.094 |
| Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação) | - | - | - | 2.063.722 | - | 2.063.722 | 21.432 | 2.085.154 |
| Opções concedidas sobre participação em controlada | - | - | - | - | (1.883) | (1.883) | - | (1.883) |
| Ganhos/(perdas) de participação | - | - | - | - | (46.159) | (46.159) | 8.513 | (37.646) |
| Imposto sobre dividendos fictos | - | - | - | - | (1.663) | (1.663) | - | (1.663) |
| Dividendos distribuídos | - | - | - | (2.099.486) | - | (2.099.486) | (549.503) | (2.648.989) |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | (7.400.137) | - | (7.400.137) | - | (7.400.137) |
| Compra de ações, resultado de ações em tesouraria e pagamentos baseados em ações | - | 335.974 | - | - | - | 335.974 | - | 335.974 |
| Dividendos prescritos/(complemento) | - | - | - | 24.689 | - | 24.689 | - | 24.689 |
| Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente (Nota 19) | - | - | - | 11.823 | (11.823) | - | - | - |
| Reserva de incentivos fiscais | - | - | 1.423.467 | (1.423.467) | - | - | - | - |
| Reserva de investimentos | - | - | 3.848.112 | (3.848.112) | - | - | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 58.042.464 | 55.187.188 | 31.191.640 | - | (61.778.261) | 82.643.031 | 1.374.586 | 84.017.617 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTINUAÇÃO)

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

| | Atribuído à participação dos controladores | | | | | Total | Participação de não controladores | Total do patrimônio líquido |
|--|--|---------------------|--------------------|-------------------|----------------------------------|-------------------|-----------------------------------|-----------------------------|
| | Capital Social | Reservas de capital | Reservas de lucros | Lucros acumulados | Ajustes de avaliação patrimonial | | | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2022 | 58.042.464 | 55.187.188 | 31.191.640 | - | (61.778.261) | 82.643.031 | 1.374.586 | 84.017.617 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 14.457.943 | - | 14.457.943 | 433.348 | 14.891.291 |
| <i>Resultado Abrangente:</i> | | | | | | | | |
| Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior | - | - | - | - | (6.772.174) | (6.772.174) | (91.004) | (6.863.178) |
| Hedge de fluxo de caixa | - | - | - | - | (316.732) | (316.732) | (2.020) | (318.752) |
| Ganhos/(perdas) atuariais | - | - | - | - | 466.491 | 466.491 | 4.199 | 470.690 |
| Resultado abrangente do exercício | - | - | - | 14.457.943 | (6.622.415) | 7.835.528 | 344.523 | 8.180.051 |
| Aumento de capital (Nota 19) | 88.053 | (64.289) | - | - | - | 23.764 | - | 23.764 |
| Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação) | - | - | - | 3.224.451 | - | 3.224.451 | 9.079 | 3.233.530 |
| Ganhos/(perdas) de participação | - | - | - | - | (2.757) | (2.757) | (261) | (3.018) |
| Imposto sobre dividendos fictos | - | - | - | - | (6.222) | (6.222) | - | (6.222) |
| Dividendos distribuídos | - | - | - | - | - | - | (357.353) | (357.353) |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | (11.999.808) | - | (11.999.808) | - | (11.999.808) |
| Compra de ações, resultado de ações em tesouraria e pagamentos baseados em ações | - | 216.795 | - | - | - | 216.795 | 1.620 | 218.415 |
| Dividendos prescritos/(complemento) | - | - | - | 20.851 | - | 20.851 | - | 20.851 |
| Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente (Nota 19) | - | - | - | 11.823 | (11.823) | - | - | - |
| Reserva de incentivos fiscais | - | - | 2.018.618 | (2.018.618) | - | - | - | - |
| Reserva de investimentos | - | - | 3.696.642 | (3.696.642) | - | - | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 58.130.517 | 55.339.694 | 36.906.900 | - | (68.421.478) | 81.955.633 | 1.372.194 | 83.327.827 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|------|--------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Lucro líquido do exercício | | 14.457.943 | 12.670.968 | 14.891.291 | 13.122.582 |
| Depreciação, amortização e <i>impairment</i> | | 3.078.591 | 2.725.063 | 5.956.250 | 5.396.687 |
| Perda por <i>impairment</i> nas contas a receber, nos estoques e nas demais contas a receber | | 204.958 | 108.391 | 351.808 | 200.773 |
| Aumento/(redução) nas provisões e benefícios a funcionários | | 126.038 | 141.779 | 232.739 | 244.581 |
| Resultado financeiro líquido | 25 | 1.061.484 | 1.349.558 | 3.423.170 | 3.205.365 |
| Perda/(ganho) na venda de imobilizado e intangíveis | | (51.393) | (110.333) | (88.764) | (142.809) |
| Despesa com pagamentos baseados em ações | 28 | 238.376 | 322.993 | 313.869 | 387.611 |
| Imposto de renda e contribuição social | 26 | (2.648.429) | (3.063.906) | (655.621) | 636.578 |
| Participação nos resultados de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto | | (6.554.904) | (7.172.784) | 29.106 | 115.703 |
| Resultados das operações de hedge | | - | - | (466.626) | (1.852.367) |
| Outros itens que não afetam o caixa incluídos no lucro | | (14.873) | - | (17.344) | - |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais antes do capital de giro e provisões | | 9.897.791 | 6.971.729 | 23.969.878 | 21.314.704 |
| (Aumento)/redução no contas a receber e demais contas a receber | | 1.423.154 | 831.698 | (322.510) | 341.428 |
| (Aumento)/redução nos estoques | | (1.025.110) | (1.765.505) | (3.088.015) | (3.499.466) |
| Aumento/(redução) no contas a pagar e demais contas a pagar | | (1.264.984) | 2.951.092 | 726.616 | 6.157.497 |
| Geração de caixa das atividades operacionais | | 9.030.851 | 8.989.014 | 21.285.969 | 24.314.163 |
| Juros pagos | | (1.050.866) | (1.232.083) | (826.340) | (498.243) |
| Juros recebidos | | 653.194 | 184.182 | 1.094.960 | 377.060 |
| Dividendos recebidos | | 2.440.050 | 4.476.116 | 6.567 | 13.050 |
| Imposto de renda e contribuição social (pagos)/creditados | | 2.126.890 | 1.164.056 | (919.003) | (1.305.079) |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | 13.200.119 | 13.581.285 | 20.642.153 | 22.900.951 |
| Proventos da venda de imobilizado e intangíveis | | 57.963 | 190.398 | 133.935 | 301.739 |
| Proventos da venda de operações em subsidiárias | | - | - | - | 542 |
| Aquisição de imobilizado e intangíveis | | (3.912.270) | (4.494.027) | (6.533.063) | (7.677.113) |
| Aquisição de subsidiárias, líquido de caixa adquirido | | - | (16.498) | (2.964) | (133.785) |
| Aquisição de outros investimentos | | (29.999) | (45.811) | (29.999) | (5.263) |
| (Aplicação financeira)/proventos líquidos de títulos de dívida | | (62.996) | (7.505) | 1.412.952 | (236.007) |
| Proventos/(aquisição) de outros ativos, líquidos | | 20.000 | - | 15.000 | 15.005 |
| Provento na venda de participação de investimento/redução de capital em controlada | | 1.400.000 | 3.985.505 | - | - |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | (2.527.302) | (387.938) | (5.004.139) | (7.734.882) |
| Aumento de capital | | 23.764 | 9.094 | 23.764 | 9.094 |
| Proventos/(recompra) de ações | | (50.321) | (44.165) | (54.082) | (44.165) |
| Aquisição de participação de não controladores | | - | - | (57) | - |
| Proventos de empréstimos | | 2.867.958 | 155.165 | 274.857 | 315.226 |
| Liquidação de empréstimos e mútuos | | (129.162) | (2.822.788) | (230.214) | (2.453.953) |
| Caixa líquido de custos financeiros, exceto juros | | 21.332 | (311.413) | (3.255.110) | (2.089.569) |
| Pagamento de passivos de arrendamento | | (375.369) | (312.320) | (854.740) | (663.205) |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos | | (11.905.031) | (10.616.874) | (12.242.324) | (11.115.251) |
| Fluxo de caixa de atividades de financiamento | | (9.546.829) | (13.943.301) | (16.337.906) | (16.041.823) |
| Aumento/(redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa | | 1.125.988 | (749.954) | (699.892) | (875.754) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício ⁽ⁱ⁾ | | 3.797.863 | 4.547.817 | 16.597.184 | 17.090.335 |
| Efeito de variação cambial em caixa e equivalente de caixa | | - | - | (1.045.200) | 382.603 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício ⁽ⁱ⁾ | | 4.923.851 | 3.797.863 | 14.852.092 | 16.597.184 |

(i) Líquido de conta garantida.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Receitas | 67.489.406 | 57.851.110 | 119.082.667 | 108.950.024 |
| Vendas mercadorias, produtos e serviços | 65.947.546 | 56.740.022 | 117.753.594 | 107.693.884 |
| Outras receitas/(despesas) líquidas | 1.564.761 | 1.127.548 | 1.374.361 | 1.266.853 |
| Provisão para perda estimada de créditos de liquidação duvidosa | (22.901) | (16.460) | (45.288) | (10.713) |
| Insumos adquiridos de terceiros | (34.854.486) | (30.517.527) | (58.190.781) | (51.704.459) |
| Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos | (28.424.953) | (25.304.725) | (43.230.336) | (37.855.688) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (6.207.386) | (5.073.485) | (14.480.155) | (13.570.521) |
| Perda de valores ativos | (222.147) | (139.317) | (480.290) | (278.250) |
| Valor adicionado bruto | 32.634.920 | 27.333.583 | 60.891.886 | 57.245.565 |
| Retenções | (2.856.444) | (2.585.746) | (5.475.960) | (5.118.437) |
| Depreciação e amortização | (2.856.444) | (2.585.746) | (5.475.960) | (5.118.437) |
| Valor adicionado líquido produzido | 29.778.476 | 24.747.837 | 55.415.926 | 52.127.128 |
| Valor adicionado recebido em transferência | 9.324.421 | 8.288.102 | 3.857.842 | 1.512.276 |
| Participação nos resultados de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto | 6.554.904 | 7.172.784 | (29.106) | (115.703) |
| Receitas financeiras | 2.703.310 | 1.040.503 | 4.469.011 | 2.222.390 |
| Outros | 66.207 | 74.815 | (582.063) | (594.411) |
| Valor adicionado total a distribuir | 39.102.897 | 33.035.939 | 59.273.768 | 53.639.404 |
| Distribuição do valor adicionado | 39.102.897 | 33.035.939 | 59.273.768 | 53.639.404 |
| Pessoal | 2.984.208 | 3.149.490 | 6.923.683 | 6.835.367 |
| Remuneração direta | 2.375.328 | 2.588.817 | 6.152.118 | 6.132.381 |
| Benefícios | 250.983 | 252.769 | 331.446 | 322.979 |
| Fundo de garantia por tempo de serviço | 141.226 | 115.510 | 173.289 | 144.423 |
| Outros | 216.671 | 192.394 | 266.830 | 235.584 |
| Impostos, taxas e contribuições | 18.020.695 | 14.898.111 | 29.668.670 | 28.402.126 |
| Federais | 2.301.798 | 1.125.345 | 9.348.525 | 10.001.128 |
| Estaduais | 15.689.422 | 13.739.662 | 20.278.739 | 18.358.869 |
| Municipais | 29.475 | 33.104 | 41.406 | 42.129 |
| Remuneração de capitais de terceiros | 3.640.051 | 2.317.370 | 7.790.124 | 5.279.329 |
| Despesas financeiras, exceto imposto sobre transações financeiras | 3.619.344 | 2.315.144 | 7.552.541 | 5.211.176 |
| Aluguéis | 20.707 | 2.226 | 237.583 | 68.153 |
| Remuneração de capitais próprios | 14.457.943 | 12.670.968 | 14.891.291 | 13.122.582 |
| Juros sobre o capital próprio | 11.999.808 | 7.400.137 | 11.999.808 | 7.400.137 |
| Dividendos | - | 2.099.486 | - | 2.099.486 |
| Lucros retidos | 2.458.135 | 3.171.345 | 2.458.135 | 3.171.345 |
| Participação de não controladores | - | - | 433.348 | 451.614 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1 INFORMAÇÕES GERAIS

(a) Objeto social

A Ambev S.A. (referida como “Companhia”, “Ambev” ou “Controladora”), em conjunto com suas controladas (“Grupo” ou “Consolidado”), com sede em São Paulo - SP, tem por objeto, diretamente ou por meio da participação em outras sociedades, produzir e comercializar cervejas, chopes, refrigerantes, outras bebidas, malte e alimentos em geral, além da publicidade de produtos seus e de terceiros, o comércio de materiais de promoção e propaganda e a exploração, direta ou indireta, de bares, restaurantes, lanchonetes e similares, entre outros.

A Companhia tem suas ações e ADRs (American Depositary Receipts) negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão sob o código “ABEV3” e na Bolsa de Nova Iorque (*New York Stock Exchange*-NYSE) sob o código “ABEV”, respectivamente.

Os acionistas controladores diretos da Companhia são a Interbrew International B.V. (“ITW International”), a AmBrew S.à.r.l. (“Ambrew”), ambas subsidiárias da Anheuser-Busch InBev N.V. (“AB InBev”), e a Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência (“Fundação Zerrenner”).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas, em forma definitiva, pelo Conselho de Administração em 01 de março de 2023.

(b) Principais eventos ocorridos em 2022 e 2021

Créditos Tributários - 2022

Após a decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) no julgamento do RE 574.706/PR, proferida em 2017 e ratificada em maio de 2021, que declarou inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, a Procuradoria da Fazenda Nacional (“PGFN”), de modo vinculante, se pronunciou a respeito do conteúdo e efeitos da referida decisão. O normativo da PGFN (Parecer PGFN 14.483/2021, que aprovou e complementou o Parecer PGFN nº 12.943/2021) apresentou o entendimento do órgão sobre os limites do julgado e equacionou os procedimentos que devem ser observados pela Administração Tributária com relação ao tema, especialmente no que se refere a questões relacionadas ao ICMS a ser excluído das bases de cálculo do PIS e da COFINS, aos aspectos temporais referentes à aplicabilidade do entendimento do STF (modulação de efeitos) e aos impactos da referida exclusão nos créditos registrados pelos adquirentes nas operações de entrada.

Tendo em vista a pacificação e entendimento vinculante do tema pela PGFN, com esclarecimentos importantes a respeito do conteúdo e efeitos da decisão proferida pelo STF no contexto do RE 574.706/PR, a Companhia realizou um conjunto de análises, com o suporte de seus assessores legais e consultores externos, com o objetivo de aprofundar e exaurir todas as questões jurídicas atreladas ao tema para

uma parcela específica de suas operações, que, por envolver transações entre subsidiárias, apresentam maior complexidade quanto à quantificação de indébito a recuperar, notadamente tendo em vista aspectos relacionados à sistemática de não cumulatividade da apuração do PIS e da COFINS dentro de uma estrutura de Grupo.

Tal análise apresentou complexidade adicional, em comparação aos cenários de reconhecimento de créditos decorrentes de exclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS e da COFINS registrados anteriormente pela Companhia, uma vez que envolve operações com subsidiárias, conforme mencionado acima, bem como tendo em vista a necessidade de combinação dos entendimentos legais referidos anteriormente com o regime específico de tributação no qual a Companhia está inserida.

Com a conclusão no segundo trimestre de 2022 de todas as etapas pertinentes e necessárias para completude dos requisitos necessários para reconhecimento contábil do ativo, incluindo sua mensuração com razoável segurança, o levantamento dos respectivos documentos e quantificação do indébito, a Companhia teve seus resultados do ano de 2022 positivamente impactados por um crédito tributário adicional de R\$1,2 bilhão.

Com relação ao valor referido acima, R\$0,9 bilhão foram registrados em Outras Receitas Operacionais, conforme descrito na Nota 22 - *Outras receitas/(despesas) operacionais*, e R\$0,3 bilhão em Receitas Financeiras, conforme descrito na Nota 25 - *Despesas e receitas financeiras*.

Dada a natureza da disputa, estes créditos tributários são tecnicamente parte de nossos resultados normalizados do ponto de vista contábil. Entretanto, dada sua relevância, e para assegurar maior transparência do desempenho de nossos negócios, desconsideramos valores dessa natureza para fins de cálculo de nosso desempenho orgânico do EBITDA ajustado.

Impactos da pandemia da COVID-19

O impacto da pandemia da COVID-19 em nossas operações e as restrições impostas por cada governo como resposta geraram, principalmente a partir de março de 2020, mudanças significativas na dinâmica de mercado tanto no canal de vendas *off-trade*, composto por supermercados e semelhantes, quanto no canal *on-trade*, composto por bares e restaurantes. Em todos os casos, quanto mais severas as restrições à comercialização e consumo de nossos produtos, maior a redução de volume, motivo pelo qual a Bolívia e o Panamá foram os países mais afetados principalmente no exercício de 2021. Por outro lado, observamos em todos os países em que operamos um aumento das vendas via *e-commerce*, ainda que esse canal represente somente uma pequena parcela do volume total da Companhia.

No início de 2022, nossas operações, principalmente no Brasil, foram impactadas pela onda da variante da COVID-19 Omicron, que somada a fatores como clima

desfavorável, impactou nossas vendas negativamente. A partir do segundo trimestre, com o progresso dos programas de vacinação e o maior controle sobre o avanço da pandemia da COVID-19, houve um relaxamento de ditas restrições nas regiões em que operamos, favorecendo a retomada do canal *on-trade*, apesar da incerteza sobre como evoluirá a retomada do consumo em cada um de tais territórios. No Brasil, a consistência na implementação da estratégia da Companhia aliada ao contexto de relaxamento das restrições e volta das ocasiões de consumo fora de casa gerou tendência positiva de volume, com crescimento, tanto de volume como de receita líquida, em comparação ao mesmo período de 2021. Conforme as circunstâncias relacionadas à pandemia da COVID-19 evoluam, as autoridades governamentais podem implementar medidas de emergência para mitigar a propagação da doença. A pandemia e as correspondentes medidas de mitigação podem ter um impacto adverso nas condições econômicas globais, bem como nos negócios da Companhia. A extensão do impacto da pandemia da COVID-19 nos negócios da Companhia dependerá de desdobramentos futuros, tais como a duração de novos surtos, eventuais fechamentos e restrições ao comércio e a eficácia das ações tomadas nas regiões onde atuamos e em outros países para conter e tratar a doença. Como esses eventos são muito incertos, a Companhia não pode determinar seu impacto financeiro neste momento. Quaisquer impactos podem resultar em efeito material adverso para os nossos negócios, liquidez, condição financeira e resultados de operações. No entanto, continuamos administrando com disciplina nossos recursos de liquidez e capital e a Administração conclui que não há dúvidas sobre a capacidade da Companhia em continuar com suas operações.

Conforme requerido pelo IAS 1/CPC 26 - *Apresentação das Demonstrações Contábeis*, a Administração da Companhia atualizou as análises sobre o impacto da pandemia da COVID-19, considerando a data-base de 31 de dezembro de 2022, que envolveu, principalmente, (i) a revisão das premissas do teste anual de *impairment*, conforme descrito na Nota 14 - *Ágio*, (ii) análise de eventuais perdas de crédito e obsolescência de estoques, (iii) análise da recuperabilidade de impostos diferidos, e (iv) avaliação das estimativas relevantes utilizadas na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, entre outras análises.

Eventuais impactos derivados dessas análises estão refletidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e divulgados nas notas explicativas. Adicionalmente, em virtude das ações de proteção de seus funcionários e as doações realizadas, a Companhia incorreu em despesas não usuais que totalizaram, em 31 de dezembro de 2022, R\$16.715 conforme demonstrado na Nota 24 - *Itens não usuais*.

Programa de recompra de ações

Em reunião realizada no dia 18 de março de 2021, o Conselho de Administração aprovou, nos termos do art. 30, §1º, “b”, da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM nº 567/15 (revogada pela Resolução CVM nº 77/22), programa de recompra de ações de emissão da própria Companhia (“Programa”) até o limite de 5.700.000 ações

ordinárias, com o principal objetivo de fazer frente à entrega de ações no âmbito dos planos de remuneração baseados em ações da Companhia, podendo ainda ser mantidas em tesouraria, canceladas e/ou alienadas posteriormente. O programa encerrou-se em 18 de setembro de 2022, conforme prazo previamente informado pela Companhia no Fato Relevante divulgado ao mercado em 18 de março de 2021. Nessa mesma data a Companhia possuía 4.357.308.131 ações em circulação, conforme definido na Instrução CVM nº 567/15 (revogada pela Resolução CVM nº 77/22). As aquisições de ações foram realizadas durante os exercícios de 2021 e 2022, no âmbito deste Programa, e foram realizadas a débito da conta de reservas de capital registrada nos balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2021, respectivamente. A operação foi realizada, nos exercícios de 2021 e de 2022, por meio das seguintes instituições financeiras: UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Itaú Corretora de Valores S.A.

Renegociação do acordo de acionistas da Tenedora

A Companhia e a E. León Jimenes, S.A. (“ELJ”), na qualidade de acionistas da Tenedora CND, S.A. (“Tenedora”) - holding com sede na República Dominicana, titular de quase a totalidade da Cervecería Nacional Dominicana, S.A. - celebraram, em 02 de Julho de 2020, o segundo aditivo ao Acordo de Acionistas da Tenedora (“Acordo de Acionistas”), visando estender sua parceria no país, postergando, para tanto, o prazo para exercício das opções de compra e venda previstas no referido Acordo de Acionistas. A ELJ atualmente é detentora de 15% das ações da Tenedora e sua opção de venda passou a ser dividida em duas tranches: (i) Tranche A, correspondente a 12,11% das ações, exercível em 2022, 2023 e 2024; e (ii) Tranche B, correspondente a 2,89% das ações, exercível a partir de 2026. A Companhia, por sua vez, possui opção de compra das ações Tranche A, exercível a partir de 2021, e das ações Tranche B, exercível a partir de 2029. Até 31 de dezembro de 2022 não ocorreram exercícios dessas opções. O detalhamento das premissas utilizadas para essa opção está descrito na Nota 29 (item IV (d)).

2 DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando-se a base contábil de continuidade operacional e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), em vigor em 31 de dezembro de 2022, e divulgam todas as informações relevantes, e somente elas, que estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração no desempenho de suas funções.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas e de forma suplementar para fins de IFRS. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - *Demonstração do Valor Adicionado*.

3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Não ocorreram mudanças significativas nas políticas contábeis das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de 31 de dezembro de 2022, bem como nos métodos de cálculos utilizados em relação àqueles apresentados nas demonstrações contábeis anuais individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

(a) Base de preparação e mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais ("R\$"), exceto quando mencionado de outra forma, arredondados para o milhar mais próximo indicado. O critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável.

(b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente

As alterações de normas e novas normas que entraram em vigor em 2022 não são aplicáveis ou não tiveram impactos materiais para a Companhia, para a preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Outras normas, interpretações e alterações às normas

Não há outras normas, alterações de normas e/ou interpretações que não estão em vigor e que a Companhia espera que tenham um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

(c) Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas, coligadas e negócios em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações contábeis, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPCs.

(d) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis das controladas, negócios em conjunto e coligadas utilizadas nas demonstrações contábeis consolidadas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação da Ambev, aplicando práticas contábeis idênticas.

Todas as transações, saldos e ganhos ou perdas não realizadas em transações entre empresas do grupo foram eliminadas.

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando ela está exposta ou tem direito a retornos variáveis em decorrência de seu envolvimento com a entidade e é capaz de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a entidade. Na determinação de controle, potenciais direitos de voto são levados em conta. Presume-se a existência de controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, mais de metade dos direitos de voto (o que nem sempre equivale à participação econômica), a menos que possa ser demonstrado que essa participação não constitui controle.

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido pela Companhia, exceto quando aplicada a prática contábil do custo precedente em transações de combinação de negócios sob controle comum. A consolidação é interrompida a partir da data em que esse controle deixa de existir.

A Ambev usa o método de alocação contábil do custo do investimento para registrar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Ambev. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos/assumidos em uma combinação de negócios são reconhecidos inicialmente pelos seus valores justos, na data da aquisição. A Ambev reconhece a participação de não controladores na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional à participação dos não controladores no valor justo dos ativos líquidos adquiridos. A mensuração da participação de não controladores é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso: (i) da contraprestação transferida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma redução ao valor recuperável (*impairment*) do ativo transferido.

Coligadas

Coligadas são empresas nas quais a Companhia tem influência significativa sobre as políticas financeiras e operacionais, mas que não controla.

A lista das principais coligadas e controladas está apresentada na nota 33 - *Companhias do grupo*.

Negócios em conjunto

Negócios em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Combinação de negócios envolvendo entidades sob controle comum

Combinações de negócios entre entidades sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelos IFRS's ou CPCs. A IFRS 3/CPC 15(R1) - *Combinação de Negócios* é o pronunciamento que se aplica a combinações de negócios, porém explicitamente exclui do seu escopo as combinações de negócios entre entidades sob controle comum, de forma que, na avaliação de transações de tal natureza, cabe julgamento da Administração para refletir adequadamente a essência e realidade econômica de cada transação.

i) Custo precedente

Conforme permitido pela IAS 8/CPC 23 - *Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro*, a Administração adotou uma prática contábil em linha com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos e no Reino Unido (USGAAP – *Generally Accepted Accounting Principles (United States)*) e UKGAAP – *Generally Accepted Accounting Principles (United Kingdom)*), a prática do custo precedente para registro do valor contábil do ativo recebido, tal como registrado pela controladora.

A prática contábil do custo precedente prevê que, ao contabilizar uma transferência de ativos entre entidades sob controle comum, a entidade que recebe os ativos líquidos ou as participações societárias inicialmente mensurará os ativos e passivos transferidos, reconhecidos aos seus valores contábeis nas contas da entidade que faz a transferência, na data da transferência, retrospectivamente. Se os valores contábeis

dos ativos e passivos transferidos, pela controladora, diferirem do custo histórico da controladora das entidades sob controle comum, as demonstrações contábeis da entidade recebedora deverão refletir os ativos e passivos transferidos ao custo da controladora das entidades sob controle comum em contrapartida ao patrimônio líquido contra a conta de reserva de ajustes de avaliação patrimonial.

ii) Permuta de ativos

Com relação às transações entre entidades sob controle comum que envolvam a alienação/transferência da controlada para seu controlador, ou seja, acima do nível da demonstração financeira consolidada da Ambev, a Companhia avalia a existência de i) oposição de interesses; e ii) substância e propósito econômico. Satisfeitas estas premissas, buscando proporcionar a visibilidade adequada e o justo impacto no montante de resultados distribuíveis a seus acionistas, notadamente os não controladores, a Companhia adotou como política, de forma análoga, os conceitos da IAS 16/CPC 27 - *Ativo Imobilizado*. A referida política contempla ativos adquiridos por meio de permuta por ativo não monetário, ou conjunto de ativos monetários e não monetários. Os ativos objetos de permuta podem ser de mesma natureza ou de naturezas diferentes. O custo de tal item do ativo é mensurado pelo valor justo, a não ser que a operação de permuta não tenha natureza comercial ou, o valor justo do ativo recebido e do ativo cedido não possam ser mensurados com segurança. O ativo adquirido é mensurado dessa forma mesmo que a entidade não consiga dar baixa imediata ao ativo cedido. Se o ativo adquirido não for mensurável ao valor justo, seu custo é determinado pelo valor contábil do ativo cedido.

Quando existir a distribuição de ativos, que não na forma de caixa, o ativo antes de sua distribuição é mensurado pelo seu valor justo em contrapartida de uma conta do resultado do exercício. Embora sua aplicação é prevista às distribuições por meio das quais são beneficiados os titulares da mesma classe de instrumentos patrimoniais e cujo tratamento seja equitativo, também de forma análoga ao ICPC 07/IFRIC 17, na ausência de uma prática contábil específica para transações sob controle comum, consideramos as disposições dessa instrução na definição de nossa prática contábil. Assim como acontece também em outras vendas que a Ambev faz para seu controlador (produtos, insumos, etc.) onde é reconhecido o resultado da transação na demonstração de resultado, como previsto no parágrafo 56 do ICPC 09 e análogo ao parágrafo 33a do CPC 31 (única norma que trata de alienação de negócios, sem fazer distinção entre transações com controlador e terceiro).

(e) Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“moeda funcional”).

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da Companhia é o Real.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira e evidenciados pelo valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data de apuração do valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa, são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Conversão das demonstrações contábeis de controladas localizadas no exterior

Os ativos e passivos destas controladas são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial, enquanto os saldos das demonstrações do resultado e fluxos de caixa são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício e os saldos das mutações do patrimônio líquido pelas taxas de câmbio históricas das respectivas transações. Os ajustes de conversão, compreendidos pela diferença entre as taxas de câmbio média e histórica, são registrados diretamente no resultado abrangente.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidos no resultado abrangente.

Mesmo quando contabilizados na entidade adquirente, o ágio e os ajustes de valor justo decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial.

Investimento líquido em entidade no exterior

Uma entidade pode possuir item monetário caracterizado como recebível junto a uma entidade no exterior, ou como contas a pagar à mesma, cuja liquidação não é provável

de ocorrer, tampouco está planejada para um futuro previsível e que não contempla operações comerciais normais da Companhia. O resultado de variação cambial desse item monetário deve ser registrado, inicialmente, no grupo de resultado abrangente e transferido para o resultado quando da baixa dos itens monetários que fazem parte do investimento líquido.

Demonstrações contábeis em economias altamente inflacionárias

De acordo com a IAS 29/CPC 42, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionária são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços. As demonstrações contábeis de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, quer estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período.

Taxas de câmbio

As principais taxas de câmbio utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis da Companhia são:

| Moeda | Denominação | País | Taxa final | | Taxa média | |
|-------|-------------------|----------------------|------------|--------|------------|--------|
| | | | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| CAD | Dólar canadense | Canadá | 3,8540 | 4,3914 | 3,9807 | 4,2960 |
| DOP | Peso dominicano | República Dominicana | 0,0925 | 0,0970 | 0,0937 | 0,0938 |
| USD | Dólar americano | Panamá e Cuba | 5,2177 | 5,5805 | 5,1644 | 5,3687 |
| GTQ | Quetzal | Guatemala | 0,6623 | 0,7201 | 0,6649 | 0,6954 |
| ARS | Peso | Argentina | 0,0295 | 0,0543 | 0,0403 | 0,0568 |
| BOB | Boliviano | Bolívia | 0,7497 | 0,8018 | 0,7420 | 0,7714 |
| PYG | Guarani | Paraguai | 0,0007 | 0,0008 | 0,0007 | 0,0008 |
| UYU | Peso uruguaio | Uruguai | 0,1302 | 0,1249 | 0,1253 | 0,1236 |
| CLP | Peso chileno | Chile | 0,0061 | 0,0066 | 0,0059 | 0,0071 |
| BBD | Dólar de Barbados | Barbados | 2,5721 | 2,7510 | 2,5458 | 2,6465 |

(f) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com riscos insignificantes de mudança de valor, e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos de saldos de contas garantidas, quando aplicável.

(g) Instrumentos financeiros e contabilização de *hedge*

Classificação e Mensuração

A Companhia utiliza instrumentos financeiros para implementar sua estratégia e políticas de gerenciamento de risco. Derivativos são geralmente usados para mitigar o impacto de moedas estrangeiras, taxas de juros, preços de ações e preços de *commodities* no desempenho da Companhia. A política de gerenciamento de riscos financeiros da Companhia proíbe o uso de derivativos quando não relacionados ao negócio da Companhia.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

As classificações dos ativos financeiros da Companhia são as seguintes:

- Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com ganhos ou perdas revertidos para lucros ou perdas no desconhecimento. Os ativos financeiros nesta categoria são os instrumentos de dívida cotados da Companhia que são mantidos dentro de um modelo de negócios para coletar fluxos de caixa e vender.
- Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem remensuração de ganhos ou perdas no resultado no desconhecimento. Esta categoria inclui apenas os instrumentos de capital próprio, que a Companhia pretende reter no futuro previsível e que a Companhia elegeu irrevogavelmente para classificar no reconhecimento inicial ou transição. Esses instrumentos não estão sujeitos a teste de *impairment*.
- Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos derivativos e instrumentos patrimoniais que a companhia não havia classificado, no reconhecimento inicial ou transição, para classificar ao valor justo por

meio de outros resultados abrangentes. Essa categoria inclui também os instrumentos de dívida cujas características de fluxo de caixa não são mantidas dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja coletar fluxos de caixa contratuais ou coletar fluxos de caixa contratuais e vender.

As mensurações dos ativos financeiros da Companhia são as seguintes:

Contabilização de *hedge*

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção dos riscos relacionados a moedas estrangeiras, taxa de juros e preço de *commodities*. Os instrumentos financeiros derivativos que, embora contratados com objetivo de proteção, não atendem a todos os critérios para aplicação de contabilização de *hedge* são reconhecidos pelo valor justo no resultado do exercício.

Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual um ativo pode ser realizado e um passivo liquidado, entre partes conhecedoras das características daqueles instrumentos financeiros e dispostas a negociá-los, em condições normais de mercado. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos pode ser obtido a partir de cotações de mercado ou a partir de modelos de precificação que consideram as taxas correntes de mercado, e, também, a qualidade de crédito da contraparte.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros derivativos são remensurados pelo seu valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações no valor justo do instrumento financeiro derivativo são reconhecidas no resultado do exercício, exceto quando estes são instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa ou *hedge* de investimento líquido, em que as parcelas dos ganhos ou das perdas no instrumento de *hedge* que for determinado como *hedge* efetivo, são reconhecidas no resultado abrangente. O instrumento designado de *hedge* é o elemento efetivo à vista do contrato a termo, em que somente a alteração no valor do elemento à vista do contrato a termo é reconhecida no resultado abrangente. O elemento a termo, que pode ser separado e excluído da designação do instrumento financeiro como instrumento de *hedge* é reconhecido no resultado financeiro, de acordo com o IFRS 9/CPC-48 - *Instrumentos Financeiros*.

A Companhia realiza derivativos de *commodities* que possuem termos semelhantes ao item protegido. A Companhia aplica *hedge* de componentes a suas *commodities*. O componente protegido é contratualmente especificado e coincide com aqueles definidos no contrato derivativo, portanto, a relação de *hedge* é de 1:1. A efetividade do *hedge* é realizada de forma qualitativa. Sempre que os termos não coincidem, a companhia usa o método derivativo hipotético para avaliar a eficácia. Deste modo, geralmente as fontes de ineficácia são mudanças no momento da transação prevista, mudanças na quantidade da mercadoria a ser protegida ou mudanças no risco de crédito de qualquer das partes do contrato derivativo.

Contabilização de *hedge* de fluxo de caixa

O *hedge* de fluxo de caixa é aplicável para proteger a exposição dos fluxos de caixa de um ativo ou passivo registrado do risco de moeda estrangeira e de oscilações de preços em *commodities*, associados a uma transação de realização altamente provável, a parcela efetiva de qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecida diretamente no resultado abrangente (reservas de *hedge* de fluxo de caixa) e deve ser reclassificada da reserva de *hedge* de fluxo de caixa para a mesma rubrica e no mesmo período os quais os fluxos de caixa futuros esperados protegidos impactaram. A parcela inefetiva de qualquer ganho ou perda é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do exercício no resultado financeiro.

Quando um instrumento de *hedge* ou uma relação de *hedge* são extintos, mas ainda se espera que a transação protegida ocorrerá, os ganhos e perdas acumulados (até aquele ponto) permanecem no resultado abrangente, sendo reclassificados de acordo com a prática acima, quando a transação de proteção ocorrer. Não havendo mais probabilidade de ocorrência da transação de proteção, os ganhos ou perdas acumulados e reconhecidos no resultado abrangente são reclassificados imediatamente para a demonstração de resultados.

Contabilização de *hedge* de valor justo

Quando um instrumento financeiro derivativo protege da exposição à variabilidade no valor justo de um ativo ou passivo registrado, ou um compromisso firme, qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecido na demonstração de resultado. O valor contábil do item protegido também é reconhecido pelo valor justo em relação ao risco, com respectivos ganhos e perdas reconhecidos na demonstração de resultados.

Contabilização de *hedge* de investimento líquido

Quando um passivo em moeda estrangeira não derivativo protege um investimento líquido em uma operação no exterior, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do passivo para a moeda funcional são reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes (reservas de conversão), enquanto a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado.

Quando um instrumento financeiro derivativo protege um investimento líquido em uma operação no exterior, a parcela do ganho ou a perda no instrumento de *hedge* que é determinada como efetiva é reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes (reservas de conversão), enquanto a parcela ineficaz é reportada no lucro ou perda.

Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos financeiros derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

Redução ao valor de recuperação (*impairment*) de ativos financeiros

A Administração avalia anualmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são registradas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (“evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e pode ser estimado de maneira confiável.

(h) Contas a receber

Contas a receber de clientes são quantias devidas por clientes por mercadorias vendidas ou serviços prestados no curso normal dos negócios. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia é detentora de valores a receber, com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-os, subsequentemente, pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para mensurar as perdas de crédito esperadas, por meio das quais as provisões para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes são mensuradas no reconhecimento inicial com base nas perdas de crédito esperadas de 12 meses. Isto é principalmente baseado na experiência passada com perdas de crédito, dados atuais sobre recebíveis vencidos e informações de pontuação de crédito. As informações prospectivas (como os indicadores de desempenho econômico previstos) também são levadas em consideração se, com base na experiência anterior, tais indicadores mostrarem uma correlação significativa com as perdas reais de crédito. Normalmente, as contas a receber pendentes há mais de 90 dias são integralmente provisionadas.

Outros ativos são compostos principalmente por depósitos em dinheiro em garantias e recebíveis. Esses instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Quaisquer perdas por *impairment* e resultados cambiais são reconhecidos diretamente no resultado.

Se o prazo de recebimento do título for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

(i) Estoques

Os estoques são inicialmente registrados pelo seu custo de aquisição e, posteriormente, são valorizados pelo menor, entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui os gastos incorridos na aquisição do bem, transporte até sua localização atual e colocação em condições de uso. Para a apuração do custo dos estoques emprega-se o método da média ponderada.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matérias-primas, outros materiais de produção, o custo da mão de obra direta, outros custos diretos, ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos e uma parcela (alocação) dos custos fixos e variáveis baseados na capacidade operacional normal. Os custos fixos não alocados ou custos de ociosidade não são mantidos em estoque, sendo reconhecido diretamente no resultado, conforme determina o IAS 2/CPC 16.

Estoques têm seu valor reduzido, quando o valor líquido de realização antecipado se torna menor que o valor contábil dos estoques. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado em condições normais de mercado, deduzido dos gastos para colocação dos produtos em condições de venda e realização da venda. O cálculo do valor líquido de realização leva em consideração as características específicas de cada categoria de estoque, tais como data de validade, vida útil, indicadores de movimentação, entre outros.

As provisões para perdas no estoque são constituídas, quando necessário, conforme as políticas da Companhia para realização, baixa rotatividade e estoques obsoletos.

(j) Reconhecimento de ativos e passivos referentes a crédito ou débitos extemporâneos de tributos

A política contábil aplicada pela Companhia considera o reconhecimento de créditos e pagamentos extemporâneos de tributos de qualquer natureza conforme determinado pelo IAS 37/CPC 25 - *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*, com exceção dos tributos incidentes sobre o lucro, para os quais a Companhia aplica a política prevista no item (q) - *Imposto de renda e contribuição social* desta Nota Explicativa.

Sendo que os créditos são reconhecidos somente quando a Administração (i) dispuser de elementos que garantam que o direito é praticamente certo; e (ii) que o valor a ser compensado ou restituído seja mensurado confiavelmente. Caso seja provável a recuperação do ativo ou o valor não for mensurável de maneira confiável, os valores não são reconhecidos contabilmente, mas divulgados na nota 31 de Contingências

em Contingências Ativas. A Administração entende que, nos casos de processos ativos, a obtenção de sentença transitada em julgada para processo específico da Companhia é a condição requerida para confirmar a existência de seu direito, exceto por circunstâncias específicas pertinentes ao caso concreto que permitam não apenas o reconhecimento do seu direito, mas uma mensuração objetiva e confiável.

Os débitos oriundos da mesma natureza são reconhecidos caso (i) seja originada de um evento passado; (ii) tenha obrigação presente; (iii) a expectativa de desembolso seja provável e (iv) os valores sejam estimados de maneira confiável. Caso a expectativa de desembolso seja possível ou o valor não seja mensurável de maneira confiável, os valores são apresentados na nota de Contingências.

Ambos, ativos e passivos contingentes, são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos e divulgados nas demonstrações contábeis.

A política contábil de reconhecimento de ativos e passivos referentes ao reconhecimento de créditos e pagamentos extemporâneos de tributos de qualquer natureza é registrar na rubrica de “Outras receitas/(despesas) operacionais”, excetuando-se pagamentos de anistias, cuja contabilização se mantém em resultados não usuais, dada sua natureza pontual.

(k) Intangíveis

Marcas

Caso parte do valor pago em uma combinação de negócios relacione-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo de intangíveis e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, o valor das marcas pode sofrer redução no caso de perdas por *impairment*. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento de uma marca são reconhecidos como despesa.

Software

O *software* adquirido é mensurado pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada. A amortização relacionada a *software* está incluída no custo das vendas, despesas comerciais ou despesas administrativas, dependendo da atividade à qual o *software* está relacionado.

Os dispêndios associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os dispêndios com desenvolvimento, assim como os dispêndios com empregados alocados no desenvolvimento de softwares, que são diretamente atribuíveis aos softwares identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Intangíveis comerciais

A Companhia reconhece direitos de fornecimento, que consistem no direito da Companhia de fornecer a um cliente e o compromisso do cliente de comprar os produtos da Companhia. E direitos de distribuição que são os direitos de vender produtos específicos num determinado território.

Outros intangíveis

Outros intangíveis, adquiridos pela Companhia, incluindo direitos de patrocínios de vários anos, são mensurados pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada e eventuais perdas no valor de recuperação.

Amortização

Intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com o método linear pelo período de sua vida útil estimada. Licenças e direitos de fornecimento e distribuição são amortizados pelo período em que existem os direitos com base no prazo dos contratos, que variam em geral de 1 a 8 anos. Marcas são consideradas intangíveis de vida útil indefinida e, portanto, não são amortizadas. *Software* e custos de desenvolvimento capitalizados relacionados à tecnologia são amortizados ao longo de 3 a 5 anos.

Itens que não são amortizados são testados para fins de redução ao valor de recuperação anualmente.

Ganhos e perdas na venda

Os ganhos líquidos na venda de ativos intangíveis são apresentados na demonstração de resultados como outras receitas operacionais. As perdas líquidas na venda são incluídas como outras despesas operacionais. Os ganhos e perdas líquidos são reconhecidos na demonstração do resultado quando o controle é transferido para o comprador, a recuperação da contraprestação é provável, e os custos associados podem ser estimados de forma confiável.

(I) Ágio

O ágio surge na aquisição de controladas, coligadas e negócios em conjunto, ele é determinado como sendo o excesso entre a soma (i) da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, mensurados de acordo com a IFRS 3/CPC 15 (R1) - *Combinações de negócios*, na respectiva data de aquisição. Todas as combinações de negócios são contabilizadas pela aplicação do método de alocação contábil do custo do investimento.

Em conformidade com a IFRS 3/CPC 15(R1) - *Combinações de Negócios*, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas sim testado no mínimo anualmente para fins de redução ao valor de recuperação, ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é expresso na moeda da unidade geradora de caixa ou operação em conjunto (*joint operation*) a que se refere e convertido em Real pela taxa de câmbio vigente no final do exercício.

Se a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos exceder o custo da combinação de negócios, tal excesso é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado.

O ágio gerado internamente é contabilizado como despesa, conforme incorrido.

O ágio inclui os efeitos do custo precedente (Nota 3 (d)).

Com respeito às coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil da participação na coligada e/ou empreendimento controlado em conjunto (*joint ventures*).

(m) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo menos a depreciação acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação. O custo abrange o preço de aquisição, os juros incorridos no financiamento durante a fase de construção, e todos os outros custos diretamente relacionados ao transporte do ativo imobilizado até o local e sua colocação em condições de operação na forma pretendida pela Administração da Companhia (por exemplo, impostos não recuperáveis, frete, custos de desmonte e retirada dos equipamentos e restauração do local em que se encontram, caso incorridos). O custo do imobilizado construído internamente é apurado conforme os mesmos princípios aplicáveis ao imobilizado adquirido de terceiros. Os métodos de depreciação, valor residual, bem como as vidas úteis são reavaliados e ajustados, se apropriado, anualmente.

Custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo de tais ativos.

Terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida.

O imobilizado e respectiva depreciação incluem os efeitos do custo precedente (Nota 3 (d)).

Gastos subsequentes

A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição de um componente, se for provável que os benefícios econômicos futuros nele incorporados fluirão para a Companhia, e o custo do componente puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são registrados como despesa quando incorridos.

Depreciação

O montante depreciável é o custo de um ativo menos o seu valor residual. Os valores residuais, se não insignificantes, são reavaliados anualmente. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento que os ativos estão instalados e prontos para uso, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada dos bens. Os ativos de direito de uso são depreciados pelo período de seus respectivos contratos.

As vidas úteis das principais classes de ativo imobilizado estão descritas abaixo:

| | |
|---|------------|
| Edifícios | 25 anos |
| Máquinas e equipamentos | 15 anos |
| Instalações | 10 anos |
| Utensílios | 10 anos |
| Bens de uso externo / ativos comerciais | 2 a 5 anos |

As vidas úteis e os valores residuais dos ativos são revisados quando necessário.

A Administração aplica julgamentos na avaliação e determinação das vidas úteis dos ativos.

Ganhos e perdas na venda

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais” na demonstração do resultado.

Arrendamento

Com a adoção do IFRS16/CPC 06 (R2) - *Arrendamentos*, a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento.

A Companhia reconhece o direito de uso de um ativo e um passivo de arrendamento correspondente com relação a todos os contratos de arrendamento em que é o arrendatário, exceto para arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de

baixo valor, que compreendem bens com valor igual ou inferior a U\$5.000,00. Para estes arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos do arrendamento como despesa operacional durante o prazo do arrendamento.

Atualmente os principais arrendamentos da Companhia se referem a contratos de arrendamento de caminhões, empilhadeiras, imóveis, veículos comerciais e equipamentos industriais.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados pela taxa implícita. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Companhia usa sua taxa de empréstimo incremental específica para o país, prazo e moeda do contrato ou outro critério local.

Os pagamentos de arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento, pagamentos de arrendamento variáveis que dependem de um índice ou taxa conhecida na data de início, e opções de compra ou pagamentos de opções de extensão se a Companhia estiver razoavelmente certa de exercer essas opções. Todos os contratos preveem reajuste anual dos pagamentos conforme índice estabelecido em contrato.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros, sendo reconhecido esse valor também no ativo direito de uso.

A Companhia aplica a IAS 36/CPC 01 (R1) - *Redução ao valor recuperável de ativos* para determinar se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável e contabilizar eventuais perdas por redução ao valor recuperável identificadas.

O passivo de arrendamento é apresentado na rubrica “Empréstimos e financiamentos” e os ativos de direito de uso são apresentados na rubrica “Imobilizado” no Balanço Patrimonial das demonstrações contábeis.

(n) Contas a pagar

Contas a pagar a fornecedores são reconhecidas, inicialmente, pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando relevantes, os valores de contas a pagar a fornecedores são ajustados pelo seu valor presente, sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo: i) o montante a ser descontado; ii) as datas de liquidação; e iii) a taxa de desconto, conforme IFRS 13/CPC 46 - *Mensuração do Valor Justo* e CPC 12 - *Ajuste a Valor Presente*.

(o) Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo deduzidos dos custos da transação. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, sendo qualquer diferença entre o valor inicial e o valor do vencimento reconhecido no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa efetiva de juros.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

(p) Provisões e passivos contingentes

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados; (ii) é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente; e (iii) o valor pode ser estimado com razoável segurança.

As provisões, exceto as mencionadas no tópico de disputas e litígios, são mensuradas descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados, a uma taxa antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado sobre o valor do dinheiro no tempo, e quando apropriado, os riscos específicos da obrigação.

Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia possui um plano detalhado e aprovado de reestruturação e quando a reestruturação já foi iniciada ou anunciada. Gastos relacionados às atividades normais e à conduta futura da Companhia não são provisionados, mas reconhecidos quando incorrida uma despesa. A provisão inclui os compromissos relacionados aos benefícios que serão pagos pela Companhia aos funcionários desligados na reestruturação.

Disputas e litígios

A provisão para disputas e litígios é reconhecida quando é mais provável do que improvável que a Companhia será obrigada a fazer pagamentos futuros, como resultado de eventos passados. Tais pagamentos incluem, mas não estão limitados a várias reivindicações, processos e ações iniciados tanto por terceiros quanto pela Companhia, relativos às leis antitrustes, violação dos acordos de distribuição e

licenciamentos, questões ambientais, disputas trabalhistas, reclamações de autoridades fiscais e outros assuntos contenciosos.

Passivos contingentes

A Companhia e suas subsidiárias têm ações de natureza tributária, cível e trabalhista definidas como passivos contingentes, nos termos do CPC 25/IAS 37 - *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*, para as quais não há provisão constituída, em virtude da avaliação de prognóstico realizada pela Administração. Os passivos contingentes não são reconhecidos, mas são divulgados na nota explicativa 31 - *Contingências*.

As contingências com prognóstico de perda remota não são divulgadas, em virtude de ser remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação, em linha com o CPC 25/IAS 37.

A partir do quarto trimestre de 2022, a nomenclatura de provisões foi alterada para provisões e passivos contingentes.

(q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado do exercício, a não ser que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente ou outra conta do patrimônio líquido. Nestes casos o efeito fiscal também é reconhecido diretamente no resultado abrangente ou em conta do patrimônio líquido (exceto juros sobre o capital próprio, conforme Nota 3 (u)).

A despesa com imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido utilizando o método do balanço patrimonial. Isto significa que para as diferenças tributáveis e dedutíveis de natureza temporária entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos, é reconhecido o imposto diferido ativo ou passivo. De acordo com esse método, a provisão para o imposto diferido é também calculada sobre as diferenças entre o valor justo de ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios e sua base fiscal. A IAS 12/CPC 32 - *Tributos Sobre o Lucro* prevê que nenhum imposto diferido passivo seja reconhecido no reconhecimento inicial do ágio; e que nenhum imposto diferido ativo e/ou passivo seja reconhecido (i) no reconhecimento inicial de um ativo ou passivo proveniente de uma transação que não a de combinação de negócios, que no momento da transação não afete o lucro ou prejuízo contábil ou fiscal; e (ii) sobre diferenças relacionadas a

investimentos em ações de controladas, desde que não sejam revertidos no futuro previsível. Excetuadas tais hipóteses, o valor do imposto diferido determinado é baseado na taxa de realização esperada ou liquidação da diferença temporária.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados se existir um direito legal de compensar os passivos fiscais correntes e ativos, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou em diferentes entidades tributáveis que pretendam ou liquidar passivos fiscais correntes e ativos em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O imposto diferido ativo é reconhecido somente na extensão em que é provável que haja lucros tributáveis futuros. O imposto de renda diferido ativo é reduzido na extensão em que não mais seja provável a ocorrência de lucros tributáveis futuros.

Ainda, a Companhia aplica as disposições do ICPC 22/IFRIC 23 - *Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro*, em relação aos tratamentos que afetaram a apuração dos tributos sobre o lucro (tratamentos fiscais incertos), conforme divulgado na nota explicativa 31 - *Contingências* - Incertezas sobre tratamento de IRPJ e CSLL.

(r) Benefícios a funcionários

Benefícios pós-emprego

Benefícios pós-emprego incluem benefícios de aposentadoria administrados, no Brasil, pelo Instituto Ambev de Previdência Privada - IAPP, e de assistência médica e odontológica administrados pela Fundação Zerrenner. Os planos de pensão normalmente são mantidos por pagamentos feitos tanto pela Companhia quanto pelos participantes, considerando as recomendações dos atuários independentes. Os planos de assistência médica e odontológica são mantidos pelos rendimentos dos ativos da Fundação Zerrenner, podendo a Companhia contribuir com parte de seu lucro para a Fundação Zerrenner em caso de necessidade.

A Companhia possui planos de aposentadoria de contribuição definida e/ou de benefício definido e/ou assistência médica e odontológica para funcionários do Brasil e de subsidiárias localizadas na República Dominicana, Barbados, Panamá, Uruguai, Bolívia, Argentina e Canadá.

A Companhia possui planos de aposentadoria superavitários e deficitários.

r.1) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais ou construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos

suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado nos períodos corrente e anteriores.

As contribuições desses planos são reconhecidas como despesa no período em que são incorridas.

r.2) Planos de benefício definido

Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

Para os planos de benefício definido, as despesas são avaliadas para cada plano individualmente, utilizando o método de crédito unitário projetado. O crédito unitário projetado considera cada período de serviço como sendo uma unidade de benefício adicional para mensurar cada unidade separadamente. Baseado nesse método, o custo de prover a aposentadoria é reconhecido no resultado do exercício durante o período de serviço dos funcionários. Os valores reconhecidos no resultado do exercício compreendem o custo do serviço corrente, juros, custo do serviço passado e o efeito de quaisquer acordos e liquidações. As obrigações do plano reconhecidas no balanço patrimonial são mensuradas com base no valor presente dos desembolsos futuros utilizando uma taxa de desconto equivalente às taxas de títulos do governo com vencimento semelhante ao da obrigação, menos o valor justo dos ativos do plano.

Custos de serviço passado resultam da introdução de um novo plano ou mudança de um plano existente. Eles são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício, na data do que ocorrer primeiro: (i) acordos/liquidações, ou (ii) quando a empresa reconhece custos relacionados à reestruturação ou à terminação, a menos que as mudanças estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Ganhos e perdas atuariais compreendem os efeitos das diferenças entre premissas atuariais prévias e o que de fato ocorreu, e os efeitos das mudanças nas premissas atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos integralmente no resultado abrangente.

Remensurações, compostas de ganhos e perdas atuariais, do efeito do limite de ativos (*asset ceiling*) e o retorno sobre os ativos do plano, ambos excluindo juros líquidos, são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, em sua totalidade, no período em que ocorrem. Remensurações não são reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes.

Quando o montante calculado de um plano de benefício definido é negativo (um ativo), a Companhia reconhece tais ativos (despesas antecipadas) na extensão do valor do

benefício econômico disponível para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras.

Outras obrigações pós-emprego

A Companhia e algumas de suas subsidiárias patrocinam benefícios de assistência médica, reembolso de gastos com medicamentos e outros benefícios, para alguns funcionários aposentados, não sendo concedidos tais benefícios para novas aposentadorias. Os custos esperados desses benefícios são reconhecidos durante o período de emprego utilizando-se uma metodologia similar à do plano de benefício definido, inclusive os ganhos e perdas atuariais.

Benefícios de rescisão

Benefícios de rescisão são reconhecidos como despesa na primeira das seguintes datas: (i) quando a Companhia está comprometida com um plano formal detalhado de terminar o vínculo empregatício antes da data normal de aposentadoria, sem possibilidade real de retirá-lo; e (ii) quando a Companhia reconhecer custos de reestruturação.

Bônus

Bônus concedidos a funcionários e administradores são baseados no atingimento de metas individuais e coletivas, pré-definidas. O valor estimado do bônus é reconhecido como despesa no período de sua competência.

(s) Pagamento baseado em ações

Diferentes programas de remuneração com base em ações e opções permitem que membros da Administração e outros executivos indicados pelo Conselho de Administração e pelo Comitê de Gente, conforme o caso, adquiram ações da Companhia. Conforme Nota 28 - *Pagamento baseado em ações*.

(t) Incentivos fiscais e empréstimos subsidiados

A Companhia goza de incentivos fiscais estaduais no Brasil, concedidos por meio de subvenções governamentais. Referidas subvenções podem ter forma de redução de alíquota, redução da base de cálculo, financiamento ou empréstimos subsidiados, créditos presumidos, recolhimento efetivo, diferimento do pagamento ou reduções parciais do valor do imposto estadual a pagar. Os incentivos de recolhimento efetivo são contabilizados dentro da receita operacional, por sua natureza, ao passo em que os demais são reconhecidos em outras receitas operacionais.

Como mencionado, dentre os incentivos fiscais concedidos à Companhia, existem incentivos enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial estadual na forma de financiamento ou diferimento do pagamento de impostos

estaduais. Esses programas estaduais objetivam promover, no longo prazo, o incremento da geração de emprego, a descentralização industrial, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos estados.

Nesses estados, os prazos de carência e fruição são previstos nos respectivos atos normativos estaduais e nos atos concessivos estaduais, a depender de sua natureza, e, quando existentes, as condições atreladas referem-se a fatos sob controle da Companhia. Tais benefícios obedecem a sistemática prevista na Lei Complementar Federal nº 160/2017 e no Convênio CONFAZ nº 190/2017. O benefício relativo à postergação do pagamento desses impostos é registrado no resultado do exercício, com base no regime de competência.

Em se tratando de benefícios na modalidade de financiamento ou diferimento no pagamento de imposto, uma vez que as taxas de juros e prazos destes empréstimos podem ser vantajosos em relação às condições de mercado, tais benefícios são considerados como empréstimos subsidiados, conforme determinado na IAS 20/CPC 07 (R1) - *Subvenção e Assistência Governamentais*. Referido subsídio consiste no ganho auferido ao comparar o valor destas operações em condições de mercado ao valor pactuado em contrato. Deste modo, no momento de cada captação, o subsídio calculado é registrado em outras receitas operacionais, seguindo o tratamento dispensado aos demais subsídios de ICMS de natureza semelhante. Anualmente a Companhia reavalia quais são as condições de mercado vigentes no exercício para aferir tais subsídios.

Mensalmente, considerando-se o valor da contraprestação, o período até o vencimento, a taxa do contrato e a taxa de desconto acima mencionada, a redução no valor do ajuste a valor presente é alocada no resultado financeiro, em linha com o CPC 12 - *Ajuste a Valor Presente*, de tal forma que na data prevista de liquidação de cada contraprestação tal ajuste seja zero.

Referidos financiamentos são reconhecidos no passivo pelo seu valor presente. Quando existe uma instituição financeira interveniente na operação, os financiamentos são registrados no grupo de empréstimos e financiamentos, caso contrário, são registrados no grupo de contas a pagar, em virtude da essência econômica subjacente e natureza da operação.

A partir do quarto trimestre de 2022, a nomenclatura de empréstimo subsidiado foi alterada para incentivos fiscais e empréstimos subsidiados.

(u) Patrimônio líquido

Capital social

O capital da Companhia é composto apenas por ações ordinárias.

Recompra de ações

Quando a Companhia recompra suas próprias ações, o montante pago, incluindo os custos diretamente atribuíveis, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido, na rubrica de ações em tesouraria.

Custos com emissão de ações

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

Dividendos e juros sobre o capital próprio são registrados no passivo após aprovação em Reunião do Conselho de Administração (“RCA”), com exceção à parcela referente ao dividendo mínimo obrigatório previsto por estatuto, a qual é contabilizada como passivo, quando aplicável, ao final de cada exercício.

A despesa relacionada aos juros sobre o capital próprio é registrada no resultado do exercício para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social, e posteriormente reclassificada para o patrimônio líquido para fins de apresentação nessas demonstrações contábeis.

O efeito projetado da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio é reconhecido nas demonstrações financeiras intermediárias, a fim de se obter a melhor estimativa da alíquota efetiva média ponderada da tributação sobre o lucro esperada para o exercício social completo, nos termos do IAS 34/CPC 21 (R1) - *Demonstração Intermediária*.

(v) Redução ao valor de recuperação (*impairment*) de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros como imobilizado e ativo intangível com vida útil definida são revisados, no mínimo, anualmente para avaliar a existência de indicativos de redução ao valor de recuperação. Caso exista algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado, e o valor não recuperável é reconhecido como um *impairment* no resultado do exercício.

O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm os respectivos valores recuperáveis testados anualmente, independentemente da existência de indicadores, comparando o seu valor contábil com seu valor recuperável.

O ágio, os intangíveis ainda não disponíveis para o uso e os intangíveis de vida útil indefinida são testados para fins de redução ao valor de recuperação no mínimo anualmente no nível da unidade de negócios (que é um nível abaixo do segmento reportado), ou sempre que tiverem indicativos de redução do valor recuperável.

Uma perda de redução ao valor de recuperação é reconhecida sempre que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor de recuperação. Perdas de redução ao valor de recuperação são reconhecidas no resultado do exercício.

O valor de recuperação de intangíveis com vida útil indefinida baseia-se primeiramente em um critério de valor justo, pelo qual se aplicam múltiplos que refletem transações de mercado atuais a indicadores que determinam a rentabilidade do ativo ou ao fluxo de *royalties* que poderia ser obtido com o licenciamento do ativo intangível a terceiros, em condições normais de mercado.

O valor de recuperação dos demais ativos é apurado como sendo o maior entre o seu valor justo menos os custos de venda, e o seu valor em uso. No caso de ativos que não geram fluxos de caixa individuais significativos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. O valor recuperável das unidades geradoras de caixa (“UGCs”) às quais o ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida pertencem é baseado no valor justo líquido de despesas de venda, utilizando múltiplos de EBITDA observados no mercado em combinações de negócios precedentes envolvendo negócios comparáveis na indústria cervejeira. Para algumas UGCs, esses cálculos são corroborados pela utilização da abordagem de valor justo líquido de despesas de venda, em que fluxos de caixa futuros de tais UGCs são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações correntes de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, são revisados para possível reversão do *impairment* na data de apresentação. A perda por redução ao valor de recuperação é revertida somente até a extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor de recuperação tivesse sido reconhecida.

(w) Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita quando as obrigações de performance são satisfeitas, ou seja, quando a Companhia transfere o controle de um produto para um cliente.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do grupo no Consolidado.

Venda de produtos

A receita é mensurada com base na consideração, a qual a Companhia espera ter direito em contrato com o cliente e exclui as quantias cobradas em nome de terceiros.

O reconhecimento de receita é realizado conforme abordagem do IFRS 15/CPC 47 - *Receita de contrato com cliente*, de cinco etapas:

- Identificação dos contratos com um cliente
- Identificação das obrigações de desempenho nos contratos
- Determinação do preço de transação
- Alocação do preço de transação para as obrigações de desempenho nos contratos
- Reconhecimento de receita quando as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando a Companhia transfere o controle de um produto para um cliente.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. Os contratos podem incluir elementos variáveis significativos, como descontos, abatimentos, reembolsos, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho e penalidades. Tais incentivos comerciais são tratados como consideração variável. Se a contraprestação incluir um valor variável, a Companhia estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços acordados com o cliente. A consideração variável é incluída apenas no preço da transação se for altamente provável que o valor da receita reconhecida não seja sujeito a reversões futuras significativas quando há incerteza.

Receitas financeiras

Receita financeira compreende juros recebidos ou a receber sobre aplicações financeiras, atualizações monetárias oriundas de disputas judiciais, ganhos com variação cambial, ganhos em moeda líquidos de perdas com instrumentos de *hedge* de moeda, ganhos em instrumentos de *hedge* que não fazem parte de uma relação de contabilidade de *hedge*, ganhos com ativos financeiros mensurados à valor justo por meio do resultado, assim como qualquer ganho de inefetividade de *hedge*.

Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência a não ser que o recebimento seja duvidoso.

(x) Despesas

Despesas financeiras

Despesas financeiras compreendem juros a pagar sobre empréstimos calculados com base na taxa de juros efetiva, ajuste a valor presente de contas a pagar a fornecedores, perdas com variação cambial, perdas de moeda líquidas de ganhos com instrumentos de *hedge* de moeda, resultado com instrumentos de *hedge* de juros, perdas com instrumentos de *hedge* que não são parte de uma contabilização de *hedge*, perdas com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, perdas por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros disponíveis para venda, assim como qualquer perda com inefetividade de *hedge*.

Todos os juros e custos incorridos relacionados a um empréstimo ou uma transação financeira são reconhecidos, conforme incorridos, como despesas financeiras, exceto quando capitalizados. Qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento de empréstimos com juros e financiamentos, tais como custos de transação e ajustes de valor justo, são reconhecidos no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa de juros efetiva. Os juros relacionados a arrendamento financeiro são reconhecidos no resultado do exercício utilizando a taxa de juros efetiva.

Despesa de *royalties*

Royalties pagos são registrados como custo dos produtos vendidos.

(y) Itens não usuais

Itens não usuais são aqueles que, dadas suas particularidades, no julgamento da Administração precisam ser divulgados separadamente. Para determinar se um acontecimento ou transação é não usual, a Administração considera fatores quantitativos e qualitativos, tais como a frequência ou a previsibilidade da ocorrência e do potencial de impacto sobre a variação dos lucros ou prejuízos. Esses itens são divulgados na demonstração dos resultados ou separadamente nas notas explicativas das demonstrações contábeis. Operações que podem dar origem a itens não usuais são principalmente as atividades de reestruturação, anistias, aquisição de subsidiárias, de perda no valor de recuperação e os ganhos ou perdas na alienação de bens e investimentos.

(z) Informações por segmento

As informações por segmentos são geradas com base em relatórios internos revisados, regularmente, pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia, o Diretor Presidente Executivo, para fins de avaliação do desempenho de cada segmento e alocando recursos para esses segmentos. Desta

forma, as informações por segmento são apresentadas em zonas geográficas, uma vez que os riscos e taxas de retorno são afetados predominantemente pelo fato da Companhia operar em diferentes regiões.

A informação de desempenho por unidades de negócios (“Cervejas” e “Refrigerantes e não alcoólicos e não carbonatados”), embora não se qualifique como segmento reportável, também é utilizada pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia e está apresentada como informação adicional.

A Companhia opera seus negócios através de quatro zonas identificadas como segmentos reportáveis:

- Brasil, onde operamos duas subunidades de negócios: (i) cerveja e (ii) bebidas não alcoólicas (NAB);
- América Central e Caribe (CAC), que inclui nossas operações diretas nos seguintes países: República Dominicana, Saint Vincent, Antígua, Dominica, Cuba, Guatemala (que também serve a El Salvador, Nicarágua e Honduras), Barbados e Panamá;
- América Latina - sul (LAS), que inclui as nossas operações na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai; e
- Canadá, representada pelas operações da Labatt Brewing Company Ltd.

4 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com os pronunciamentos técnicos brasileiros e internacionais, que requerem que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e tome decisões que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes apresentados de contas patrimoniais e de resultado. As estimativas e julgamentos baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores tidos como razoáveis diante das circunstâncias, cujos resultados constituem o critério para tomada de decisões sobre o valor contábil de ativos e passivos não imediatamente evidentes em outras fontes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Mudanças em estimativas contábeis podem afetar apenas o período no qual a revisão foi feita, ou períodos futuros.

Apesar de cada política contábil significativa refletir julgamentos, avaliações ou estimativas, a Companhia acredita que as seguintes práticas contábeis refletem os julgamentos, estimativas e premissas mais críticas que são importantes para seus negócios e entendimento de seus resultados:

- (i) prática contábil de combinação de negócios envolvendo entidades sob controle comum (Nota 3(d));
- (ii) combinações de negócios (Nota 3 (d) e (l));
- (iii) negócios em conjunto (Nota 3 (d));
- (iv) contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária (Nota 3 (e));
- (v) mensuração de instrumentos financeiros, incluindo derivativos (Nota 3 (g));
- (vi) redução ao valor de recuperação – *impairment* (Nota 3 (g) e (v));
- (vii) reconhecimento de ativos e passivos referentes a crédito ou débitos extemporâneos de tributos (Nota 3 (j));
- (viii) arrendamentos (Nota 3 (m));
- (ix) provisões e passivos contingentes, incluso contingências tributárias (Nota 3 (p));
- (x) impostos corrente e diferido (Nota 3 (q));
- (xi) benefícios a funcionários (Nota 3 (r));
- (xii) pagamento baseado em ações (Nota 3 (s)); e
- (xiii) incentivos fiscais e empréstimos subsidiados (Nota 3 (t)).

O valor justo dos ativos intangíveis de vida útil indefinida adquiridos é avaliado na data de aquisição pelos fluxos de caixa futuros. A análise de *impairment* do *goodwill* e ativos intangíveis de vida útil indefinida são revistos pelo menos anualmente e sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa a qual ele foi alocado.

A Companhia aplica julgamento para selecionar alguns métodos, incluindo o método de valor justo líquido de despesas de venda e faz suposições sobre o valor justo de instrumentos financeiros que se baseiam principalmente em condições de mercado existentes na data de cada balanço.

As premissas atuariais são estabelecidas para antecipar eventos futuros e são utilizadas no cálculo das pensões e outras despesas com benefícios a empregados de longo prazo. Esses fatores incluem premissas com relação às taxas de juros, custo com plano de saúde, taxa de desconto, aumentos de salários e pensão futuros além de expectativa de vida. Tais estimativas são revisadas anualmente por atuários independentes.

A Companhia está sujeita ao imposto de renda em várias jurisdições e é necessário julgamento para determinar o valor a ser considerado no período. Algumas subsidiárias da Companhia estão envolvidas em auditorias fiscais, geralmente em relação aos anos anteriores. Essas auditorias estão em curso em diversas jurisdições na data do balanço e, pela sua natureza, estas podem tomar um tempo considerável até sua conclusão.

Para a mensuração dos valores de créditos tributários extemporâneos decorrentes de ações judiciais, a Companhia levanta os documentos fiscais relativos ao período abrangido pela ação judicial, e aplica as diretrizes da decisão que transitou em julgado, legislações aplicáveis ou elementos que garantam a mensuração objetiva e confiável.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Caixa | 148.129 | 279.057 | 280.850 | 651.160 |
| Contas correntes | 37.596 | 95.805 | 5.990.271 | 4.582.937 |
| Aplicações financeiras de curto prazo ⁽ⁱ⁾ | 4.738.126 | 3.423.001 | 8.655.314 | 11.393.601 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4.923.851 | 3.797.863 | 14.926.435 | 16.627.698 |
| Conta garantida | - | - | (74.343) | (30.514) |
| Caixa e equivalentes de caixa líquido | 4.923.851 | 3.797.863 | 14.852.092 | 16.597.184 |

(i) O saldo se refere, em sua maioria, a Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa incluem o valor de R\$3.083 milhões em 31 de dezembro de 2022 (R\$2.858 milhões em 31 de dezembro de 2021), mantidos em Cuba e Argentina, os quais não são livremente passíveis de remessa à controladora por motivos de restrições cambiais.

6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|----------------|----------------|------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Fundos de investimentos | 35.770 | 22.866 | - | - |
| Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado | - | - | 454.497 | 1.914.607 |
| Ativo circulante | 35.770 | 22.866 | 454.497 | 1.914.607 |
| Aplicações financeiras ao custo amortizado ⁽ⁱ⁾ | 145.612 | 132.150 | 219.055 | 192.877 |
| Ativo não circulante | 145.612 | 132.150 | 219.055 | 192.877 |
| Total | 181.382 | 155.016 | 673.552 | 2.107.484 |

(i) O saldo se refere substancialmente a aplicações financeiras atreladas a incentivos fiscais e não possui conversibilidade imediata em montantes conhecidos de caixa.

7 CONTAS A RECEBER

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Contas a receber de clientes | 1.854.848 | 1.520.985 | 5.737.460 | 5.304.748 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (292.355) | (271.779) | (679.038) | (668.278) |
| Contas a receber de clientes, líquidas | 1.562.493 | 1.249.206 | 5.058.422 | 4.636.470 |
| Partes relacionadas (Nota 32) | 768.372 | 1.620.269 | 290.683 | 155.164 |
| Total contas a receber circulante | 2.330.865 | 2.869.475 | 5.349.105 | 4.791.634 |
| Partes relacionadas (Nota 32) | 63.322 | 56.822 | - | - |
| Total contas a receber não circulante | 63.322 | 56.822 | - | - |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**



Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A idade de nossas contas a receber de clientes, líquidas de provisão para perdas, classificadas no ativo circulante, está demonstrada como segue:

| | Controladora | | | | | | | |
|---|----------------------------------|----------------------------------|----------------------|-----------------------------|-----------------------------|------------------------------|-------------------------------|-----------------------------|
| | Valor contábil em 31 de dezembro | A vencer, líquido de abatimentos | Vencidos até 30 dias | Vencidos entre 31 e 60 dias | Vencidos entre 61 e 90 dias | Vencidos entre 91 e 180 dias | Vencidos entre 181 e 360 dias | Vencidos a mais de 360 dias |
| Contas a receber de clientes | 1.854.848 | 1.479.654 | 59.370 | 11.235 | 7.853 | 7.748 | 15.515 | 273.473 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (292.355) | - | - | - | - | (3.367) | (15.515) | (273.473) |
| 2022 | 1.562.493 | 1.479.654 | 59.370 | 11.235 | 7.853 | 4.381 | - | - |
| Contas a receber de clientes | 1.520.985 | 1.175.691 | 42.044 | 15.283 | 11.683 | 9.217 | 14.610 | 252.457 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (271.779) | - | - | - | - | (4.712) | (14.610) | (252.457) |
| 2021 | 1.249.206 | 1.175.691 | 42.044 | 15.283 | 11.683 | 4.505 | - | - |

| | Consolidado | | | | | | | |
|---|----------------------------------|----------------------------------|----------------------|-----------------------------|-----------------------------|------------------------------|-------------------------------|-----------------------------|
| | Valor contábil em 31 de dezembro | A vencer, líquido de abatimentos | Vencidos até 30 dias | Vencidos entre 31 e 60 dias | Vencidos entre 61 e 90 dias | Vencidos entre 91 e 180 dias | Vencidos entre 181 e 360 dias | Vencidos a mais de 360 dias |
| Contas a receber de clientes | 5.737.460 | 4.572.995 | 343.763 | 100.513 | 49.438 | 19.337 | 40.217 | 611.197 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (679.038) | - | - | (297) | (10.816) | (16.511) | (40.217) | (611.197) |
| 2022 | 5.058.422 | 4.572.995 | 343.763 | 100.216 | 38.622 | 2.826 | - | - |
| Contas a receber de clientes | 5.304.748 | 4.201.981 | 358.198 | 52.055 | 31.518 | 21.621 | 33.817 | 605.558 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (668.278) | (10.371) | - | - | (2.346) | (16.186) | (33.817) | (605.558) |
| 2021 | 4.636.470 | 4.191.610 | 358.198 | 52.055 | 29.172 | 5.435 | - | - |

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada como segue:

| | Controladora | Consolidado |
|--|---------------------|--------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | (256.132) | (676.463) |
| Efeito de conversão de balanço | - | (5.293) |
| Provisões | (16.460) | (32.418) |
| Reversões | - | 21.705 |
| Baixas | 813 | 24.191 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | (271.779) | (668.278) |
| Efeito de conversão de balanço | - | 13.992 |
| Provisões | (22.901) | (47.034) |
| Reversões | - | 1.746 |
| Baixas | 2.325 | 20.536 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | (292.355) | (679.038) |

A exposição aos riscos de crédito, de moeda e de taxa de juros estão divulgadas na Nota 29 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev**8 ESTOQUES**

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------------|---------------------|------------------|--------------------|-------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Produtos acabados | 1.408.527 | 1.138.569 | 4.094.014 | 3.626.651 |
| Produtos em elaboração | 396.351 | 337.643 | 845.661 | 672.542 |
| Matérias-primas e itens de consumo | 3.337.063 | 2.904.041 | 6.798.273 | 5.306.223 |
| Almoxarifado e outros | 350.658 | 273.903 | 986.925 | 906.805 |
| Adiantamentos | 201.304 | 173.817 | 358.325 | 645.899 |
| Provisão para perdas | (55.238) | (37.749) | (160.173) | (157.774) |
| | 5.638.665 | 4.790.224 | 12.923.025 | 11.000.346 |

A movimentação de provisão para perdas em estoques está demonstrada abaixo:

| | Controladora | Consolidado |
|--|---------------------|--------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | (39.697) | (141.148) |
| Efeito de conversão de balanço | - | (2.015) |
| Provisões | (91.931) | (191.575) |
| Baixas | 93.879 | 176.964 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | (37.749) | (157.774) |
| Efeito de conversão de balanço | - | 17.818 |
| Provisões | (182.057) | (305.789) |
| Baixas | 164.568 | 285.572 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | (55.238) | (160.173) |

9 IMPOSTOS A RECUPERAR

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|------------------|--------------------|------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| PIS/COFINS – exclusão ICMS ⁽ⁱ⁾ | 19.557 | 516.982 | 73.451 | 516.982 |
| PIS/COFINS | 89.185 | 385.838 | 242.665 | 648.587 |
| ICMS | 326.638 | 285.191 | 542.195 | 565.551 |
| IPI | 4.680 | 4.335 | 131.022 | 168.584 |
| Outros | 16.862 | 22.507 | 55.481 | 81.445 |
| Circulante | 456.922 | 1.214.853 | 1.044.814 | 1.981.149 |
| PIS/COFINS – exclusão ICMS ⁽ⁱ⁾ | 4.654.060 | 4.364.365 | 5.992.800 | 5.360.021 |
| ICMS | 412.181 | 371.836 | 423.158 | 383.617 |
| Outros | 10.169 | 43.555 | 292.815 | 261.758 |
| Não circulante | 5.076.410 | 4.779.756 | 6.708.773 | 6.005.396 |
| Total | 5.533.332 | 5.994.609 | 7.753.587 | 7.986.545 |

(i) Conforme detalhado na Nota 31 - *Contingências*, a Companhia reconheceu créditos de PIS e COFINS oriundos da exclusão do ICMS de suas bases de cálculo. A contrapartida dos reconhecimentos é registrada na rubrica de PIS/COFINS – exclusão ICMS, conforme tabela acima.

10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos referidos tributos e a apuração contábil da Companhia, dentre os quais, prejuízos fiscais. As alíquotas desses tributos no Brasil, que são esperadas quando da realização dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Para as demais regiões, com atividade operacional, as alíquotas nominais esperadas estão demonstradas a seguir:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

| | |
|-------------------------------------|--------------|
| América Central e Caribe | de 15% a 27% |
| América Latina - sul ⁽ⁱ⁾ | de 10% a 35% |
| Canadá | 26,5% |
| Luxemburgo | 24,94% |

(i) Alterações na legislação fiscal da Argentina promulgadas em junho de 2021 e aplicáveis a partir de janeiro 2021 aumentaram a alíquota do imposto sobre a renda de 30% para 35%.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável a existência de lucro tributável futuro, o qual poderá ser compensado com as diferenças temporárias contabilizadas em 31 de dezembro de 2022.

O valor de imposto de renda e contribuição social diferidos por tipo de diferença temporária está detalhado a seguir:

| | Controladora | | | | | |
|--|---------------------|--------------------|------------------|------------------|--------------------|------------------|
| | 2022 | | | 2021 | | |
| | Ativo | Passivo | Líquido | Ativo | Passivo | Líquido |
| Aplicações financeiras | 6.864 | - | 6.864 | - | (2.451) | (2.451) |
| Benefícios a empregados | 436.460 | - | 436.460 | 459.239 | - | 459.239 |
| Contas a pagar | 3.232.776 | - | 3.232.776 | 4.113.285 | - | 4.113.285 |
| Contas a receber | 14.335 | - | 14.335 | 14.694 | - | 14.694 |
| Estoques | 18.781 | - | 18.781 | 12.835 | - | 12.835 |
| Imobilizado | - | (660.505) | (660.505) | - | (722.956) | (722.956) |
| Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuídos e <i>royalties</i> | - | (8.690) | (8.690) | - | (20.910) | (20.910) |
| Investimentos | - | (421.589) | (421.589) | - | (421.589) | (421.589) |
| Prejuízos fiscais a utilizar | 996.839 | - | 996.839 | 112.553 | - | 112.553 |
| Provisões | 547.345 | - | 547.345 | 432.014 | - | 432.014 |
| Efeito da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (R2) (Arrendamentos) | 28.192 | - | 28.192 | 65.096 | - | 65.096 |
| ICMS na base de cálculo PIS/COFINS | - | (392) | (392) | - | (865.553) | (865.553) |
| Outros itens | - | (81.738) | (81.738) | 1.168 | (47.623) | (46.455) |
| Ativo(passivo) tributário diferido bruto | 5.281.592 | (1.172.914) | 4.108.678 | 5.210.884 | (2.081.082) | 3.129.802 |
| Reclassificação para apresentação líquida | (1.172.914) | 1.172.914 | - | (2.081.082) | 2.081.082 | - |
| Ativo(passivo) tributário diferido líquido | 4.108.678 | - | 4.108.678 | 3.129.802 | - | 3.129.802 |

| | Consolidado | | | | | |
|--|--------------------|--------------------|------------------|------------------|--------------------|------------------|
| | 2022 | | | 2021 | | |
| | Ativo | Passivo | Líquido | Ativo | Passivo | Líquido |
| Aplicações financeiras | 7.521 | - | 7.521 | 12.535 | (2.451) | 10.084 |
| Intangível | - | (1.690.219) | (1.690.219) | - | (1.634.450) | (1.634.450) |
| Benefícios a empregados | 951.213 | - | 951.213 | 1.278.221 | (1.953) | 1.276.268 |
| Contas a pagar | 3.232.776 | (2.884) | 3.229.892 | 4.113.285 | (1.104) | 4.112.181 |
| Contas a receber | 38.620 | (3.802) | 34.818 | 50.583 | - | 50.583 |
| Derivativos | 95.130 | (44.806) | 50.324 | 232.159 | (72.381) | 159.778 |
| Empréstimos e financiamentos | 490 | (893) | (403) | - | (1.646) | (1.646) |
| Estoques | 413.856 | (139.281) | 274.575 | 328.187 | (49.136) | 279.051 |
| Imobilizado | 899.531 | (2.177.094) | (1.277.563) | 645.372 | (2.026.973) | (1.381.601) |
| Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuídos e <i>royalties</i> | - | (1.877.574) | (1.877.574) | - | (2.079.452) | (2.079.452) |
| Investimentos | - | (421.589) | (421.589) | - | (421.589) | (421.589) |
| Prejuízos fiscais a utilizar | 2.660.683 | - | 2.660.683 | 1.298.807 | - | 1.298.807 |
| Provisões | 819.288 | - | 819.288 | 696.879 | (217) | 696.662 |
| Efeito da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (R2) (Arrendamentos) | 35.061 | (11.371) | 23.690 | 78.610 | (343) | 78.267 |
| ICMS na base de cálculo PIS/COFINS | - | (168.232) | (168.232) | - | (1.019.608) | (1.019.608) |
| Outros itens | 260.861 | (164.142) | 96.719 | 110.417 | (19.970) | 90.447 |
| Ativo(passivo) tributário diferido bruto | 9.415.030 | (6.701.887) | 2.713.143 | 8.845.055 | (7.331.273) | 1.513.782 |
| Reclassificação para apresentação líquida | (2.976.195) | 2.976.195 | - | (4.117.306) | 4.117.306 | - |
| Ativo(passivo) tributário diferido líquido | 6.438.835 | (3.725.692) | 2.713.143 | 4.727.749 | (3.213.967) | 1.513.782 |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia realiza a reclassificação para apresentação líquida entre saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos somente quando os critérios de compensação são atingidos.

As estimativas críticas da Administração, bem como os principais passivos contingentes relacionados a tratamentos fiscais incertos de tributos sobre o lucro estão divulgados nas Notas 3 (q) e 31, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2022 os impostos diferidos ativos e passivos têm a seguinte expectativa de realização/liquidação por diferença temporária:

| | Controladora | | |
|--|---------------------------------|------------------------------------|------------------|
| | 2022 | | |
| | a ser realizado em até 12 meses | a ser realizado depois de 12 meses | Total |
| Imposto diferido não relacionado com prejuízos fiscais | | | |
| Aplicações financeiras | - | 6.864 | 6.864 |
| Benefícios a empregados | 178.228 | 258.232 | 436.460 |
| Contas a pagar | (206.533) | 3.439.309 | 3.232.776 |
| Contas a receber | 11.770 | 2.565 | 14.335 |
| Estoques | 10.183 | 8.598 | 18.781 |
| Imobilizado | 14.673 | (675.178) | (660.505) |
| Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuídos e <i>royalties</i> | - | (8.690) | (8.690) |
| Investimentos | - | (421.589) | (421.589) |
| Provisões | 258.446 | 288.899 | 547.345 |
| Efeito da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (R2) (Arrendamentos) | - | 28.192 | 28.192 |
| ICMS na base de cálculo PIS/COFINS | - | (392) | (392) |
| Outros itens | - | (81.738) | (81.738) |
| Total | 266.767 | 2.845.072 | 3.111.839 |

| | Consolidado | | |
|--|---------------------------------|------------------------------------|---------------|
| | 2022 | | |
| | a ser realizado em até 12 meses | a ser realizado depois de 12 meses | Total |
| Imposto diferido não relacionado com prejuízos fiscais | | | |
| Aplicações financeiras | - | 7.521 | 7.521 |
| Intangível | (1.335) | (1.688.884) | (1.690.219) |
| Benefícios a empregados | 230.799 | 720.414 | 951.213 |
| Contas a pagar | (209.417) | 3.439.309 | 3.229.892 |
| Contas a receber | 25.787 | 9.031 | 34.818 |
| Derivativos | (199.876) | 250.200 | 50.324 |
| Empréstimos e financiamentos | (648) | 245 | (403) |
| Estoques | 403.277 | (128.702) | 274.575 |
| Imobilizado | 51.658 | (1.329.221) | (1.277.563) |
| Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuídos e <i>royalties</i> | (172.707) | (1.704.867) | (1.877.574) |
| Investimentos | - | (421.589) | (421.589) |
| Provisões | 465.234 | 354.054 | 819.288 |
| Efeito da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (R2) (Arrendamentos) | - | 23.690 | 23.690 |
| ICMS na base de cálculo PIS/COFINS | - | (168.232) | (168.232) |
| Outros itens | 28.957 | 67.762 | 96.719 |
| Total | 621.729 | (569.269) | 52.460 |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

A maioria dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre os quais o imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados não possuem prazo de prescrição. Seu uso se baseia na projeção de existência futura de lucros tributáveis, limitado a 30% dos lucros tributáveis do ano, segundo a realidade dos anos passados e às projeções dos negócios da Companhia nas economias onde se localizam, em cumprimento, pois, às regras fiscais e contábeis cabíveis.

| | Controladora | Consolidado |
|---|---------------------|--------------------|
| | 2022 | 2022 |
| Imposto diferido relacionado com prejuízos fiscais | | |
| 2023 | - | 256.890 |
| 2024 | - | 168.691 |
| 2025 | - | 102.861 |
| 2026 | - | 106.593 |
| 2027 | 996.839 | 1.146.708 |
| 2028 a 2030 | - | 799.488 |
| 2031 a 2032 ⁽ⁱ⁾ | - | 79.452 |
| Total | 996.839 | 2.660.683 |

(i) Não existe expectativa de realização que ultrapasse o prazo de 10 anos.

Em 31 de dezembro de 2022, deixou de ser registrado crédito tributário relacionado a prejuízos fiscais acumulados no valor de R\$875.267 no Consolidado (R\$1.055.557 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021), já que sua realização não é provável.

A maioria dos prejuízos fiscais não tem prazo de prescrição, e o prejuízo fiscal a compensar relacionado ao crédito equivale a R\$3.359.497 no Consolidado em 31 de dezembro de 2022 (R\$4.122.454 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021).

A movimentação líquida do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada abaixo:

| | Controladora | | Consolidado |
|---|---|---|--------------------|
| | Valores reconhecidos diretamente na controladora | Efeito de equivalência patrimonial | Saldo |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 3.129.802 | - | 3.129.802 |
| Reconhecimento integral de ganhos/(perdas) atuariais | (380) | (146.470) | (146.850) |
| Hedge de investimento - opção de venda concedida sobre participação em controlada | (104.965) | - | (104.965) |
| Hedge de fluxo de caixa – ganhos/(perdas) | - | 41.329 | 41.329 |
| Ganhos/(perdas) na conversão de demais operações no exterior | (781.384) | 361.900 | (419.484) |
| Reconhecido no resultado abrangente | (886.729) | 256.759 | (629.970) |
| Reconhecido no resultado | 1.865.605 | - | 1.865.605 |
| Movimentações efetuadas diretamente no balanço patrimonial | - | (256.759) | (256.759) |
| Reconhecidas no grupo de imposto diferido | - | - | - |
| Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação) | - | - | (595.469) |
| Reconhecidas no grupo de investimentos | - | (256.759) | (256.759) |
| Equivalência patrimonial | - | (256.759) | (256.759) |
| Reconhecidas em outros grupos do balanço | - | - | 50.370 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 4.108.678 | - | 4.108.678 |

11 INVESTIMENTOS

a) Movimentação dos investimentos mantidos pela Controladora em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), diretos e indiretos:

| | Controladora | |
|--|---------------------|-------------------|
| | 2022 | 2021 |
| Saldo no início do exercício | 86.992.221 | 82.132.552 |
| Participação nos resultados de controladas e coligadas | 6.547.075 | 7.188.038 |
| Dividendos recebidos e a receber | (2.440.047) | (4.472.758) |
| Efeito de conversão de investimentos em controladas ⁽ⁱ⁾ | (8.493.693) | 3.135.266 |
| Ganhos/(perdas) atuariais | 465.769 | 338.250 |
| Reserva de <i>hedge</i> em controladas | (318.363) | 525.490 |
| Pagamento baseado em ações em controladas | 67.648 | 64.618 |
| Aporte/(redução) de capital em controladas | (1.370.001) | (3.939.366) |
| Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação) ⁽ⁱⁱ⁾ | 3.224.451 | 2.063.687 |
| Outros | (1.708) | (43.556) |
| Saldo no final do exercício | 84.673.352 | 86.992.221 |

(i) Efeito líquido da valorização/(desvalorização) dos investimentos em controladas em relação à moeda Real.

(ii) Efeito de hiperinflação da rubrica de Lucros Acumulados.

Informações sobre controladas diretas e em conjunto:

| Controlada | Participação % | Participação % no grupo econômico | Patrimônio líquido | Ágio ⁽ⁱ⁾ | Total investimento | 2022 | |
|---|-----------------------|--|---------------------------|----------------------------|---------------------------|--|---|
| | | | | | | Resultado do exercício ajustado | Resultado da equivalência patrimonial ⁽ⁱⁱⁱ⁾ |
| Ambev Luxembourg S.A.R.L. ⁽ⁱⁱ⁾ | 100,00% | 100,00% | 42.436.547 | 5.690.815 | 48.126.648 | 2.668.826 | 2.672.455 |
| Arosuco Aromas e Sucos Ltda. ⁽ⁱⁱ⁾ | 100,00% | 100,00% | 7.508.237 | - | 6.946.674 | 2.239.614 | 2.143.900 |
| B.Blend Máquinas e Bebidas S.A. | 50,00% | 50,00% | (32.265) | 102.859 | 86.711 | (80.550) | (40.275) |
| Bebidas Fantásticas e Participações Ltda. | 100,00% | 100,00% | 96.361 | - | 96.361 | (3.801) | (3.801) |
| Cachoeiras de Macacu Bebidas Ltda. | - | - | - | 199.583 | 199.583 | - | - |
| Cerveceria Nacional S de R.L | 100,00% | 100,00% | 3.051.901 | - | 3.051.901 | (3.989) | (3.989) |
| Cervejaria ZX S.A. ⁽ⁱⁱ⁾ | 100,00% | 100,00% | 63.223 | - | 53.698 | (85.318) | (89.846) |
| CRBS S.A. | 0,01% | 100,00% | 3.145.381 | - | 331 | 483.037 | 51 |
| Dahlen S.A. | 100,00% | 100,00% | 36.211 | - | 36.211 | 73 | 73 |
| Hohneck S.A. | 100,00% | 100,00% | 1.493 | - | 1.493 | (3.664) | (3.664) |
| Jalua Spain S.L. | 100,00% | 100,00% | 8.359.820 | - | 8.359.820 | 494.344 | 494.344 |
| Lizar Administradora de Carteira de Valores Mobiliarios Ltda. | 100,00% | 100,00% | 9.406 | - | 9.405 | 1.054 | 1.054 |
| Maltaria Pampa S.A. ⁽ⁱⁱ⁾ | 60,00% | 100,00% | 4.166.499 | 76.803 | 2.552.447 | 352.625 | 234.108 |
| Monthiers S.A. | - | - | - | 13.061 | 13.061 | - | - |
| R P O Latam Estratégia em Compras Ltda. | 100,00% | 100,00% | 106.130 | - | 106.129 | (3.770) | (3.770) |
| Tenedora CND, S.A. ⁽ⁱⁱ⁾ | 80,61% | 85,00% | 4.135.081 | 4.662.665 | 8.066.378 | 1.426.939 | 1.146.435 |
| Ajuste pela adoção da prática contábil do custo precedente | | | | | 6.966.501 | | - |
| Total | | | | | 84.673.352 | | 6.547.075 |

(i) Refere-se à realocação de ágios e marcas para o investimento;

(ii) Alguns valores podem não corresponder diretamente aos percentuais de participação devido aos lucros não realizados entre empresas do grupo;

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(iii) O total não contempla o resultado da equivalência patrimonial de investidas com passivo a descoberto, de R\$7.829, o qual está contemplado na rubrica de outros passivos no balanço patrimonial.

| Controlada | Participação % | Participação % no grupo econômico | Patrimônio líquido | Ágio ⁽ⁱ⁾ | Total investimento | 2021 | |
|---|----------------|-----------------------------------|--------------------|---------------------|--------------------|---------------------------------|--|
| | | | | | | Resultado do exercício ajustado | Resultado da equivalência patrimonial ⁽ⁱⁱⁱ⁾ |
| Ambev Luxembourg S.A.R.L. ⁽ⁱⁱ⁾ | 100,00% | 100,00% | 44.722.149 | 6.704.249 | 51.425.685 | 2.903.643 | 2.920.880 |
| Arosuco Aromas e Sucos Ltda. ⁽ⁱⁱ⁾ | 100,00% | 100,00% | 6.601.134 | - | 6.135.285 | 2.131.400 | 2.111.849 |
| B.Blend Máquinas e Bebidas S.A. | 50,00% | 50,00% | 48.285 | 102.859 | 127.017 | (23.362) | (11.681) |
| Bebidas Fantásticas e Participações Ltda. | 100,00% | 100,00% | 100.163 | - | 100.162 | (35.663) | (35.663) |
| Cachoeiras de Macacu Bebidas Ltda. | - | - | - | 199.583 | 199.583 | - | - |
| Cerveceria Nacional S de R.L | 100,00% | 100,00% | 3.442.515 | - | 3.442.515 | 215.082 | 215.082 |
| Cervejaria ZX S.A. ⁽ⁱⁱ⁾ | 100,00% | 100,00% | 148.541 | - | 143.544 | (74.070) | (76.390) |
| CRBS S.A. | 0,01% | 100,00% | 2.373.068 | - | 250 | 767.376 | 81 |
| Dahlen S.A. | 100,00% | 100,00% | 38.650 | - | 38.650 | (123) | (123) |
| Hohneck S.A. | 100,00% | 100,00% | 5.157 | - | 5.157 | (1.017) | (1.017) |
| Jalua Spain S.L. | 100,00% | 100,00% | 8.004.701 | - | 8.004.701 | 947.815 | 947.815 |
| Lizar Administradora de Carteira de Valores Mobiliarios Ltda. | 100,00% | 100,00% | 70.352 | - | 70.352 | 1.202 | 1.202 |
| Maltaria Pampa S.A. ⁽ⁱⁱ⁾ | 60,00% | 100,00% | 3.818.055 | 76.803 | 2.320.848 | 279.994 | 141.313 |
| Monthiers S.A. | - | 0,00% | - | 13.061 | 13.061 | - | - |
| R P O Latam Estratégia em Compras Ltda. | 100,00% | 100,00% | 79.897 | - | 79.899 | (30.685) | (30.685) |
| Tenedora CND, S.A. ⁽ⁱⁱ⁾ | 80,61% | 85,00% | 3.664.550 | 4.892.673 | 7.919.011 | 1.251.366 | 1.005.375 |
| Ajuste pela adoção da prática contábil do custo precedente | | | | | 6.966.501 | | - |
| Total | | | | | 86.992.221 | | 7.188.038 |

(i) Refere-se à realocação de ágios e marcas para o investimento;

(ii) Alguns valores podem não corresponder diretamente aos percentuais de participação devido aos lucros não realizados entre empresas do grupo;

(iii) O total não contempla o resultado da equivalência patrimonial de investidas com passivo a descoberto, de R\$15.254, o qual está contemplado na rubrica de outros passivos no balanço patrimonial.

Os valores de investimento e resultado de equivalência podem não corresponder diretamente aos percentuais de participação em decorrência do arredondamento dos percentuais.

b) Principais controladas com participação de não controladores:

As principais controladas com participação de não controladores, que representam praticamente a totalidade do saldo de R\$1.372.194 apresentado na demonstração do patrimônio líquido são: Cerveceria Nacional Dominicana S.A. (“CND”) R\$ 842.778, Cerveceria Paraguaya S.A. R\$199.056, Cerveceria Bucanero S.A. (“Bucanero”) R\$194.721 e Cerveceria Boliviana Nacional S.A. R\$91.605.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

12 IMOBILIZADO

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Ativo imobilizado | 13.796.524 | 13.317.158 | 26.961.300 | 26.664.070 |
| Ativo de direito de uso | 1.357.842 | 1.122.100 | 3.094.390 | 2.560.191 |
| | 15.154.366 | 14.439.258 | 30.055.690 | 29.224.261 |

| | Controladora | | | | |
|--|-----------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|----------------------|---------------------|
| | Terrenos e edifícios | Instalações e equipamentos | Utensílios e acessórios | Em construção | Total |
| Custo de aquisição | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 6.340.418 | 18.806.613 | 3.377.026 | 1.543.957 | 30.068.014 |
| Aquisições | - | 506.754 | 10 | 3.987.263 | 4.494.027 |
| Alienações e baixas | (101.142) | (354.205) | (283.805) | (3.382) | (742.534) |
| Transferências de (para) outras categorias de ativos | 447.249 | 1.348.291 | 258.091 | (2.400.314) | (346.683) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 6.686.525 | 20.307.453 | 3.351.322 | 3.127.524 | 33.472.824 |
| Aquisições | - | 774.850 | - | 3.137.420 | 3.912.270 |
| Alienações e baixas | (222) | (466.461) | (218.230) | - | (684.913) |
| Transferências de (para) outras categorias de ativos | 656.962 | 1.482.563 | 381.690 | (3.562.501) | (1.041.286) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 7.343.265 | 22.098.405 | 3.514.782 | 2.702.443 | 35.658.895 |
| Depreciação | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | (2.531.923) | (13.478.729) | (2.662.322) | - | (18.672.974) |
| Depreciação | (228.264) | (1.563.391) | (271.423) | - | (2.063.078) |
| Alienações e baixas | 30.226 | 355.747 | 277.237 | - | 663.210 |
| Transferências (de) para outras categorias de ativos | 38.805 | 34.783 | (17.096) | - | 56.492 |
| Perda por redução ao valor recuperável | - | (139.316) | - | - | (139.316) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | (2.691.156) | (14.790.906) | (2.673.604) | - | (20.155.666) |
| Depreciação | (245.236) | (1.679.198) | (260.269) | - | (2.184.703) |
| Alienações e baixas | - | 478.647 | 199.694 | - | 678.341 |
| Transferências (de) para outras categorias de ativos | - | 21.962 | (158) | - | 21.804 |
| Perda por redução ao valor recuperável | - | (222.147) | - | - | (222.147) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | (2.936.392) | (16.191.642) | (2.734.337) | - | (21.862.371) |
| Valor contábil: | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 3.995.369 | 5.516.547 | 677.718 | 3.127.524 | 13.317.158 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 4.406.873 | 5.906.763 | 780.445 | 2.702.443 | 13.796.524 |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



| | Consolidado | | | | |
|--|-----------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|----------------------|---------------------|
| | Terrenos e edifícios | Instalações e equipamentos | Utensílios e acessórios | Em construção | Total |
| Custo de aquisição | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 12.385.108 | 34.037.311 | 7.219.152 | 2.830.543 | 56.472.114 |
| Efeito de conversão de balanço | 54.109 | 128.963 | 4.295 | 6.031 | 193.398 |
| Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação) | 544.167 | 1.170.073 | 216.392 | 148.722 | 2.079.354 |
| Aquisição por meio de combinações de negócios | 859 | 8.558 | 549 | 1.134 | 11.100 |
| Aquisições | 11.291 | 960.138 | 45.213 | 6.294.391 | 7.311.033 |
| Alienações e baixas | (117.681) | (1.238.356) | (360.415) | (3.382) | (1.719.834) |
| Transferências de (para) outras categorias de ativos | 662.036 | 2.402.864 | 401.544 | (3.872.918) | (406.474) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 13.539.889 | 37.469.551 | 7.526.730 | 5.404.521 | 63.940.691 |
| Efeito de conversão de balanço | (1.075.903) | (3.378.423) | (879.479) | (360.672) | (5.694.477) |
| Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação) | 870.517 | 2.890.991 | 744.355 | 252.720 | 4.758.583 |
| Aquisições | 11.197 | 1.283.543 | 87.339 | 4.923.571 | 6.305.650 |
| Alienações e baixas | (24.603) | (1.531.367) | (349.763) | (10) | (1.905.743) |
| Transferências de (para) outras categorias de ativos | 1.173.106 | 3.083.855 | 553.405 | (5.870.382) | (1.060.016) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 14.494.203 | 39.818.150 | 7.682.587 | 4.349.748 | 66.344.688 |
| | Terrenos e edifícios | Instalações e equipamentos | Utensílios e acessórios | Em construção | Total |
| Depreciação | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | (3.993.438) | (23.830.425) | (5.795.390) | - | (33.619.253) |
| Efeito de conversão de balanço | (39.654) | (52.366) | 10.586 | - | (81.434) |
| Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação) | (94.101) | (557.581) | (146.594) | - | (798.276) |
| Aquisição por meio de combinações de negócios | (258) | (1.065) | (196) | - | (1.519) |
| Depreciação | (398.116) | (3.098.465) | (634.431) | - | (4.131.012) |
| Alienações e baixas | 46.584 | 1.222.553 | 320.579 | - | 1.589.716 |
| Transferências (de) para outras categorias de ativos | 36.617 | 1.303 | 5.398 | - | 43.318 |
| Perda por redução ao valor recuperável | (7.115) | (268.996) | (2.050) | - | (278.161) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | (4.449.481) | (26.585.042) | (6.242.098) | - | (37.276.621) |
| Efeito de conversão de balanço | 243.770 | 2.311.071 | 767.887 | - | 3.322.728 |
| Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação) | (157.793) | (1.938.440) | (647.696) | - | (2.743.929) |
| Depreciação | (436.447) | (3.160.997) | (579.654) | - | (4.177.098) |
| Alienações e baixas | 4.526 | 1.515.730 | 335.175 | - | 1.855.431 |
| Transferências (de) para outras categorias de ativos | 57 | 32.721 | 7.341 | - | 40.119 |
| Perda por redução ao valor recuperável | (410) | (403.637) | 29 | - | (404.018) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | (4.795.778) | (28.228.594) | (6.359.016) | - | (39.383.388) |
| Valor contábil: | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 9.090.408 | 10.884.509 | 1.284.632 | 5.404.521 | 26.664.070 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 9.698.425 | 11.589.556 | 1.323.571 | 4.349.748 | 26.961.300 |

Imobilizados dados em garantia não são relevantes.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativo de direito de uso:

| | Controladora | | | |
|--|---------------------|--|-----------------|--------------------|
| | Imóveis | Máquinas, equipamentos e veículos | Outros | Total |
| Custo de aquisição | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 550.170 | 1.163.636 | 75.762 | 1.789.568 |
| Adições | 296.221 | 742.056 | 38.592 | 1.076.869 |
| Baixas | (172.511) | (662.815) | (71.655) | (906.981) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 673.880 | 1.242.877 | 42.699 | 1.959.456 |
| Adições | 96.526 | 611.716 | 39.873 | 748.115 |
| Baixas | (381) | (177.505) | - | (177.886) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 770.025 | 1.677.088 | 82.572 | 2.529.685 |
| | | | | |
| | Imóveis | Máquinas, equipamentos e veículos | Outros | Total |
| Depreciação | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | (238.479) | (722.252) | (55.493) | (1.016.224) |
| Depreciação | (186.877) | (297.618) | (24.104) | (508.599) |
| Baixas | 106.055 | 519.557 | 61.855 | 687.467 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | (319.301) | (500.313) | (17.742) | (837.356) |
| Depreciação | (99.493) | (260.596) | (17.568) | (377.657) |
| Baixas | 56 | 43.114 | - | 43.170 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | (418.738) | (717.795) | (35.310) | (1.171.843) |
| Valor contábil: | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 354.579 | 742.564 | 24.957 | 1.122.100 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 351.287 | 959.293 | 47.262 | 1.357.842 |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

| | Consolidado | | | |
|--|--------------------|--|------------------|--------------------|
| | Imóveis | Máquinas, equipamentos e veículos | Outros | Total |
| Custo de aquisição | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 1.791.518 | 1.905.890 | 175.541 | 3.872.949 |
| Efeito de conversão de balanço | 51.838 | 6.659 | 3.556 | 62.053 |
| Adições | 803.868 | 1.419.365 | 61.411 | 2.284.644 |
| Baixas | (312.351) | (1.327.771) | (122.748) | (1.762.870) |
| Transferências de (para) outras categorias de ativos | (27.692) | 19.747 | (6.055) | (14.000) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 2.307.181 | 2.023.890 | 111.705 | 4.442.776 |
| Efeito de conversão de balanço | (111.567) | (11.725) | (5.411) | (128.703) |
| Adições | 627.999 | 915.042 | 94.670 | 1.637.711 |
| Baixas | (11.221) | (252.542) | - | (263.763) |
| Transferências de (para) outras categorias de ativos | (114.039) | 21.695 | (7.816) | (100.160) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 2.698.353 | 2.696.360 | 193.148 | 5.587.861 |
| | Imóveis | Máquinas, equipamentos e veículos | Outros | Total |
| Depreciação | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | (812.874) | (1.017.907) | (126.674) | (1.957.455) |
| Efeito de conversão de balanço | (19.328) | (2.840) | (2.265) | (24.433) |
| Depreciação | (476.324) | (497.286) | (50.782) | (1.024.392) |
| Baixas | 205.790 | 794.893 | 109.604 | 1.110.287 |
| Transferências (de) para outras categorias de ativos | 1.537 | (1.043) | 12.914 | 13.408 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | (1.101.199) | (724.183) | (57.203) | (1.882.585) |
| Efeito de conversão de balanço | 47.332 | 6.040 | 2.915 | 56.287 |
| Depreciação | (391.625) | (415.310) | (38.550) | (845.485) |
| Baixas | 20.918 | 58.011 | - | 78.929 |
| Transferências (de) para outras categorias de ativos | 77.057 | 11.799 | 10.527 | 99.383 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | (1.347.517) | (1.063.643) | (82.311) | (2.493.471) |
| Valor contábil: | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 1.205.982 | 1.299.707 | 54.502 | 2.560.191 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 1.350.836 | 1.632.717 | 110.837 | 3.094.390 |

Contratos por prazo e taxa de desconto

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade (“spread” de crédito). Os spreads foram obtidos por meio de sondagens junto às instituições financeiras. A tabela a seguir evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

| Prazos | Taxa % a.a. | |
|---------------|--------------------|-------------|
| | 2022 | 2021 |
| 2022 - 2026 | 9,46% | 7,29% |
| 2027 - 2031 | 10,27% | 9,78% |
| 2032 - 2036 | 15,16% | 14,47% |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O quadro a seguir demonstra o direito potencial de créditos de PIS/COFINS a recuperar embutidos na contraprestação de arrendamento nas operações ocorridas no Brasil, conforme os períodos previstos para pagamento:

| Fluxo de caixa | 31 de dezembro de 2022 | |
|---------------------------------|------------------------|---------------------------|
| | Nominal | Ajustado a valor presente |
| Contraprestação do arrendamento | 2.632.573 | 2.153.211 |
| PIS/COFINS potencial (9,25%) | 243.513 | 199.172 |
| | 2.876.086 | 2.352.383 |

Divulgações adicionais requeridas pela CVM

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento vigentes em 31 de dezembro de 2022, descontados pela taxa nominal:

| | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 - 2035 |
|---|-----------|-----------|---------|---------|----------------|
| Passivo de arrendamento | | | | | |
| Contábil - IFRS 16/CPC 06(R2) | 2.260.906 | 1.395.028 | 874.433 | 460.821 | 458.534 |
| Fluxo com projeção de inflação | 2.382.581 | 1.445.765 | 899.594 | 474.627 | 472.290 |
| Variação | 5% | 4% | 3% | 3% | 3% |
| Direito de uso líquido - saldo final | | | | | |
| Contábil - IFRS 16/CPC 06(R2) | 2.192.723 | 1.381.018 | 869.127 | 449.646 | 331.944 |
| Fluxo com projeção de inflação | 2.317.567 | 1.431.384 | 894.207 | 463.139 | 341.903 |
| Variação | 6% | 4% | 3% | 3% | 3% |
| Despesa financeira | | | | | |
| Contábil - IFRS 16/CPC 06(R2) | 190.627 | 140.864 | 93.234 | 61.318 | 70.590 |
| Fluxo com projeção de inflação | 200.389 | 146.414 | 96.042 | 63.135 | 72.746 |
| Variação | 5% | 4% | 3% | 3% | 3% |
| Despesa de depreciação | | | | | |
| Contábil - IFRS 16/CPC 06(R2) | 847.918 | 680.530 | 525.945 | 363.430 | 367.873 |
| Fluxo com projeção de inflação | 892.280 | 705.349 | 541.121 | 374.335 | 378.909 |
| Variação | 5% | 4% | 3% | 3% | 3% |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

13 INTANGÍVEL

| | Controladora | | | |
|--|-----------------------------------|--------------------|-----------------|--------------------|
| | Intangíveis comerciais | Software | Outros | Total |
| Custo de aquisição | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 2.685.714 | 1.454.532 | 164.880 | 4.305.126 |
| Alienação | - | (9.607) | - | (9.607) |
| Transferências de (para) outras categorias de ativos | - | 349.793 | (29.990) | 319.803 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 2.685.714 | 1.794.718 | 134.890 | 4.615.322 |
| Transferências de (para) outras categorias de ativos | 17.761 | 1.031.640 | - | 1.049.401 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 2.703.475 | 2.826.358 | 134.890 | 5.664.723 |
| | | | | |
| | Intangíveis comerciais | Software | Outros | Total |
| Amortização | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | (2.358.905) | (931.979) | (88.511) | (3.379.395) |
| Amortização | (58.190) | (187.341) | (1) | (245.532) |
| Alienação | - | 8.865 | - | 8.865 |
| Transferências (de) para outras categorias de ativos | - | 115 | - | 115 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | (2.417.095) | (1.110.340) | (88.512) | (3.615.947) |
| Amortização | (57.990) | (270.204) | - | (328.194) |
| Transferências (de) para outras categorias de ativos | (14.573) | 4.035 | - | (10.538) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | (2.489.658) | (1.376.509) | (88.512) | (3.954.679) |
| Valor contábil: | | | | |
| 31 de dezembro de 2021 | 268.619 | 684.378 | 46.378 | 999.375 |
| 31 de dezembro de 2022 | 213.817 | 1.449.849 | 46.378 | 1.710.044 |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

| | Consolidado | | | | |
|--|--------------------|-------------------------------|--------------------|------------------|--------------------|
| | Marcas | Intangíveis comerciais | Software | Outros | Total |
| Custo de aquisição | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 5.653.454 | 3.284.548 | 2.238.230 | 1.100.891 | 12.277.123 |
| Efeito de conversão de balanço | 123.749 | 16.313 | (20.896) | (4.571) | 114.595 |
| Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação) | 622.008 | 56.089 | 103.797 | 149.118 | 931.012 |
| Adições | - | - | 26.012 | 340.068 | 366.080 |
| Alienação | (31.038) | - | (13.401) | - | (44.439) |
| Aquisição por meio de combinação de negócios | - | - | 24 | - | 24 |
| Transferências de (para) outras categorias de ativos | (39.249) | (8.500) | 625.586 | (206.937) | 370.900 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 6.328.924 | 3.348.450 | 2.959.352 | 1.378.569 | 14.015.295 |
| Efeito de conversão de balanço | (1.096.191) | (114.254) | (351.285) | (308.422) | (1.870.152) |
| Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação) | 930.348 | 71.287 | 338.655 | 292.301 | 1.632.591 |
| Adições | - | - | 6.927 | 220.486 | 227.413 |
| Alienação | - | - | (123) | - | (123) |
| Transferências de (para) outras categorias de ativos | - | 3.188 | 1.400.668 | (364.050) | 1.039.806 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 6.163.081 | 3.308.671 | 4.354.194 | 1.218.884 | 15.044.830 |
| | Marcas | Intangíveis comerciais | Software | Outros | Total |
| Amortização | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | - | (2.584.249) | (1.458.505) | (653.813) | (4.696.567) |
| Efeito de conversão de balanço | - | 13.140 | 15.079 | 20.739 | 48.958 |
| Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação) | - | (55.987) | (83.773) | (139.748) | (279.508) |
| Amortização | - | (58.393) | (299.732) | (46.840) | (404.965) |
| Alienação | - | - | 14.096 | - | 14.096 |
| Transferências (de) para outras categorias de ativos | - | 8.500 | (16.719) | (75) | (8.294) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | - | (2.676.989) | (1.829.554) | (819.737) | (5.326.280) |
| Efeito de conversão de balanço | - | 69.609 | 220.697 | 212.355 | 502.661 |
| Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação) | - | (71.233) | (211.758) | (215.480) | (498.471) |
| Amortização | - | (58.099) | (401.113) | (43.042) | (502.254) |
| Alienação | - | - | 123 | - | 123 |
| Transferências (de) para outras categorias de ativos | - | - | 1.600 | 40 | 1.640 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | - | (2.736.712) | (2.220.005) | (865.864) | (5.822.581) |
| Valor contábil: | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 6.328.924 | 671.461 | 1.129.798 | 558.832 | 8.689.015 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 6.163.081 | 571.959 | 2.134.189 | 353.020 | 9.222.249 |

A Companhia é proprietária de algumas das mais importantes marcas da indústria de cerveja do mundo. Consequentemente, espera-se que estas marcas possam gerar fluxos de caixa positivos pelo período em que a Companhia mantiver sua propriedade. Nesse contexto, as marcas registradas como parte do valor justo quando da aquisição de subsidiárias são consideradas como de vida útil indefinida. As principais marcas reconhecidas pela Companhia são *Quilmes* na Argentina, *Pilsen* no Paraguai, *Paceña* e *Huari* na Bolívia e *Presidente* e *Presidente Light* na República Dominicana.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

O valor contábil dos intangíveis com vida útil indefinida classificados como marcas foi alocado para os seguintes países:

| | 2022 | 2021 |
|----------------------|------------------|------------------|
| Argentina | 2.019.126 | 1.917.057 |
| Bolívia | 894.497 | 956.691 |
| Canadá | 206.414 | 235.192 |
| Chile | 78.484 | 84.806 |
| Luxemburgo | 339.633 | 339.633 |
| Paraguai | 542.699 | 616.255 |
| República Dominicana | 1.592.949 | 1.670.424 |
| Panamá | 358.847 | 383.798 |
| Uruguai | 130.432 | 125.068 |
| | 6.163.081 | 6.328.924 |

Intangíveis com vida útil indefinida foram testados para fins de redução ao valor de recuperação no nível da unidade geradora de caixa com base na mesma abordagem descrita na Nota 14 - *Ágio*.

14 ÁGIO

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|----------------|--------------------|-------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Saldo inicial | 281.858 | 281.858 | 42.411.260 | 40.023.457 |
| Efeito de conversão de balanço | - | - | (3.510.494) | 1.255.314 |
| Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação) | - | - | 1.709.880 | 1.092.437 |
| Aquisição, adição, (baixa) e permuta de subsidiárias | - | - | (16.608) | 40.052 |
| Saldo final | 281.858 | 281.858 | 40.594.038 | 42.411.260 |

O valor do ágio foi alocado às seguintes UGCs:

| | Moeda funcional | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------------|---------------------|----------------|--------------------|-------------------|
| | | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Brasil | BRL | 281.858 | 281.858 | 17.702.415 | 17.702.415 |
| Ágio | | - | - | 102.945.048 | 102.945.048 |
| Transação com não controladores ⁽ⁱ⁾ | | - | - | (85.242.633) | (85.242.633) |
| CAC: | | | | | |
| República Dominicana | DOP | - | - | 4.231.606 | 4.439.344 |
| Panamá | PAB | - | - | 1.813.772 | 1.939.896 |
| América Latina - sul: | | | | | |
| Argentina | ARS | - | - | 3.462.984 | 3.232.649 |
| Bolívia | BOB | - | - | 1.845.619 | 1.973.945 |
| Chile | CLP | - | - | 53.094 | 57.371 |
| Paraguai | PYG | - | - | 953.771 | 1.083.196 |
| Uruguai | UYU | - | - | 193.108 | 185.166 |
| Canadá | CAD | - | - | 10.337.669 | 11.797.278 |
| | | 281.858 | 281.858 | 40.594.038 | 42.411.260 |

(i) Refere-se à operação de permuta de participações societárias ocorrida em 2013 em decorrência da adoção da prática contábil do custo precedente.

Os ativos de vida útil indefinida correspondem a aproximadamente 29% do total de ativos consolidados da Ambev em 31 de dezembro de 2022 (31% em 31 de dezembro de 2021).

de 2021), é testado para fins de redução ao valor recuperável por UGC, no mínimo anualmente. Uma UGC é o menor nível no qual o ativo é monitorado para fins gerenciais da Companhia. Em uma combinação de negócios, o ativo de vida útil indefinida é alocado a partir da data de aquisição em cada UGC que se espera ser beneficiada pelas sinergias da combinação de negócios.

Testes do ágio para verificação de *impairment*

A Companhia não tem como prever se um evento irá desencadear um *impairment*, quando ocorrerá ou como afetará o valor do ativo reportado. A Companhia entende que as estimativas utilizadas são razoáveis: elas são consistentes com os relatórios internos da Companhia e refletem as melhores estimativas da Administração. No entanto, existem incertezas inerentes que a Administração é incapaz de controlar. Embora uma mudança nas estimativas utilizadas possa ter um impacto significativo no cálculo do valor justo e desencadear uma taxa de redução do valor recuperável, a Companhia, com base na análise de sensibilidade realizada, não tem conhecimento de qualquer mudança provável em uma premissa importante que poderia resultar em um valor contábil maior que o valor recuperável.

A Companhia realizou seu teste anual de *impairment* com base nas premissas descritas abaixo, chegando à conclusão de que não há necessidade de ajustes por *impairment*.

A metodologia utilizada pela Companhia para a determinação do valor recuperável de todas as suas UGCs é o valor justo líquido de despesas de venda, utilizando múltiplos do lucro antes do resultado financeiro, imposto sobre a renda e despesas com depreciação e amortização (“EBITDA”), observados no mercado em transações precedentes de negócios comparáveis, na indústria cervejeira nacional e internacional. Os valores utilizados pela Companhia nesta abordagem são baseados em fontes de informação externas. Esta mensuração se classifica no nível 2 da hierarquia de valor justo, uma vez que a principal fonte de informação utilizada pela Companhia para determinar o valor recuperável foi múltiplos de EBITDA praticados em transações observadas envolvendo negócios comparáveis. Como parte desta análise de múltiplos, a Companhia estabeleceu que as UGCs cujo capital investido seja superior a 7 vezes o seu EBITDA devem ter seu valor recuperável determinado com base na abordagem de valor justo menos os custos de venda, para determinar se tal valor excede seu valor contábil. Na última análise efetuada pela Companhia, apenas o Chile e Panamá atenderam ao critério pré-determinado.

Deste modo, para as UGCs Brasil, Panamá e Chile, a Companhia também utilizou projeções de fluxo de caixa descontado para a determinação do valor recuperável, de forma a corroborar as conclusões alcançadas pela aplicação da abordagem de valor justo líquido de despesas de venda, de que o valor recuperável destas UGCs não excede seu valor contábil reconhecido. A seleção destas UGCs considerou aspectos quantitativos e qualitativos, uma vez que a UGC Brasil é a mais representativa para a

Companhia, e para as UGCs Chile e Panamá identificamos um múltiplo acima do parâmetro pré-determinado em relação ao EBITDA.

Análise de sensibilidade

Com base no cenário provável, foi construída análise de sensibilidade para um acréscimo ou redução de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto e na taxa de crescimento. Sendo que, em qualquer combinação, o valor do fluxo de caixa foi superior ao seu valor contábil. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

Os julgamentos, estimativas e premissas-chave utilizados nos cálculos de fluxo de caixa descontado de tais UGCs são calculados da seguinte forma:

- O primeiro ano do modelo é baseado na melhor estimativa do fluxo de caixa para o ano em curso;
- Para o segundo ano do modelo, os fluxos de caixa são baseados no plano estratégico aprovado pela Administração. O plano estratégico é preparado por país e é baseado em fontes externas em relação aos pressupostos macroeconômicos, evolução da indústria, inflação e taxas de câmbio, experiência passada e iniciativas em termos de *market share*, receita, custos e capital de giro;
- Do terceiro ao décimo ano do modelo, os fluxos de caixa são extrapolados utilizando o crescimento de volume, índice de preços e *market share* esperado para cada UGC. Nos casos do Chile e Panamá, levamos em consideração as melhores estimativas das Administrações locais;
- As projeções são feitas na moeda funcional da unidade de negócios e descontadas pelo custo médio ponderado da unidade de capital ("WACC"), considerando-se as sensibilidades nesta métrica;

Para nossas análises de fluxo de caixa, a taxa de crescimento aplicada variou entre 3,3% e 8,7%.

O WACC nominal aplicado em moeda local para cada UGC:

| UGC | 2022 |
|------------|-------------|
| Chile | 11,4% |
| Panamá | 10,0% |
| Brasil | 12,7% |

Embora a Companhia acredite que seus julgamentos, premissas e estimativas sejam adequados, os resultados reais podem diferir dessas estimativas sob premissas ou condições mercadológicas ou macroeconômicas diferentes.

15 CONTAS A PAGAR

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Fornecedores | 13.269.237 | 13.118.566 | 23.498.099 | 23.867.255 |
| Partes relacionadas (Nota 32) | 1.646.474 | 1.707.556 | 830.430 | 1.210.656 |
| Passivo circulante | 14.915.711 | 14.826.122 | 24.328.529 | 25.077.911 |
| Fornecedores | 159.648 | 200.176 | 165.871 | 209.140 |
| Partes relacionadas (Nota 32) | 21.191.918 | 20.874.134 | 343.556 | 407.916 |
| Passivo não circulante | 21.351.566 | 21.074.310 | 509.427 | 617.056 |
| Total | 36.267.277 | 35.900.432 | 24.837.956 | 25.694.967 |

A Companhia reconhece suas obrigações com fornecedores e partes relacionadas na rubrica de contas a pagar. Conforme mencionado na Nota 3 (n) - *Sumário das Principais Políticas Contábeis, Contas a Pagar*, quando relevantes, os valores de contas a pagar a fornecedores são ajustados pelo seu valor presente. Nesse sentido, o ajuste a valor presente registrado no contas a pagar, em 31 de dezembro de 2022, monta a R\$367 milhões (R\$239 milhões em 31 de dezembro de 2021) no consolidado.

As Controladas da Companhia na Argentina, no Chile, no Paraguai e no Panamá possuem transações de desconto de duplicatas com endosso (securitização do contas a pagar) com fornecedores no montante de R\$219,3 milhões em 31 de dezembro de 2022, reportados no consolidado (R\$370,0 milhões em 31 de dezembro de 2021). Em geral, referidas transações de desconto acontecem por imposições legais existentes nestas jurisdições. Estas transações mantêm características comerciais, uma vez que não há alterações nas condições previamente estabelecidas e fica a exclusivo critério do fornecedor realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Companhia.

Os valores que a Controladora tem a pagar para partes relacionadas correspondem, principalmente, a contratos de mútuo celebrados com controladas integrais da Companhia, cujo incremento decorre da variação cambial e da celebração de novo contrato durante o exercício – detalhes adicionais na Nota 32 - *Partes relacionadas*.

16 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Empréstimos bancários com garantia | 47.934 | 54.748 | 54.536 | 72.760 |
| Empréstimos bancários sem garantia | - | 1.071 | - | 84.070 |
| Outros empréstimos sem garantia | 144.424 | 37.250 | 144.424 | 37.250 |
| Arrendamentos | 326.440 | 284.812 | 783.609 | 653.038 |
| Passivo circulante | 518.798 | 377.881 | 982.569 | 847.118 |
| Empréstimos bancários com garantia | 126.235 | 174.169 | 126.240 | 174.279 |
| Outros empréstimos sem garantia | 328.116 | 92.858 | 328.116 | 92.858 |
| Arrendamentos | 1.043.268 | 875.477 | 2.333.781 | 1.986.269 |
| Passivo não circulante | 1.497.619 | 1.142.504 | 2.788.137 | 2.253.406 |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

Informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e o cronograma de desembolsos estão divulgadas na Nota 29 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as dívidas apresentavam as seguintes taxas:

| | Controladora | | | | | |
|---|----------------------------|----------------|-------------------|----------------------|----------------|-------------------|
| | 2022 | | | 2021 | | |
| | Taxa média ao ano | Circulante | Não Circulante | Taxa média ao ano | Circulante | Não Circulante |
| Instrumentos de Dívida | | | | | | |
| Dívida Reais taxa flutuante (TJLP e TR) | 9,61% | 12.273 | 125.055 | - | - | - |
| Dívida em Reais - ICMS taxa fixa | 2,95% | 113.329 | 266.396 | 5,06% | 37.250 | 92.858 |
| Dívida em Reais - ICMS taxa variável | 6,97% | 31.095 | 61.720 | - | - | - |
| Dívida em Reais - taxa fixa | 9,47% | 362.101 | 1.044.448 | 7,12% | 340.631 | 1.049.646 |
| Total | | 518.798 | 1.497.619 | | 377.881 | 1.142.504 |

| | Consolidado | | | | | |
|---|----------------------|----------------|-------------------|----------------------|----------------|-------------------|
| | 2022 | | | 2021 | | |
| | Taxa média ao ano | Circulante | Não Circulante | Taxa média ao ano | Circulante | Não Circulante |
| Instrumentos de Dívida | | | | | | |
| Dívida denominada em USD taxa fixa | 14,00% | 6.193 | - | 13,12% | 17.450 | - |
| Dívida Reais taxa flutuante (CDI e DI) | - | - | - | 11,56% | 82.999 | - |
| Outras moedas latino-americanas taxa fixa | 10,39% | 98.783 | 322.506 | 11,34% | 48.722 | 177.315 |
| Dívida denominada em CAD taxa fixa | 5,32% | 123.273 | 387.745 | 2,49% | 91.685 | 339.096 |
| Dívida Reais taxa flutuante (TJLP e TR) | 9,61% | 12.273 | 125.055 | - | - | - |
| Dívida em Reais - ICMS taxa fixa | 2,95% | 113.329 | 266.396 | 5,06% | 37.250 | 92.858 |
| Dívida em Reais - ICMS taxa variável | 6,97% | 31.095 | 61.720 | - | - | - |
| Dívida em Reais - taxa fixa | 9,43% | 597.623 | 1.624.715 | 7,33% | 569.012 | 1.644.137 |
| Total | | 982.569 | 2.788.137 | | 847.118 | 2.253.406 |

Reconciliação de passivos decorrentes de atividades de financiamento

As tabelas abaixo detalham as alterações nos passivos da Companhia decorrentes de atividades de financiamento, incluindo mudanças monetárias e não monetárias. Passivos decorrentes de atividades de financiamento são aqueles para os quais fluxos de caixa ou fluxos de caixa futuros serão classificados na demonstração dos fluxos de caixa das atividades de financiamento:

| | Controladora | |
|---|---------------------------|-------------------------------|
| | Passivo circulante | Passivo não circulante |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 377.881 | 1.142.504 |
| Proventos de empréstimos | - | 266.960 |
| Liquidação de empréstimos | (129.162) | - |
| Variação cambial | 19 | - |
| Transferência entre circulante e não circulante | 424.035 | (424.035) |
| Novos contratos de arrendamento | 192.037 | 421.361 |
| Juros de arrendamentos | 71.766 | - |
| Pagamentos de arrendamentos | (447.135) | - |
| Outros movimentos | 29.357 | 90.829 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 518.798 | 1.497.619 |

| | Consolidado | |
|---|---------------------------|-------------------------------|
| | Passivo circulante | Passivo não circulante |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 847.118 | 2.253.406 |
| Proventos de empréstimos | 7.898 | 266.959 |
| Liquidação de empréstimos | (230.214) | - |
| Variação cambial | (17.436) | (56.590) |
| Transferência entre circulante e não circulante | 761.057 | (761.057) |
| Novos contratos de arrendamento | 469.156 | 905.349 |
| Juros de arrendamentos | 159.289 | - |
| Pagamentos de arrendamentos | (1.014.029) | - |
| Outros movimentos | (270) | 180.070 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 982.569 | 2.788.137 |

Cláusulas contratuais (Covenants)

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, assim como em 31 de dezembro de 2021, as dívidas da Companhia tinham direitos iguais de pagamento, não havendo subordinação entre elas. Exceção feita às linhas de crédito FINAME contratadas pela Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), onde foram prestadas garantias reais sobre os ativos adquiridos com o crédito concedido, os demais empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia preveem a prestação de garantias diversas, tais como fianças e imóveis, ou são sem garantia. A maioria dos contratos financeiros preveem cláusulas restritivas (*covenants*), tais como: *covenants* financeiros, incluindo atos que possam diminuir a capacidade de pagamento dos financiamentos; manutenção dos ativos da Companhia, com a finalidade de assegurar que todos permaneçam em condições de uso; limitação para realização de operações de aquisição, fusão, venda ou alienação de seus ativos; divulgação de demonstrações contábeis e balanços patrimoniais; não constituição de garantias reais em novas dívidas contratadas, exceto se: (i) expressamente autorizado nos termos do contrato; ou (ii) em novas dívidas

contratadas perante instituições financeiras ligadas ao governo brasileiro - incluindo o BNDES - ou governos estrangeiros, sejam estas instituições financeiras multilaterais (ex. Banco Mundial) ou localizadas em jurisdições em que a Companhia exerça suas atividades.

Adicionalmente, os financiamentos contratados perante o BNDES estão sujeitos às “Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES” (“Disposições”). De acordo com referidas Disposições, os tomadores de empréstimos, como a Companhia, não poderão, sem a prévia anuência do BNDES, por exemplo: (i) assumir novas dívidas (exceto as previstas em referidas Disposições); (ii) conceder preferência a outros créditos; e/ou (iii) alienar ou onerar bens de seu ativo permanente (exceto nos casos previstos em referidas Disposições).

Estas cláusulas restritivas são aplicáveis a partir da data de celebração e entrada em vigor de cada contrato, na medida em que os eventos previstos contratualmente ocorram. A depender da materialidade de cada um dos eventos e de seus efeitos adversos para a Companhia e/ou suas subsidiárias e/ou os direitos de seus credores, podem ser aplicadas penalidades contratuais, sendo uma delas o vencimento antecipado do respectivo contrato. Em determinados contratos, na hipótese de ocorrência de qualquer um dos eventos previstos nas referidas cláusulas restritivas, pode ser concedido à Companhia um prazo de cura para saneamento de eventual inadimplemento contratual, a fim de evitar penalidades decorrentes da quebra de obrigação.

Por fim, referente aos incentivos fiscais nas modalidades de financiamento ou empréstimo subsidiado, estes estão sujeitos ao cumprimento de diversas contrapartidas conforme as respectivas previsões constantes dos atos normativos ou atos concessivos estaduais, tais como: (i) manutenção ou geração de empregos; (ii) realização de investimentos; (iii) incremento na capacidade produtiva, (iv) compromissos de arrecadação de ICMS, (v) manutenção de regularidade fiscal; dentre outras, condições estas que referem-se a fatos sob controle da Companhia. Estes compromissos são aplicáveis a partir da data de assinatura dos respectivos contratos relacionados aos benefícios fiscais.

Em 31 de dezembro de 2022, assim como em 31 de dezembro de 2021, a Companhia atendeu a todos os compromissos contratuais de suas operações de empréstimos e financiamentos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



17 PROVISÕES

(a) Movimentação das provisões

| | Controladora | | | | |
|---|---------------------------------|------------------------|----------------------|----------------------|---------------------------------|
| | Saldo em 31 de dezembro de 2020 | Provisões constituídas | Provisões utilizadas | Provisões revertidas | Saldo em 31 de dezembro de 2021 |
| Provisão para disputas e litígios | | | | | |
| Impostos sobre vendas | 168.222 | 194.770 | (56.298) | (100.221) | 206.473 |
| Trabalhistas | 85.996 | 123.887 | (113.786) | (16.740) | 79.357 |
| Cíveis | 62.356 | 104.677 | (60.320) | (29.661) | 77.052 |
| Demais tributos | 81.408 | 12.126 | (3.255) | (4.868) | 85.411 |
| Total de provisão para disputas e litígios | 397.982 | 435.460 | (233.659) | (151.490) | 448.293 |

| | Controladora | | | | |
|---|---------------------------------|------------------------|----------------------|----------------------|---------------------------------|
| | Saldo em 31 de dezembro de 2021 | Provisões constituídas | Provisões utilizadas | Provisões revertidas | Saldo em 31 de dezembro de 2022 |
| Provisão para disputas e litígios | | | | | |
| Impostos sobre vendas | 206.473 | 116.298 | (83.955) | (37.660) | 201.156 |
| Trabalhistas | 79.357 | 148.539 | (123.765) | (14.747) | 89.384 |
| Cíveis | 77.052 | 268.326 | (18.730) | (1.951) | 324.697 |
| Demais tributos | 85.411 | 30.693 | (3.548) | (14.437) | 98.119 |
| Total de provisão para disputas e litígios | 448.293 | 563.856 | (229.998) | (68.795) | 713.356 |

| | Consolidado | | | | | |
|---|---------------------------------|--|------------------------|----------------------|----------------------|---------------------------------|
| | Saldo em 31 de dezembro de 2020 | Efeito das variações nas taxas de câmbio | Provisões constituídas | Provisões utilizadas | Provisões revertidas | Saldo em 31 de dezembro de 2021 |
| Provisão para disputas e litígios | | | | | | |
| Impostos sobre vendas | 184.196 | - | 198.519 | (57.308) | (106.854) | 218.553 |
| Trabalhistas | 129.842 | (820) | 163.142 | (147.167) | (20.809) | 124.188 |
| Cíveis | 86.856 | (2.207) | 273.888 | (71.838) | (33.745) | 252.954 |
| Demais tributos | 156.612 | 2.000 | 14.562 | (5.159) | (5.026) | 162.989 |
| Total de provisão para disputas e litígios | 557.506 | (1.027) | 650.111 | (281.472) | (166.434) | 758.684 |
| Reestruturação | 14.492 | 1.153 | 6.796 | (5.035) | - | 17.406 |
| Total das provisões | 571.998 | 126 | 656.907 | (286.507) | (166.434) | 776.090 |

| | Consolidado | | | | | |
|---|---------------------------------|--|------------------------|----------------------|----------------------|---------------------------------|
| | Saldo em 31 de dezembro de 2021 | Efeito das variações nas taxas de câmbio | Provisões constituídas | Provisões utilizadas | Provisões revertidas | Saldo em 31 de dezembro de 2022 |
| Provisão para disputas e litígios | | | | | | |
| Impostos sobre vendas | 218.553 | - | 157.621 | (85.842) | (43.384) | 246.948 |
| Trabalhistas | 124.188 | (4.605) | 194.228 | (161.975) | (19.735) | 132.101 |
| Cíveis | 252.954 | (17.537) | 312.731 | (196.613) | (15.601) | 335.934 |
| Demais tributos | 162.989 | (8.097) | 60.145 | (7.181) | (14.927) | 192.929 |
| Total de provisão para disputas e litígios | 758.684 | (30.239) | 724.725 | (451.611) | (93.647) | 907.912 |
| Reestruturação | 17.406 | (2.015) | - | (3.594) | - | 11.797 |
| Total das provisões | 776.090 | (32.254) | 724.725 | (455.205) | (93.647) | 919.709 |

(b) Expectativa de desembolso

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|---|---------------------|-----------------------|-------------------|-----------------------|--------------------|-----------------------|-------------------|-----------------------|
| | 2022 | | 2021 | | 2022 | | 2021 | |
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Provisão para disputas e litígios | | | | | | | | |
| Impostos sobre vendas | 34.853 | 166.303 | 63.867 | 142.606 | 53.103 | 193.845 | 55.390 | 163.163 |
| Trabalhistas | 15.490 | 73.894 | 24.547 | 54.810 | 27.210 | 104.891 | 27.967 | 96.221 |
| Cíveis | 56.260 | 268.437 | 23.834 | 53.218 | 72.891 | 263.043 | 58.835 | 194.119 |
| Demais tributos | 17.000 | 81.119 | 26.420 | 58.991 | 22.925 | 170.004 | 20.922 | 142.067 |
| Total de provisão para disputas e litígios | 123.603 | 589.753 | 138.668 | 309.625 | 176.129 | 731.783 | 163.114 | 595.570 |
| Reestruturação | - | - | - | - | 4.598 | 7.199 | 9.204 | 8.202 |
| Total das provisões | 123.603 | 589.753 | 138.668 | 309.625 | 180.727 | 738.982 | 172.318 | 603.772 |

O prazo estimado para liquidação das provisões foi baseado na melhor estimativa da Administração na data das demonstrações contábeis.

(c) Principais processos com perda provável:

(c.1) Impostos sobre vendas

A Companhia e suas subsidiárias possuem no Brasil diversos processos administrativos e judiciais referentes aos tributos ICMS, IPI, PIS e COFINS considerados como prováveis de perda. Estes processos envolvem compensações, suposta insuficiência de recolhimento de imposto, apropriação de créditos tributários, entre outros.

(c.2) Trabalhistas

A Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em processos trabalhistas considerados como prováveis de perda, envolvendo ex-empregados, incluindo de empresas prestadoras de serviços. Tais processos envolvem principalmente horas extras, seus reflexos e respectivos encargos.

(c.3) Cíveis

A Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em processos cíveis considerados como prováveis de perda. A parcela mais relevante desses processos foi ajuizada por ex-distribuidores, principalmente no Brasil, os quais se referem em sua maioria a pedidos de indenização pelo término da relação contratual de distribuição com a Companhia.

Os processos com probabilidades possíveis estão divulgados na Nota 31 - *Contingências*.

18 BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

A Companhia patrocina benefícios pós-emprego como aposentadoria, assistência médica, odontológica e entre outros para funcionários do Brasil e das subsidiárias localizadas na República Dominicana, Barbados, Panamá, Uruguai, Bolívia, Argentina e Canadá com base no salário dos funcionários e no tempo de serviço destes. As entidades são regidas pelas regulamentações locais e pelas práticas individuais de cada país, como também pela relação da Companhia com os fundos de pensão e a composição deles.

Os benefícios pós-emprego de aposentadoria são administrados através de fundos de pensão, e são classificados como planos de contribuição definida ou de benefício definido.

Os planos de pensão de benefício definido e os outros benefícios pós-emprego não são concedidos para novas aposentadorias.

Planos de contribuição definida

Esses planos são custeados pelos participantes e pela patrocinadora, e são administrados por fundos de pensão. Durante o exercício de 2022, a Companhia contribuiu com R\$81.969 (R\$74.121 durante o exercício de 2021) para esses fundos, sendo esse montante considerado como despesa. Uma vez que as contribuições foram pagas, a Companhia não tem mais obrigações.

Planos de benefício definido

O passivo líquido de planos de benefício definido, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está composto da seguinte forma:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|--------------------|--------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Valor presente das obrigações custeadas | (1.693.524) | (1.660.208) | (5.476.494) | (7.354.304) |
| Valor justo dos ativos do plano | 1.843.010 | 1.832.061 | 4.543.332 | 5.638.046 |
| Valor presente de obrigações custeadas líquidas | 149.486 | 171.853 | (933.162) | (1.716.258) |
| Valor presente das obrigações não custeadas | (223.432) | (231.282) | (921.005) | (1.165.422) |
| Valor presente das obrigações líquidas | (73.946) | (59.429) | (1.854.167) | (2.881.680) |
| Teto de ativo ("asset ceiling") | (163.299) | (180.072) | (163.299) | (180.072) |
| Passivos | (237.245) | (239.501) | (2.017.466) | (3.061.752) |
| Outros benefícios a funcionários de longo prazo | (54.852) | (71.087) | (87.078) | (104.349) |
| Total dos benefícios a funcionários | (292.097) | (310.588) | (2.104.544) | (3.166.101) |
| Valor dos benefícios a funcionários registrados no balanço patrimonial | | | | |
| Passivos | (294.147) | (312.970) | (2.161.126) | (3.193.951) |
| Ativos | 2.050 | 2.382 | 56.582 | 27.850 |
| Passivos líquidos | (292.097) | (310.588) | (2.104.544) | (3.166.101) |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As mudanças no valor presente das obrigações de benefício definido estão demonstradas como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Obrigação com benefícios definidos em 1º de janeiro | (1.891.490) | (2.105.319) | (8.519.726) | (8.777.657) |
| Custo de serviços | (5.543) | (7.614) | (46.967) | (58.012) |
| Custo de juros | (157.186) | (139.629) | (353.163) | (324.317) |
| Ganhos e (perdas) em liquidações ou reduções dos benefícios | - | - | 3.785 | 3.576 |
| Contribuições dos participantes do plano | - | - | (5.597) | (6.895) |
| Ganhos e (perdas) atuariais - premissas geográficas | - | 51.973 | - | 52.274 |
| Ganhos e (perdas) atuariais - premissas financeiras | 190.005 | 380.886 | 1.333.635 | 726.782 |
| Ajustes de experiência | (234.265) | (228.300) | (171.515) | (213.039) |
| Reclassificações | - | - | - | (782) |
| Efeito de variação cambial | - | - | 787.717 | (495.307) |
| Benefícios pagos | 181.523 | 156.513 | 574.332 | 573.651 |
| Obrigação com benefícios definidos em 31 de dezembro | (1.916.956) | (1.891.490) | (6.397.499) | (8.519.726) |

Na Fundação Zerrenner o valor presente das obrigações custeadas inclui R\$665.410 em 31 de dezembro de 2022 (R\$603.932 em 31 de dezembro de 2021) de dois planos de assistência médica para os quais os benefícios são providos diretamente pela Fundação Zerrenner. A Fundação Zerrenner é uma entidade legalmente distinta que tem por principal finalidade proporcionar aos funcionários e administradores atuais e aposentados da Ambev no Brasil assistência médico-hospitalar e odontológica, auxiliar em cursos profissionalizantes e superiores, manter estabelecimentos para auxílio e assistência a idosos, entre outros, por meio de ações diretas ou mediante convênios de auxílios financeiros com outras entidades.

A movimentação do valor justo dos ativos dos planos de pensão de benefício definido está demonstrada como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro | 1.832.061 | 1.944.841 | 5.638.046 | 5.533.348 |
| Receita de juros | 153.169 | 129.771 | 262.056 | 223.861 |
| Custos de administração | - | - | (5.174) | (5.767) |
| Retorno esperado excluindo receita de juros | 12.977 | (106.750) | (614.563) | (148.326) |
| Contribuições da Ambev | 26.326 | 20.712 | 315.961 | 342.033 |
| Contribuições dos participantes do plano | - | - | 5.811 | 7.126 |
| Diferenças cambiais | - | - | (482.649) | 263.066 |
| Acordos, liquidações e outros | - | - | (1.830) | (3.645) |
| Benefícios pagos excluindo custos de administração | (181.523) | (156.513) | (574.326) | (573.650) |
| Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro | 1.843.010 | 1.832.061 | 4.543.332 | 5.638.046 |

O retorno real dos ativos em 31 de dezembro de 2022 foi um ganho/(perda) de R\$166.146 na Controladora e R\$(352.507) no Consolidado (ganho/(perda) de R\$23.021 na Controladora e R\$75.535 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021).

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou um montante de R\$2.050 na Controladora e R\$56.582 no Consolidado (R\$2.382 na Controladora e R\$27.850 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021), referente ao limite sobre o reconhecimento de ativo que não exceda o valor presente dos benefícios futuros.

As mudanças no limite sobre o reconhecimento de ativo que não exceda o valor presente dos benefícios futuros estão demonstradas abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|--------------|--------------------|---------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Impacto do limite sobre o reconhecimento de ativo em 1º de janeiro | 2.382 | 4.331 | 27.850 | 33.648 |
| Receita/(despesa) de juros | 165 | 209 | (8) | 1.318 |
| Alterações excluindo os montantes incluídos na receita/(despesa) de juros | (497) | (2.158) | 30.246 | (9.080) |
| Efeito de variação cambial | - | - | (1.506) | 1.964 |
| Impacto do limite sobre o reconhecimento de ativo em 31 de dezembro | 2.050 | 2.382 | 56.582 | 27.850 |

A receita/(despesa) reconhecida no resultado em relação aos planos de benefício definido está demonstrada a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|-----------------|--------------------|------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Custos de serviços correntes | (5.543) | (7.614) | (46.967) | (58.012) |
| Custos de administração | - | - | (5.174) | (5.767) |
| Ganhos e (perdas) em liquidações ou reduções dos benefícios | - | - | 2.169 | 1.156 |
| Resultado operacional | (5.543) | (7.614) | (49.972) | (62.623) |
| Custo financeiro | (19.629) | (20.874) | (107.846) | (115.567) |
| Total da despesa com benefícios a funcionários | (25.172) | (28.488) | (157.818) | (178.190) |

A receita/(despesa) com benefícios a funcionários foram incluídas nos seguintes itens do resultado:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|-----------------|--------------------|------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Outras receitas/(despesas) operacionais | - | - | (61) | (236) |
| Custo de vendas | - | - | (26.364) | (32.951) |
| Despesas comerciais | - | - | (9.424) | (11.694) |
| Receitas/(despesas) administrativas | (5.543) | (7.614) | (14.123) | (17.742) |
| Despesas financeiras | (19.629) | (20.874) | (107.846) | (115.567) |
| | (25.172) | (28.488) | (157.818) | (178.190) |

As premissas atuariais utilizadas no cálculo das obrigações estão demonstradas a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------------------|------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 (i) | 2021 (i) |
| Taxa de desconto | 10,0% | 8,7% | 5,1% a 11,0% | 2,9% a 10,0% |
| Inflação | 3,5% | 3,3% | 2,0% a 3,5% | 2,0% a 3,5% |
| Aumentos de salários futuros | 5,4% | 5,1% | 1,0% a 7,1% | 1,0% a 7,1% |
| Aumentos de pensão futuros | 3,5% | 3,3% | 2,7% a 3,8% | 2,5% a 3,8% |
| Tendência de custo com plano de saúde | 7,1% ao ano com redução 7,1% | 6,9% ao ano com redução 6,9% | 6,4% a 7,1% ao ano com redução 7,1% | 4,2% a 6,9% ao ano com redução 6,9% |
| Tendência de custo com plano odontológico | 3,5% | 3,3% | 3,5% | 3,3% |
| Expectativa de vida para homens acima de 65 anos | 85 | 85 | 84 a 87 | 85 a 87 |
| Expectativa de vida para mulheres acima de 65 anos | 88 | 87 | 86 a 89 | 87 a 89 |

(i) Compreende as premissas dos países do Brasil, América Central e Caribe, América Latina - sul e Canadá.

Através de seus planos de pensão de benefício definido e planos médicos pós-emprego, a Companhia está exposta a uma série de riscos, os mais significativos estão detalhados a seguir:

Volatilidade do ativo

Os passivos dos planos são calculados utilizando uma taxa de desconto definida com referência aos títulos privados de alta qualidade, se os ativos do plano tiverem um desempenho menor que desses rendimentos corporativos, a obrigação de benefício definido líquido da Companhia pode aumentar. Alguns planos custeados pela Companhia mantêm uma proporção de ações, que provavelmente superarão a rentabilidade de títulos privados a longo prazo, apesar de proporcionar volatilidade e risco no curto prazo. Os planos geralmente buscam reduzir o nível de risco dos investimentos, investindo mais em ativos que melhor correspondem aos passivos.

Mudanças nos rendimentos de títulos

Uma diminuição nos rendimentos de títulos privados aumentará os passivos do plano, o que seria parcialmente compensado por um aumento no valor das participações dos títulos dos planos.

Risco de inflação

Algumas das obrigações de pensões da Companhia estão ligadas à inflação, e inflação mais alta levará a passivos superiores. A maioria dos ativos do plano não é afetada ou está vagamente correlacionada com a inflação, o que significa que um aumento da inflação poderia aumentar a obrigação de benefício líquida da Companhia.

Expectativa de vida

A maioria das obrigações dos planos proporciona benefícios durante a vida do participante, de modo que o aumento na expectativa de vida resultará em um aumento nos passivos dos planos.

Estratégia de investimento

No caso dos planos custeados, a Companhia garante que as posições de investimento são geridas dentro de um quadro de correspondências entre ativos e passivos, que foi desenvolvido para atingir investimentos de longo prazo que estão em consonância com as obrigações decorrentes dos regimes de pensões. Dentro deste quadro de correspondências entre ativos e passivos, o objetivo da Companhia é combinar ativos às obrigações de pensão através de investimentos em títulos de rendimento fixo de longo prazo com vencimentos que coincidem com os pagamentos de benefícios na data de vencimento e na moeda apropriada.

As sensibilidades das obrigações de benefício definido em relação às principais premissas ponderadas estão demonstradas abaixo:

| Em milhares de reais | Alteração na premissa | Controladora | | | |
|----------------------------|-----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | | 2022 | | 2021 | |
| | | Aumento na premissa | Redução na premissa | Aumento na premissa | Redução na premissa |
| Custos com planos de saúde | 100 pontos base | (71.031) | 61.026 | (74.108) | 62.883 |
| Taxa de desconto | 50 pontos base | 79.245 | (86.276) | 86.540 | (92.039) |
| Aumento de salário futuro | 50 pontos base | (10.734) | 10.101 | (12.427) | 11.624 |
| Longevidade | Um ano | (62.635) | 61.858 | (66.093) | 65.061 |

| Em milhares de reais | Alteração na premissa | Consolidado | | | |
|----------------------------|-----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | | 2022 | | 2021 | |
| | | Aumento na premissa | Redução na premissa | Aumento na premissa | Redução na premissa |
| Custos com planos de saúde | 100 pontos base | (94.306) | 81.769 | (114.677) | 98.577 |
| Taxa de desconto | 50 pontos base | 307.932 | (327.963) | 441.958 | (470.286) |
| Aumento de salário futuro | 50 pontos base | (17.553) | 16.495 | (19.841) | 18.593 |
| Longevidade | Um ano | (221.511) | 213.547 | (287.560) | 279.514 |

Os dados apresentados acima representam flutuações puramente hipotéticas nas premissas individuais, mantendo todas as demais premissas constantes: as condições econômicas e suas mudanças sempre afetam, ao mesmo tempo, as demais premissas e seus efeitos não são lineares.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

A composição dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está demonstrada a seguir:

| | Controladora | | | | | |
|------------------|---------------------|-------------------|--------------|---------------|-------------------|--------------|
| | 2022 | | | 2021 | | |
| | Cotado | Não-cotado | Total | Cotado | Não-cotado | Total |
| Títulos públicos | 67% | - | 67% | 33% | - | 33% |
| Outros | 33% | - | 33% | 67% | - | 67% |

| | Consolidado | | | | | |
|---------------------------|--------------------|-------------------|--------------|---------------|-------------------|--------------|
| | 2022 | | | 2021 | | |
| | Cotado | Não-cotado | Total | Cotado | Não-cotado | Total |
| Títulos públicos | 43% | - | 43% | 43% | - | 43% |
| Títulos corporativos | 10% | - | 10% | 10% | - | 10% |
| Instrumentos patrimoniais | 15% | - | 15% | 15% | - | 15% |
| Caixa | 6% | - | 6% | 6% | - | 6% |
| Outros | 26% | - | 26% | 26% | - | 26% |

A taxa de retorno global esperada é calculada pela ponderação das taxas individuais de acordo com sua participação prevista no total da carteira de investimentos.

A Ambev espera contribuir com aproximadamente R\$26.285 na Controladora e R\$309.679 no Consolidado para os seus planos de benefício definido em 2023.

19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

| | 2022 | | 2021 | |
|--|-------------------------------------|--------------------------|-------------------------------------|--------------------------|
| | Milhares de ações ordinárias | Milhares de reais | Milhares de ações ordinárias | Milhares de reais |
| No início do exercício | 15.744.452 | 58.042.464 | 15.735.118 | 57.899.073 |
| Aumento de capital ⁽ⁱ⁾ | 5.765 | 88.053 | 9.334 | 143.391 |
| No final do exercício ⁽ⁱⁱ⁾ | 15.750.217 | 58.130.517 | 15.744.452 | 58.042.464 |

(i) Aumento de capital realizado por meio da emissão de ações.

(ii) O capital social encontra-se com ações totalmente subscritas e integralizadas.

(b) Reservas de capital

| | Reservas de capital | | | | |
|--|----------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-------------------------------------|-------------------|
| | Ações em tesouraria | Prêmio na emissão de ações | Outras reservas de capital | Pagamentos baseados em ações | Total |
| Saldo em 01 de janeiro de 2021 | (941.637) | 53.662.811 | 700.898 | 1.563.439 | 54.985.511 |
| Aumento de capital | (59.964) | - | - | (74.333) | (134.297) |
| Compra de ações, resultado de ações em tesouraria e pagamentos baseados em ações | (36.110) | - | - | 372.084 | 335.974 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | (1.037.711) | 53.662.811 | 700.898 | 1.861.190 | 55.187.188 |
| Aumento de capital | - | - | - | (64.289) | (64.289) |
| Compra de ações, resultado de ações em tesouraria e pagamentos baseados em ações | (35.795) | - | - | 252.590 | 216.795 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | (1.073.506) | 53.662.811 | 700.898 | 2.049.491 | 55.339.694 |

(b.1) Compra de ações e resultado de ações em tesouraria

As ações em tesouraria abrangem as ações de emissão própria readquiridas pela Companhia e o resultado de ações em tesouraria, que se refere aos ganhos e perdas relacionados à realização das transações de pagamentos baseados em ações e outros.

Segue abaixo a movimentação das ações em tesouraria:

| | Compra/Alienação | | Resultado sobre ações em tesouraria | Total ações em tesouraria |
|--|---------------------------------|-------------------|--|------------------------------|
| | Milhares de ações ordinárias | Milhares de reais | Milhares de reais | Milhares de reais |
| Saldo em 01 de janeiro de 2021 | 203 | (3.045) | (938.592) | (941.637) |
| Alterações no exercício | 5.580 | (95.095) | (979) | (96.074) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 5.783 | (98.140) | (939.571) | (1.037.711) |
| Alterações no exercício | 2.699 | (33.737) | (2.058) | (35.795) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 8.482 | (131.877) | (941.629) | (1.073.506) |

(b.2) Prêmio na emissão de ações

O prêmio na emissão de ações refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou recompra de ações.

(b.3) Pagamentos baseados em ações

Diversos programas de remuneração baseada em ações e opções de compra de ações permitem que os executivos adquiram ações da Companhia.

A reserva de pagamentos baseados em ações foi impactada pela despesa de R\$238.376 na Controladora e R\$313.869 no Consolidado em 31 de dezembro de 2022 (R\$322.993 na Controladora e R\$387.611 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021) (Nota 28 - *Pagamento baseado em ações*).

(c) Reservas de lucros

| | Reservas de lucros | | | |
|--|-----------------------------|---------------|-----------------------|-------------------|
| | Reserva de investimentos | Reserva legal | Incentivos fiscais | Total |
| Saldo em 01 de janeiro de 2021 | 14.511.147 | 4.456 | 11.404.458 | 25.920.061 |
| Reserva de incentivos fiscais | - | - | 1.423.467 | 1.423.467 |
| Reserva de investimentos | 3.848.112 | - | - | 3.848.112 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 18.359.259 | 4.456 | 12.827.925 | 31.191.640 |
| Reserva de incentivos fiscais | - | - | 2.018.618 | 2.018.618 |
| Reserva de investimentos | 3.696.642 | - | - | 3.696.642 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 22.055.901 | 4.456 | 14.846.543 | 36.906.900 |

(c.1) Reserva de investimentos

Do lucro líquido do exercício, obtido após as deduções aplicáveis, destina-se a importância não superior a 60% (sessenta por cento) do lucro líquido ajustado para a constituição de reserva de investimentos para que essa possa suportar investimentos futuros, conforme o definido no Estatuto Social da Companhia.

(c.2) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social.

(c.3) Incentivos fiscais

A Companhia reconhece em seu patrimônio líquido, na conta de reserva de lucros, os valores de incentivos fiscais referentes aos benefícios tributários do exercício em vigor. Todos os incentivos fiscais estaduais e federais são enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial na forma de redução de alíquota, redução da base de cálculo, financiamento ou empréstimos subsidiados, créditos presumidos, recolhimento efetivo, diferimento do pagamento ou reduções parciais do valor do imposto estadual a pagar.

Esses programas objetivam promover o incremento da geração de emprego, a descentralização regional, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos Estados. Nesses estados, os prazos de carência e fruição são previstos nos respectivos atos normativos e nos atos concessivos estaduais, a depender de sua natureza, e, quando existentes, as condições atreladas referem-se a fatos sob controle da Companhia. Tais benefícios obedecem a sistemática prevista na Lei Complementar Federal nº 160/2017 e no Convênio CONFAP nº 190/2017. Em virtude da alteração do art. 30 da Lei Federal nº 12.973/14 pela Lei Complementar Federal nº 160/2017, incentivos fiscais estaduais relativos aos impostos sobre venda são reconhecidos como subvenções governamentais para investimento.

(c.4) Juros sobre o capital próprio/dividendos

Segundo a legislação brasileira, as empresas possuem a opção de distribuir juros sobre o capital próprio ("JCP"), calculados com base na taxa de juros de longo prazo ("TJLP"), que são dedutíveis para fins de imposto de renda, nos termos da legislação aplicável e, quando distribuídos, podem ser considerados parte dos dividendos mínimos obrigatórios.

Conforme determina o Estatuto Social, a Companhia deve distribuir aos seus acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório relativo a cada exercício fiscal findo

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



em 31 de dezembro, uma quantia não inferior a 40% do seu lucro apurado conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado na forma da legislação aplicável, salvo em caso de incompatibilidade com a situação financeira da Ambev. O dividendo mínimo obrigatório inclui os montantes pagos a título de JCP.

Eventos ocorridos durante o exercício de 2022:

| Evento | Aprovação | Provento | Início pagamento | Exercício | Espécie e Classe de ação | Valor do provento por ação | Valor total do provento |
|--------|------------|-------------------------------|------------------|-----------|--------------------------|----------------------------|-------------------------|
| RCA | 06/12/2022 | Juros sobre o capital próprio | 29/12/2022 | 2022 | ON | 0,7623 | 11.999.808 |
| | | | | | | | 11.999.808 |

Distribuição de JCP. De acordo com a recomendação do Comitê de Operações e Finanças da Companhia, em reunião realizada em 5 de dezembro de 2022, foi aprovada a distribuição de JCP à razão de R\$ 0,7623 por ação da Companhia, com base nos saldos disponíveis, no balanço extraordinário de 31 de outubro de 2022, e na reserva de investimentos da Companhia, constante do balanço de 31 de dezembro de 2021, os quais são imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do mesmo exercício. A distribuição de JCP foi tributada na forma da legislação em vigor, o que resultou em uma distribuição líquida de R\$ 0,6480 por ação da Companhia no exercício de 2022.

Referido pagamento foi efetuado em 29 de dezembro de 2022, com base na posição acionária de 19 de dezembro de 2022 no que se refere à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, e 21 de dezembro de 2022 no que se refere à New York Stock Exchange – NYSE, sem incidência de correção monetária.

Eventos ocorridos durante o exercício de 2021:

| Evento | Aprovação | Provento | Início pagamento | Exercício | Espécie e Classe de ação | Valor do provento por ação | Valor total do provento |
|--------|------------|-------------------------------|------------------|-----------|--------------------------|----------------------------|-------------------------|
| RCA | 09/12/2021 | Dividendos | 30/12/2021 | 2021 | ON | 0,1334 | 2.099.486 |
| RCA | 09/12/2021 | Juros sobre o capital próprio | 30/12/2021 | 2021 | ON | 0,4702 | 7.400.137 |
| | | | | | | | 9.499.623 |

Distribuição de Dividendos. De acordo com a recomendação do Comitê de Operações, Finanças e Remuneração da Companhia, em reunião realizada em 7 de dezembro de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos à razão de R\$ 0,1334 por ação da Companhia, com base nos saldos disponíveis e no balanço extraordinário de 30 de novembro de 2021, e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do mesmo exercício, sem retenção de imposto de renda na fonte, na forma da legislação em vigor.

Referido pagamento foi efetuado em 30 de dezembro de 2021, com base na posição acionária de 17 de dezembro de 2021 no que se refere à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e 21 de dezembro de 2021 no que se refere à New York Stock Exchange - NYSE, sem incidência de correção monetária.

Distribuição de JCP. De acordo com a recomendação do Comitê de Operações, Finanças e Remuneração da Companhia, em reunião realizada em 7 de dezembro de 2021, foi aprovada a distribuição de JCP à razão de R\$ 0,4702 por ação da Companhia, com base nos saldos disponíveis e no balanço extraordinário de 30 de novembro de 2021 e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do mesmo exercício. A distribuição de JCP foi tributada na forma da legislação em vigor, o que resultou em uma distribuição líquida de R\$ 0,3996 por ação da Companhia.

Referido pagamento foi efetuado em 30 de dezembro de 2021, com base na posição acionária de 17 de dezembro de 2021 no que se refere à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, e 21 de dezembro de 2021 no que se refere à New York Stock Exchange – NYSE, sem incidência de correção monetária.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(d) Ajustes de avaliação patrimonial

| | Ajustes de avaliação patrimonial | | | | | | | Total |
|--|----------------------------------|-------------------------|---------------------------|--|---------------------------------|------------------------|--|---------------------|
| | Reservas de conversão | Hedge de fluxo de caixa | Ganhos/(perdas) atuariais | Opções concedidas sobre participação em controlada | Ganhos/(perdas) de participação | Combinação de negócios | Ajustes contábeis de transações entre sócios | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2021 | 11.076.439 | 744.441 | (1.473.230) | (4.783) | (73.777) | 156.091 | (75.414.198) | (64.989.017) |
| <i>Resultado Abrangente:</i> | | | | | | | | |
| Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior | 2.449.718 | - | - | - | - | - | - | 2.449.718 |
| Hedge de fluxo de caixa | - | 480.812 | - | - | - | - | - | 480.812 |
| Ganhos/(perdas) atuariais | - | - | 341.754 | - | - | - | - | 341.754 |
| Resultado abrangente do exercício | 2.449.718 | 480.812 | 341.754 | - | - | - | - | 3.272.284 |
| Opções concedidas sobre participação em controlada | - | - | - | (1.883) | - | - | - | (1.883) |
| Ganhos/(perdas) de participação | - | - | - | - | (46.159) | - | - | (46.159) |
| Imposto sobre dividendos fictos | - | - | - | - | (1.663) | - | - | (1.663) |
| Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente | - | - | - | - | - | - | (11.823) | (11.823) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 13.526.157 | 1.225.253 | (1.131.476) | (6.666) | (121.599) | 156.091 | (75.426.021) | (61.778.261) |
| <i>Resultado Abrangente:</i> | | | | | | | | |
| Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior | (6.772.174) | - | - | - | - | - | - | (6.772.174) |
| Hedge de fluxo de caixa | - | (316.732) | - | - | - | - | - | (316.732) |
| Ganhos/(perdas) atuariais | - | - | 466.491 | - | - | - | - | 466.491 |
| Resultado abrangente do exercício | (6.772.174) | (316.732) | 466.491 | - | - | - | - | (6.622.415) |
| Ganhos/(perdas) de participação | - | - | - | - | (2.757) | - | - | (2.757) |
| Imposto sobre dividendos fictos | - | - | - | - | (6.222) | - | - | (6.222) |
| Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente | - | - | - | - | - | - | (11.823) | (11.823) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 6.753.983 | 908.521 | (664.985) | (6.666) | (130.578) | 156.091 | (75.437.844) | (68.421.478) |

(d.1) Reservas de conversão

As reservas de conversão abrangem todas as diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações contábeis cuja moeda funcional é diferente do Real.

As reservas de conversão também compreendem a parcela do ganho ou perda dos passivos em moeda estrangeira e dos instrumentos financeiros derivativos caracterizados como *hedge* de investimento líquido efetivo.

(d.2) Reservas de *hedge* de fluxo de caixa

As reservas de *hedge* compreendem a parcela efetiva proveniente da variação líquida acumulada do valor justo de *hedge* de fluxo de caixa na medida em que o risco protegido ainda não impactou o resultado do exercício. Para mais informações ver - Nota 29 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

(d.3) Ganhos e perdas atuariais

Os ganhos e perdas atuariais abrangem a expectativa em relação às obrigações futuras nos planos de aposentadoria, conseqüentemente, os resultados destes ganhos e perdas atuariais são reconhecidos tempestivamente com base na melhor estimativa obtida pela Administração. Desta forma, a Companhia reconhece mensalmente, os resultados quanto a estas estimativas de ganhos e perdas atuariais, com base nas expectativas apresentadas no laudo atuarial independente.

Em março de 2021, em decorrência de déficit no plano de benefício definido, uma perda atuarial de R\$56.940 foi registrada integralmente na rubrica de ganhos e perdas atuariais em contrapartida ao saldo a receber originalmente registrado. Não houve ganho ou perda atuarial decorrentes de superávit ou déficit em 2022.

(d.4) Ajustes contábeis de transações entre sócios

As transações com sócios de um mesmo negócio, mesmo quando realizadas entre pessoas totalmente independentes entre si, que apresentarem fundamentação econômica válida e refletirem condições usuais de mercado serão consolidadas pelas normas contábeis aplicáveis, como ocorridas no âmbito de uma mesma entidade contábil.

Desta forma, conforme determinado pelo IFRS 10/CPC 36 (R3) - *Demonstrações Consolidadas*, qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores esteja contabilizada e o valor justo da quantia recebida ou paga deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos controladores. Em relação às Demonstrações Individuais, o ICPC 09 (R2) - *Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial* dispõe que estas demonstrações individuais devem refletir a situação desta controlada individual, mas sem perder de vista que ela

está vinculada ao conceito da entidade econômica como um todo, incluindo os patrimônios da controladora e controlada, que, portanto, deveriam ser iguais. Diante disto, mesmo no caso em que a transação tenha sido realizada em condições normais de mercado e com efetivo desembolso de caixa, faz-se necessário um ajuste contábil nas demonstrações individuais equivalente à provisão do montante do ágio pago em contrapartida ao patrimônio da entidade, e com isto harmonizando-a às demonstrações consolidadas. Na incorporação de ações dos não-controladores da controlada Companhia de Bebidas das Américas, procedemos o referido ajuste reconhecendo a contrapartida da provisão no montante do ágio nesta conta patrimonial.

(e) Lucro por ação

Lucro por ação básico e diluído das opções de ações e ações diferidas

O lucro por ação básico é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Ambev, e na quantidade proporcional média ponderada de ações em circulação durante o exercício.

O lucro por ação diluído das opções de ações e ações diferidas é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Ambev, e na quantidade média ponderada ajustada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas, conforme segue:

| Em milhares de ações | 2022 | 2021 |
|---|-------------------|-------------------|
| | Ordinárias | Ordinárias |
| Quantidade média ponderada de ações em 31 de dezembro ⁽ⁱ⁾ | 15.741.893 | 15.736.942 |
| Efeito das opções de ações | 106.739 | 120.512 |
| Quantidade média ponderada de ações (diluídas) em 31 de dezembro | 15.848.632 | 15.857.454 |

(i) Não consideradas as ações em tesouraria.

As tabelas abaixo apresentam o cálculo do lucro por ação (“LPA”):

| | 2022 | 2021 |
|---|-------------------|-------------------|
| | Ordinárias | Ordinárias |
| Lucro atribuível aos acionistas da Ambev | 14.457.943 | 12.670.968 |
| Média ponderada da quantidade de ações (não diluídas) | 15.741.893 | 15.736.942 |
| LPA básico ⁽ⁱ⁾ | 0,9184 | 0,8052 |
| Lucro atribuível aos acionistas da Ambev | 14.457.943 | 12.670.968 |
| Média ponderada da quantidade de ações (diluída) | 15.848.632 | 15.857.454 |
| LPA diluído ⁽ⁱ⁾ | 0,9123 | 0,7991 |

(i) Valores expressos em reais.

(f) Destinações

Destinações propostas

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou as destinações da conta de “Lucros acumulados”, de acordo com a legislação societária e seu estatuto social. O pagamento dos dividendos efetuados até 31 de dezembro de 2022 foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração.

Com relação à base para distribuição de dividendos, a Companhia entende que a prática contábil do custo precedente, bem como a sua apresentação para fins comparativos das informações financeiras, não deve afetar o cálculo de pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. Para tanto, a Companhia ajustou a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, para excluir quaisquer impactos atuais e futuros no lucro líquido decorrentes da adoção desta prática contábil, relacionados à amortização/depreciação da mais valia dos ativos ou mesmo a um eventual *impairment* do ágio, desta forma preservando os dividendos mínimos obrigatórios.

| | 2022 | 2021 |
|--|-------------------|-------------------|
| Lucro líquido do exercício, atribuído à participação dos controladores | 14.457.943 | 12.670.968 |
| Dividendos prescritos/complemento | 20.851 | 24.689 |
| Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente | 11.823 | 11.823 |
| Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação) | 3.224.451 | 2.063.722 |
| Lucro base para dividendos e destinações para reservas de lucros | 17.715.068 | 14.771.202 |
| Dividendos e JCP distribuídos e a distribuir com base no lucro do exercício | | |
| Dividendos e JCP pagos com base no lucro do exercício | 11.999.808 | 9.499.623 |
| Total de dividendos e JCP | 11.999.808 | 9.499.623 |
| Percentual total distribuído | 68% | 64% |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



20 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

(a) Segmentos reportáveis – exercícios findos em:

| | Brasil | | CAC ⁽ⁱ⁾ | | América Latina - sul ⁽ⁱⁱ⁾ | | Canadá | | Consolidado | |
|--|-------------------|-------------------|--------------------|------------------|--------------------------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Receita líquida | 42.635.691 | 35.586.528 | 9.440.269 | 9.947.412 | 17.371.203 | 16.571.676 | 10.261.664 | 10.748.728 | 79.708.827 | 72.854.344 |
| Custo dos produtos vendidos | (22.736.806) | (18.309.142) | (4.860.818) | (4.727.938) | (8.553.066) | (8.235.749) | (4.271.379) | (4.386.915) | (40.422.069) | (35.659.744) |
| Lucro bruto | 19.898.885 | 17.277.386 | 4.579.451 | 5.219.474 | 8.818.137 | 8.335.927 | 5.990.285 | 6.361.813 | 39.286.758 | 37.194.600 |
| Despesas logísticas | (6.111.103) | (5.123.077) | (1.020.748) | (872.657) | (2.159.548) | (2.010.071) | (2.103.911) | (1.926.938) | (11.395.310) | (9.932.743) |
| Despesas comerciais | (4.064.896) | (3.440.340) | (645.547) | (693.300) | (1.426.919) | (1.542.921) | (1.200.008) | (1.358.951) | (7.337.370) | (7.035.512) |
| Despesas administrativas | (3.345.984) | (3.006.227) | (333.594) | (427.655) | (834.959) | (831.957) | (722.229) | (611.550) | (5.236.766) | (4.877.389) |
| Outras receitas/(despesas) operacionais | 2.361.409 | 2.095.972 | (52.940) | 12.435 | 192.653 | 38.805 | 12.782 | (23.129) | 2.513.904 | 2.124.083 |
| Itens não usuais | (34.468) | (210.072) | (16.139) | (46.691) | (60.503) | (115.444) | (32.160) | (20.604) | (143.270) | (392.811) |
| Lucro operacional | 8.703.843 | 7.593.642 | 2.510.483 | 3.191.606 | 4.528.861 | 3.874.339 | 1.944.759 | 2.420.641 | 17.687.946 | 17.080.228 |
| Resultado financeiro líquido | (1.110.357) | (858.110) | (49.956) | (80.102) | (1.933.224) | (2.177.789) | (329.633) | (89.364) | (3.423.170) | (3.205.365) |
| Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto | (38.270) | (11.681) | 80 | (79.668) | - | - | 9.084 | (24.354) | (29.106) | (115.703) |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 7.555.216 | 6.723.851 | 2.460.607 | 3.031.836 | 2.595.637 | 1.696.550 | 1.624.210 | 2.306.923 | 14.235.670 | 13.759.160 |
| Despesa com imposto de renda e contribuição social | 2.787.668 | 1.953.209 | (771.192) | (1.301.689) | (672.892) | (509.396) | (687.963) | (778.702) | 655.621 | (636.578) |
| Lucro líquido do exercício | 10.342.884 | 8.677.060 | 1.689.415 | 1.730.147 | 1.922.745 | 1.187.154 | 936.247 | 1.528.221 | 14.891.291 | 13.122.582 |
| EBITDA ⁽ⁱⁱⁱ⁾ | 12.028.867 | 10.564.234 | 3.315.601 | 3.789.267 | 5.725.388 | 5.071.416 | 2.545.234 | 2.936.295 | 23.615.090 | 22.361.212 |
| Depreciação, amortização e impairment | (3.363.294) | (2.982.273) | (805.038) | (677.329) | (1.196.527) | (1.197.077) | (591.391) | (540.008) | (5.956.250) | (5.396.687) |
| Resultado financeiro líquido | (1.110.357) | (858.110) | (49.956) | (80.102) | (1.933.224) | (2.177.789) | (329.633) | (89.364) | (3.423.170) | (3.205.365) |
| Despesa com imposto de renda e contribuição social | 2.787.668 | 1.953.209 | (771.192) | (1.301.689) | (672.892) | (509.396) | (687.963) | (778.702) | 655.621 | (636.578) |
| Lucro líquido do exercício | 10.342.884 | 8.677.060 | 1.689.415 | 1.730.147 | 1.922.745 | 1.187.154 | 936.247 | 1.528.221 | 14.891.291 | 13.122.582 |
| Margem EBITDA em % ⁽ⁱⁱⁱ⁾ | 28,2% | 29,7% | 35,1% | 38,1% | 33,0% | 30,6% | 24,8% | 27,3% | 29,6% | 30,7% |
| Aquisição de imobilizado/intangível | 4.062.916 | 4.645.218 | 968.415 | 801.550 | 1.112.750 | 1.665.390 | 388.982 | 564.955 | 6.533.063 | 7.677.113 |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(Continuação)

| | Brasil | | CAC ⁽ⁱ⁾ | | América Latina - sul ⁽ⁱⁱ⁾ | | Canadá | | Consolidado | |
|--|------------|------------|--------------------|------------|--------------------------------------|------------|------------|------------|--------------------|--------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Ativos segmentados | 57.353.828 | 54.609.401 | 15.385.644 | 15.351.934 | 22.044.529 | 21.582.950 | 16.093.315 | 18.016.562 | 110.877.316 | 109.560.847 |
| Eliminação entre segmentos | | | | | | | | | (2.533.082) | (2.868.475) |
| Ativos não segmentados | | | | | | | | | 29.613.849 | 31.910.111 |
| Total do ativo | | | | | | | | | 137.958.083 | 138.602.483 |
| Passivos segmentados | 29.153.247 | 27.611.116 | 5.097.957 | 5.414.414 | 6.843.640 | 7.843.612 | 5.053.663 | 6.156.510 | 46.148.507 | 47.025.652 |
| Eliminação entre segmentos | | | | | | | | | (2.534.093) | (2.869.056) |
| Passivos não segmentados | | | | | | | | | 94.343.669 | 94.445.887 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | | | | | | | | 137.958.083 | 138.602.483 |

(i) CAC: compreende as operações em República Dominicana, Panamá, Guatemala, Cuba, Barbados, Saint Vincent, Dominica, Nicarágua, Honduras e Antígua.

(ii) América Latina - sul: compreende as operações na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.

(iii) A partir de 2021 foi alterada a métrica de EBITDA ajustado para EBITDA, para fins de apresentação, inclusive para fins comparativos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

(b) Informações adicionais - por unidades de negócio – exercícios findos em:

| | Brasil | | | | | |
|--|-------------------|-------------------|---|------------------|-------------------|-------------------|
| | Cerveja | | Refrigerantes e não alcoólicos e não carbonatados | | Total | |
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Receita Líquida | 35.857.798 | 30.537.170 | 6.777.893 | 5.049.358 | 42.635.691 | 35.586.528 |
| Custo dos produtos vendidos | (18.765.314) | (15.382.068) | (3.971.492) | (2.927.074) | (22.736.806) | (18.309.142) |
| Lucro bruto | 17.092.484 | 15.155.102 | 2.806.401 | 2.122.284 | 19.898.885 | 17.277.386 |
| Despesas logísticas | (4.988.594) | (4.263.079) | (1.122.509) | (859.998) | (6.111.103) | (5.123.077) |
| Despesas comerciais | (3.596.664) | (3.096.289) | (468.232) | (344.051) | (4.064.896) | (3.440.340) |
| Despesas administrativas | (2.928.751) | (2.616.116) | (417.233) | (390.111) | (3.345.984) | (3.006.227) |
| Outras receitas/(despesas) operacionais | 1.884.476 | 1.711.231 | 476.933 | 384.741 | 2.361.409 | 2.095.972 |
| Itens não usuais | (30.569) | (201.925) | (3.899) | (8.147) | (34.468) | (210.072) |
| Lucro operacional | 7.432.382 | 6.688.924 | 1.271.461 | 904.718 | 8.703.843 | 7.593.642 |
| Resultado financeiro líquido | (1.110.357) | (858.110) | - | - | (1.110.357) | (858.110) |
| Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto | (38.270) | (11.681) | - | - | (38.270) | (11.681) |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 6.283.755 | 5.819.133 | 1.271.461 | 904.718 | 7.555.216 | 6.723.851 |
| Despesa com imposto de renda e contribuição social | 2.787.668 | 1.953.209 | - | - | 2.787.668 | 1.953.209 |
| Lucro líquido do exercício | 9.071.423 | 7.772.342 | 1.271.461 | 904.718 | 10.342.884 | 8.677.060 |
| EBITDA ⁽ⁱ⁾ | 10.332.939 | 9.302.288 | 1.695.928 | 1.261.946 | 12.028.867 | 10.564.234 |
| Depreciação, amortização e <i>impairment</i> | (2.938.827) | (2.625.045) | (424.467) | (357.228) | (3.363.294) | (2.982.273) |
| Resultado financeiro líquido | (1.110.357) | (858.110) | - | - | (1.110.357) | (858.110) |
| Despesa com imposto de renda e contribuição social | 2.787.668 | 1.953.209 | - | - | 2.787.668 | 1.953.209 |
| Lucro líquido do exercício | 9.071.423 | 7.772.342 | 1.271.461 | 904.718 | 10.342.884 | 8.677.060 |
| Margem EBITDA em % ⁽ⁱ⁾ | 28,8% | 30,5% | 25,0% | 25,0% | 28,2% | 29,7% |

(i) A partir de 2021 foi alterada a métrica de EBITDA ajustado para EBITDA, para fins de apresentação, inclusive para fins comparativos.

21 RECEITA LÍQUIDA

Em atendimento à Lei das Sociedades por Ações (Lei Federal nº 6.404/76), e CPC 47 – *Receita de contrato com cliente*, a Companhia divulga a reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada nas Demonstrações dos Resultados. Os valores das receitas por cada segmento operacional da Companhia estão divulgados na Nota Explicativa 20 - *Informações por Segmento*:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Receita bruta de vendas e/ou serviços | 56.140.948 | 46.721.158 | 125.907.199 | 110.162.746 |
| Tributos sobre vendas | (14.731.322) | (12.274.107) | (24.851.398) | (22.052.554) |
| Descontos | (2.915.183) | (2.096.740) | (21.346.974) | (15.255.848) |
| | 38.494.443 | 32.350.311 | 79.708.827 | 72.854.344 |

Na rubrica de receita bruta de vendas e/ou serviços a Companhia reconhece a melhor estimativa recebida ou a receber em consideração pelos produtos e serviços oferecidos aos seus clientes, em linha com a Nota Explicativa 3 (w) - *Sumário das Principais Políticas Contábeis – Reconhecimento de Receita*. A receita bruta é apresentada antes da dedução dos impostos e dos descontos.

A receita bruta auferida pela Companhia, em geral, está sujeita à incidência de determinados impostos e contribuições, os quais são apurados e pagos às autoridades fiscais competentes conforme as legislações federais, municipais e estaduais vigentes, e não resultam em aumento do patrimônio líquido do Grupo. Esses impostos e contribuições são deduzidos da receita bruta e relacionam-se substancialmente a Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (“ICMS”), Programa de Integração Social (“PIS”), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (“ISSQN”) no Brasil. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apurou R\$1.245,8 milhões em incentivos fiscais, os quais encontram-se registrados na receita líquida (R\$1.048,3 milhões em 31 de dezembro de 2021), conforme Nota Explicativa 3 (t) - *Sumário das Principais Políticas Contábeis, Incentivos Fiscais e Empréstimos Subsidiados*.

Os descontos e abatimentos são também deduzidos da receita bruta auferida pela Companhia, nos termos da mesma Nota Explicativa 3 (w) - *Sumário das Principais Políticas Contábeis, Reconhecimento de Receita*.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

22 OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|-----------------------|---------------------|-----------------------|-----------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Subvenção governamental e ajuste a valor presente de incentivos fiscais | 1.052.093 | 634.811 | 1.289.306 | 853.252 |
| Créditos/(débitos) extemporâneos de tributos ⁽ⁱ⁾ (Adições)/reversões de provisões | 1.014.133 (35.271) | 783.635 (61.183) | 1.013.857 (77.213) | 1.218.969 (71.444) |
| Ganho/(perda) na alienação de imobilizado, intangível e operações em associadas | 51.393 | 110.333 | 88.764 | 66.117 |
| Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas | 325.743 | 255.205 | 199.190 | 57.189 |
| | 2.408.091 | 1.722.801 | 2.513.904 | 2.124.083 |

(i) Conforme detalhado na Nota 31 - *Contingências*, a Companhia reconheceu créditos de PIS e COFINS oriundos da exclusão do ICMS de suas bases de cálculo, na rubrica de Outras Receitas/(Despesas) Operacionais.

De acordo com as práticas de mercado e política contábil divulgada em nota explicativa 3 (t), a Companhia reconhece, na conta de Outras Receitas Operacionais, incentivos fiscais concedidos na forma de redução de alíquota, redução da base de cálculo, financiamento ou empréstimos subsidiados, créditos presumidos, diferimento do pagamento ou reduções parciais do valor do imposto estadual a pagar.

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições e obrigações relacionadas às contrapartidas governamentais.

23 INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

Depreciação, amortização e despesa com redução ao valor de recuperação (*impairment*) estão incluídas nas seguintes contas do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

| | Controladora | | | |
|--|---|------------------|----------------------------------|----------------|
| | Depreciação e <i>impairment</i> do imobilizado | | Amortização do intangível | |
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Custo dos produtos vendidos ⁽ⁱ⁾ | 1.867.765 | 1.693.949 | 8.994 | 9.817 |
| Despesas logísticas | 422.998 | 364.185 | - | - |
| Despesas comerciais | 306.176 | 299.941 | 58.259 | 58.242 |
| Despesas administrativas | 158.848 | 134.091 | 260.941 | 177.473 |
| | 2.755.787 | 2.492.166 | 328.194 | 245.532 |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

| | Consolidado | | | |
|--|--|------------------|----------------------------------|----------------|
| | Depreciação e impairment do imobilizado | | Amortização do intangível | |
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Custo dos produtos vendidos ⁽ⁱ⁾ | 3.413.286 | 3.326.599 | 16.425 | 16.428 |
| Despesas logísticas | 893.473 | 654.051 | - | - |
| Despesas comerciais | 660.737 | 700.253 | 113.188 | 84.300 |
| Despesas administrativas | 474.402 | 331.388 | 372.641 | 304.237 |
| | 5.441.898 | 5.012.291 | 502.254 | 404.965 |

(i) Estes valores somados a R\$1.306.975 na Controladora e R\$2.510.357 no Consolidado (R\$1.172.061 e R\$2.247.994 em 31 de dezembro de 2021) mencionados na Nota 27 - *Folha de pagamento e benefícios relacionados*, totalizam R\$3.183.734 e R\$5.940.068, respectivamente (R\$2.875.827 e R\$5.591.021 em 31 de dezembro de 2021). O saldo remanescente de R\$20.876.442 na controladora e R\$34.482.001 no consolidado (R\$18.114.786 e R\$30.068.723 em 31 de dezembro de 2021), contabilizado em custo dos produtos vendidos corresponde a demais custos de produção.

24 ITENS NÃO USUAIS

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|------------------|--------------------|------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Impactos COVID-19 ⁽ⁱⁱ⁾ | (7.121) | (52.880) | (16.715) | (134.276) |
| Reestruturação ⁽ⁱ⁾ | (20.850) | (60.094) | (101.738) | (165.403) |
| Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação) | - | - | (8.209) | (11.132) |
| Acordo de distribuição ⁽ⁱⁱⁱ⁾ | - | - | - | (82.000) |
| Baixa de investimento ^(iv) | - | - | (16.608) | - |
| | (27.971) | (112.974) | (143.270) | (392.811) |

(i) As despesas de reestruturação dizem respeito primariamente a projetos de centralização e redimensionamento América Latina - sul, CAC e Brasil.

(ii) As despesas de COVID-19 se referem aos (a) gastos administrativos adicionais para garantir a segurança de nosso time (aumento da frequência de limpeza em nossas unidades, disponibilização de álcool gel, máscaras para nossos funcionários); (b) doações; (c) iniciativas da Companhia com o ecossistema de clientes, que só foram necessárias em virtude da pandemia da COVID-19.

(iii) Refere-se a negociação de acordo de distribuição com nosso parceiro estratégico na Guatemala.

(iv) Refere-se a baixa de investimento de linha de negócio no Canadá.

25 DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

(a) Despesas Financeiras

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Despesas com juros | (1.308.338) | (879.814) | (2.328.269) | (1.431.774) |
| Juros líquidos sobre planos de pensão | (19.629) | (20.874) | (107.850) | (115.567) |
| Perdas com derivativos | (160.226) | (106.851) | (3.158.423) | (2.540.358) |
| Juros sobre provisões para disputas e litígios | (374.651) | (123.371) | (456.625) | (290.003) |
| Variação cambial | (45.056) | (18.668) | (751.073) | (453.881) |
| Juros e variação cambial sobre mútuo | (1.502.861) | (945.603) | - | - |
| Impostos sobre transações financeiras | (145.450) | (74.917) | (339.640) | (216.579) |
| Despesas com fiança bancária | (173.112) | (172.851) | (176.051) | (174.867) |
| Outros resultados financeiros | (35.471) | (47.112) | (574.250) | (204.726) |
| | (3.764.794) | (2.390.061) | (7.892.181) | (5.427.755) |

A despesa com juros é apresentada líquida do efeito dos instrumentos financeiros derivativos que protegem o risco de taxa de juros da Ambev - consultar também a

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

Nota 29 - *Instrumentos financeiros e riscos*. A despesa com juros é composta da seguinte forma:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|------------------|--------------------|--------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado | (280.891) | (299.805) | (763.964) | (466.044) |
| Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ⁽ⁱ⁾ | (1.027.447) | (580.009) | (1.564.305) | (965.730) |
| | (1.308.338) | (879.814) | (2.328.269) | (1.431.774) |

(i) Incluem R\$1.231 milhões (R\$656 milhões em 31 de dezembro de 2021) a título de ajuste a valor presente de contas a pagar a fornecedores no consolidado.

(b) Receitas Financeiras

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|------------------|--------------------|------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Receita de juros | 1.654.094 | 691.761 | 2.167.663 | 1.101.519 |
| Juros e variação cambial sobre mútuo | 627.463 | 109.936 | 37.114 | 42.528 |
| Ganhos com derivativos | 1.600 | 145.004 | - | - |
| Variação cambial | 79.585 | - | - | - |
| Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado | 95.471 | 77.036 | 95.471 | 77.036 |
| Outros resultados financeiros | 245.097 | 16.766 | 565.302 | 78.922 |
| | 2.703.310 | 1.040.503 | 2.865.550 | 1.300.005 |
| Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação) | - | - | 1.603.461 | 922.385 |
| | 2.703.310 | 1.040.503 | 4.469.011 | 2.222.390 |

A receita de juros tem a seguinte composição por origem de ativo financeiro:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|----------------|--------------------|------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 555.629 | 158.732 | 791.632 | 329.511 |
| Aplicação financeira em título para negociação | - | - | 175.873 | 84.672 |
| Outros recebíveis ⁽ⁱ⁾ | 1.098.465 | 533.029 | 1.200.158 | 687.336 |
| | 1.654.094 | 691.761 | 2.167.663 | 1.101.519 |

(i) Refere-se, principalmente, à atualização monetária de tributos a recuperar.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

26 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|------------------|--------------------|--------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | 782.824 | 1.979.773 | (1.718.809) | (1.268.637) |
| Imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias | 981.319 | 1.084.133 | 1.012.554 | 1.072.932 |
| Movimento de imposto diferido sobre prejuízos fiscais em período corrente | 884.286 | - | 1.361.876 | (440.873) |
| Total do imposto de renda diferido | 1.865.605 | 1.084.133 | 2.374.430 | 632.059 |
| Resultado de imposto de renda e contribuição social | 2.648.429 | 3.063.906 | 655.621 | (636.578) |

A reconciliação da taxa efetiva com a taxa nominal média está demonstrada como segue:

| | Controladora | |
|--|---------------------|------------------|
| | 2022 | 2021 |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 11.809.514 | 9.607.062 |
| Ajuste na base tributável | | |
| Outras receitas não tributáveis | (805.275) | (493.119) |
| Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas | (2.017.493) | (1.421.342) |
| Participação nos resultados de controladas | (6.554.904) | (7.172.784) |
| Despesas não dedutíveis | 175.044 | 84.337 |
| Tributação em bases universais | 116.439 | 256.643 |
| | 2.723.325 | 860.797 |
| Alíquota nominal ponderada agregada | 34% | 34% |
| Impostos a pagar – alíquota nominal | (925.931) | (292.671) |
| Ajuste na despesa tributária | | |
| Incentivo relativo ao imposto de renda | 1.126 | 2.126 |
| Efeito de dedutibilidade de juros sobre o capital próprio | 3.858.934 | 2.445.937 |
| Efeito fiscal da amortização de ágio | 17.157 | 17.157 |
| Imposto de renda retido na fonte | (3.463) | (74.282) |
| Reconhecimento/(baixa) de ativo diferido sobre prejuízos fiscais | (35.285) | 120.471 |
| Outros ajustes tributários | (264.109) | 845.168 |
| Imposto de renda e contribuição social | 2.648.429 | 3.063.906 |
| Alíquota efetiva de impostos | -22,43% | -31,89% |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

| | Consolidado | |
|--|--------------------|--------------------|
| | 2022 | 2021 |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 14.235.670 | 13.759.160 |
| Ajuste na base tributável | | |
| Outras receitas não tributáveis | (883.255) | (611.021) |
| Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas | (2.535.089) | (1.883.075) |
| Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto | 29.106 | 115.703 |
| Despesas não dedutíveis | 192.797 | 99.173 |
| Tributação em bases universais | 679.285 | (360.039) |
| | 11.718.514 | 11.119.901 |
| Alíquota nominal ponderada agregada | 29,47% | 27,39% |
| Impostos a pagar – alíquota nominal | (3.453.258) | (3.045.281) |
| Ajuste na despesa tributária | | |
| Incentivo relativo ao imposto de renda | 233.951 | 213.160 |
| Efeito de dedutibilidade de juros sobre o capital próprio | 4.079.934 | 2.516.046 |
| Efeito fiscal da amortização de ágio | 27.208 | 77.462 |
| Imposto de renda retido na fonte | (164.468) | (875.964) |
| Reconhecimento/(baixa) de ativo diferido sobre prejuízos fiscais | (58.174) | (1.529) |
| Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação) | (249.028) | (123.295) |
| Outros ajustes tributários | 239.456 | 602.823 |
| Imposto de renda e contribuição social | 655.621 | (636.578) |
| Alíquota efetiva de impostos | -4,61% | 4,63% |

Os principais eventos ocorridos no exercício e que impactaram a alíquota efetiva foram:

- Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal (“STF”) julgou o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC (Tema 962), declarando inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os juros de mora e correção monetária atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição dos indébitos tributários.

A Cia e suas subsidiárias possuem ações em curso sobre o tema. Com base na decisão proferida pelo STF e suportada pela avaliação de seus consultores externos, a Companhia avaliou como sendo provável que o tratamento fiscal seja aceito no que se refere à expectativa de reconhecimento de seu direito à restituição/compensação dos valores relativos ao IRPJ e à CSLL incidentes sobre a taxa Selic relativa a indébitos tributários contabilizados entre os exercícios de 2006 a 2022, bem como à exclusão de montantes dessa natureza na apuração de sua base tributável.

Os valores relacionados a este tema no exercício de 2022 totalizaram R\$329 milhões em tributos (IRPJ/CSLL).

- Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas: trata-se de incentivos regionais e políticas de desenvolvimento econômico vinculados, principalmente, à produção local, gerando impacto econômico e social e que, quando reinvestidos, não são tributados para fins de imposto de renda e contribuição social, o que explica o impacto na alíquota efetiva. O montante acima é impactado por variações nos volumes de produção, preços e eventuais variações na tributação estadual refletidas na conta de Outras Receitas Operacionais e na conta de Receita Líquida, a depender da sua natureza, conforme informado na Nota

Explicativa 3 (t) - *Sumário das Principais Políticas Contábeis, Incentivos Fiscais e Empréstimos Subsidiados.*

- Complemento de imposto de renda de controladas no exterior devido no Brasil: demonstra o resultado da apuração da tributação universal de lucros, segundo os regramentos da Lei 12.973/14.
- Imposto de renda retido na fonte: refere-se a montantes de imposto de renda retido na fonte, principalmente relacionados a dividendos distribuídos e a distribuir de subsidiárias localizadas no exterior, sempre que aplicável conforme a legislação tributária local. Os valores registrados em 2022 referem-se, principalmente, à variação cambial dos saldos de imposto de renda diferido.
- Dedutibilidade de juros sobre o capital próprio: segundo a legislação brasileira, as empresas têm a opção de remunerar seus sócios via pagamento de juros sobre o capital próprio ("JCP"), cujos montantes são impactados pelo resultado tributável, reservas de lucro da Companhia e pela taxa de juros de longo prazo ("TJLP"). Tais remunerações aos sócios são dedutíveis para fins de imposto de renda.

27 FOLHA DE PAGAMENTO E BENEFÍCIOS RELACIONADOS

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Salários e encargos | 1.648.929 | 1.586.064 | 4.496.108 | 4.162.628 |
| Contribuições previdenciárias | 740.931 | 555.595 | 1.239.657 | 1.015.970 |
| Outros custos com pessoal | 423.682 | 376.523 | 1.075.934 | 1.076.082 |
| Aumento (redução) no passivo para planos de benefício definido | 25.172 | 28.488 | 157.818 | 178.190 |
| Pagamento baseado em ações | 236.031 | 326.917 | 311.604 | 391.535 |
| Contribuição para planos de contribuição definida | 41.162 | 30.081 | 81.969 | 74.121 |
| | 3.115.907 | 2.903.668 | 7.363.090 | 6.898.526 |

O valor de despesa com folha de pagamento e benefícios relacionados estão apresentados nas demonstrações dos resultados conforme demonstrado abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Custo dos produtos vendidos | 1.306.975 | 1.172.061 | 2.510.357 | 2.247.994 |
| Despesas logísticas | 238.237 | 225.270 | 1.396.334 | 1.286.773 |
| Despesas comerciais | 388.707 | 369.050 | 1.504.803 | 1.480.875 |
| Despesas administrativas | 1.136.360 | 1.088.035 | 1.798.728 | 1.699.086 |
| Resultado financeiro | 19.629 | 20.874 | 107.846 | 115.567 |
| Outras (receitas)/despesas operacionais | - | - | 1.530 | - |
| Itens não usuais | 25.999 | 28.378 | 43.492 | 68.231 |
| | 3.115.907 | 2.903.668 | 7.363.090 | 6.898.526 |

28 PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Atualmente a Companhia possui dois planos vigentes de pagamento baseado em ações: (i) o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de julho de 2013 (“Plano de Opções”), e (ii) o Plano de Remuneração Baseado em Ações, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2016, conforme alterado pela Assembleia Geral Extraordinária de 24 de abril de 2020 (“Plano de Ações”). No âmbito de cada um dos planos são emitidos periodicamente diferentes tipos de programas de opções de compra de ações e de concessão de ações restritas, os quais permitem que os empregados e executivos que trabalhem na Companhia e suas subsidiárias adquiram, por meio do exercício de opções de compra, ou recebam ações da Companhia.

(i) Plano de Opções

No momento, há três modelos ainda vigentes de programas de opções de compra de ações, que podem ser outorgados nos termos do Plano de Opção.

De acordo com o primeiro modelo, os beneficiários, de acordo com seu cargo, podiam escolher alocar (a) 30% ou 100%, (b) 40% ou 100%, e (c) 60% ou 100% dos valores recebidos por eles a título de participação no resultado, referente ao ano imediatamente anterior à outorga das opções, o que os permite adquirir o montante correspondente de ações de emissão da Ambev. De acordo com este modelo, uma parte substancial das ações adquiridas deverá ser entregue apenas no prazo de cinco anos a partir da correspondente data de outorga de opção de compra. Durante o referido prazo de até cinco anos, o beneficiário deverá continuar trabalhando na Ambev ou em qualquer outra empresa de seu grupo.

De acordo com o segundo modelo, o beneficiário pode exercer as opções de compra outorgadas apenas após um período de cinco anos, a contar da correspondente data de outorga da opção de compra. A aquisição do direito de exercício de compra das opções outorgadas, nos termos do segundo modelo não está sujeita a medidas de desempenho da Companhia, podendo tal direito caducar em certas circunstâncias, inclusive renúncia ou dispensa do beneficiário antes da aquisição do direito de exercício das opções de compra.

No terceiro modelo, os beneficiários, de acordo com seu cargo, poderão escolher alocar (a) 20% ou 100%, (b) 30% ou 100% e (c) 50% ou 100% dos valores recebidos por eles a título de participação no resultado referente ao ano imediatamente anterior à outorga das opções, para aquisição de ações de emissão da Ambev. A totalidade das ações adquiridas será entregue ao beneficiário no prazo de até 45 dias a partir da data do exercício da opção de compra correspondente (que não deverá exceder 45 dias a partir da data da outorga da opção). Os beneficiários deste terceiro modelo

estão sujeitos a um período de restrição à transferência das ações de 5 anos (*lock-up*).

Para os programas de opções de compra, o valor justo das opções é estimado na data de sua outorga, usando o modelo de precificação denominado “Binomial de Hull”, ajustado para refletir o requerimento do IFRS 2/CPC 10 - *Pagamento Baseado em Ações*. Baseado no número esperado de opções que serão exercidas, o valor justo das opções outorgadas é reconhecido como despesa durante o período de carência da opção com contrapartida no patrimônio líquido. Quando as opções são exercidas, o patrimônio líquido aumenta pelo montante dos proventos recebidos.

(ii) Plano de Ações

Neste plano, determinados funcionários e membros da Administração da Companhia ou de suas subsidiárias são elegíveis a receber ações da Companhia, inclusive na forma de ADRs. As ações que estão sujeitas ao Plano de Ações são designadas como “ações restritas” (RSUs) ou “ações com desempenho” (PSUs).

A entrega das ações restritas e das ações com desempenho é feita gratuitamente e o prazo de carência pode variar entre 3 e 5 anos, a partir da data de concessão de ações correspondente, a depender do programa de remuneração baseado em ações, desde que o participante permaneça como funcionário da Companhia ou de suas subsidiárias durante tal período.

As ações restritas e as ações com desempenho podem dar aos participantes o direito de receber ações adicionais com as mesmas condições, como forma de compensação dos dividendos e juros sobre capital próprio declarados e pagos pela Companhia durante o período de carência. O direito de receber as ações restritas e as ações com desempenho, bem como as ações adicionais, pode ser total ou parcialmente perdido em determinadas circunstâncias, incluindo em casos de pedido de demissão ou demissão durante o período de carência.

Para os programas de pagamento baseado em ações, no âmbito do Plano de Ações, o preço de referência por ação restrita é definido na data da concessão das ações, com base na cotação de fechamento do pregão da B3 S.A do dia imediatamente anterior à concessão, com exceção às ações com desempenho, em que o valor justo é definido na data de outorga com base no método de precificação de “Monte Carlo”. Após definição do preço de referência, baseado no número de ações concedidas, o valor apurado é reconhecido como despesa durante o período de carência com a contrapartida no patrimônio líquido. As ações são transferidas aos participantes de acordo com os termos e períodos fixados nos respectivos programas.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

O número total de opções em aberto está demonstrado a seguir:

| <i>Em lotes de mil</i> | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|---|----------------------|-----------------------|
| Opções em aberto em 1º de janeiro | 113.760 | 127.265 |
| Opções exercidas durante o exercício | - | (5.247) |
| Opções canceladas durante o exercício | (14.043) | (8.258) |
| Opções em aberto no final do exercício | <u>99.717</u> | <u>113.760</u> |

A faixa de preços de exercício das opções em aberto é de R\$15,95 (R\$15,95 em 31 de dezembro de 2021) até R\$39,04 (R\$45,97 em 31 de dezembro de 2021) e o prazo médio remanescente é de cerca de 4,29 anos (6,70 anos em 31 de dezembro de 2021).

Das 99.717 mil opções em aberto (113.760 mil em 31 de dezembro de 2021), 63.850 mil são exercíveis em 31 de dezembro de 2022 (59.250 mil em 31 de dezembro de 2021).

O preço médio ponderado de exercício das opções está demonstrado a seguir:

| <i>Em R\$ por ação</i> | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|---|-------------|-------------|
| Opções em aberto em 1º de janeiro | 19,92 | 19,81 |
| Opções canceladas durante o exercício | 22,60 | 25,27 |
| Opções exercidas durante o exercício | - | 13,16 |
| Opções em aberto no final do exercício | 19,39 | 19,92 |
| Opções exercíveis no final do exercício | 20,12 | 21,14 |

Não houve opções exercidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, (para as opções exercidas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 o preço médio ponderado da ação na data do exercício foi de R\$17,87).

Para liquidar as opções de ações exercidas, a Companhia pode usar ações em tesouraria. Além disso, o limite atual do capital autorizado da Companhia é considerado suficiente para atender a todos os planos de opções caso seja necessária a emissão de novas ações para fazer frente às outorgas concedidas nos programas.

Durante o exercício, a Companhia concedeu 44 mil ações diferidas no âmbito do Plano de Opções, as quais são avaliadas com base na cotação das ações da Companhia no pregão imediatamente anterior à data de concessão, o que representou um valor justo de aproximadamente R\$643 (em 31 de dezembro de 2021 haviam sido concedidas 110 mil ações diferidas, as quais são avaliadas com base na cotação das ações da Companhia no pregão imediatamente anterior à data da concessão, o que representou um valor justo de aproximadamente R\$1.690). Tais ações diferidas sujeitam-se a um prazo de carência de cinco anos a contar da data de sua concessão.

Durante o exercício, a Companhia concedeu 49.328 mil (20.629 mil em 31 de dezembro de 2021) ações restritas e ações com desempenho no âmbito do Plano de Ações, as quais são avaliadas com base nos parâmetros acima referenciados, o que

representou um valor justo de aproximadamente R\$766.615 em 31 de dezembro de 2022 (R\$325.735 em 31 de dezembro de 2021).

O número total de ações adquiridas ou outorgadas, conforme o caso, no âmbito do Plano de Opção e do Plano de Ações, pelos funcionários, cuja entrega se dará em momento futuro sob determinadas condições (ações diferidas, ações restritas e ações com desempenho) está demonstrado a seguir:

Ações Diferidas

Em lotes de mil

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|--|--------------|--------------|
| Ações diferidas em aberto em 1º de janeiro | 1.168 | 6.065 |
| Novas ações diferidas durante o exercício | 44 | 110 |
| Ações diferidas entregues durante o exercício | (214) | (4.964) |
| Ações diferidas canceladas durante o exercício | (109) | (43) |
| Ações diferidas em aberto no final do exercício | 889 | 1.168 |

Ações Restritas e com Desempenho

Em lotes de mil

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|--|----------------|---------------|
| Ações restritas em aberto em 1º de janeiro | 62.545 | 43.458 |
| Novas ações restritas durante o exercício | 49.328 | 20.629 |
| Ações restritas entregues durante o exercício | (12) | (22) |
| Ações restritas canceladas durante o exercício | (3.007) | (1.520) |
| Ações restritas em aberto no final do exercício | 108.854 | 62.545 |

Adicionalmente, alguns funcionários e administradores da Companhia receberam opções para aquisição de ações da controladora AB InBev cujo custo (*compensation cost*) está reconhecido no resultado em contrapartida do patrimônio líquido.

As transações com pagamento baseado em ações acima descritas resultaram em despesa de R\$236.031 na Controladora e R\$311.604 no Consolidado em 31 de dezembro de 2022 (R\$326.917 na Controladora e R\$391.535 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021), registrada na rubrica de despesa administrativa.

29 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS

Fatores de riscos

Exposição em moeda estrangeira, taxa de juros, preços de *commodities*, a liquidez e o risco de crédito surgem no curso normal dos negócios. A Companhia analisa cada um desses riscos tanto individualmente como em uma base interconectada, e define estratégias para gerenciar o impacto econômico sobre o desempenho do risco em consonância com sua Política de Gestão de Riscos Financeiros (“Política”).

A utilização de derivativos pela Companhia segue estritamente as determinações da Política de Gestão de Riscos Financeiros aprovada pelo Conselho de Administração.

O objetivo da Política é fornecer diretrizes para a gestão de riscos financeiros inerentes ao mercado de capitais no qual a Ambev executa suas operações. A Política abrange quatro pontos principais: (i) estrutura de capital, financiamentos e liquidez, (ii) riscos transacionais relacionados ao negócio, (iii) riscos de conversão de balanços e (iv) riscos de crédito de contrapartes financeiras.

A Política estabelece que todos os passivos e ativos financeiros em cada país onde mantemos operações devem ser mantidos em suas respectivas moedas locais. A Política também determina os procedimentos e controles necessários para identificação, sempre que possível, mensuração e minimização de riscos de mercado, tais como variações nos níveis de câmbio, juros e *commodities* (principalmente alumínio, trigo, milho e açúcar) que possam afetar o valor de nossas receitas, custos e/ou investimentos. A Política determina que os riscos registrados (por exemplo, câmbio e juros) devem ser protegidos por meio de contratação de instrumentos financeiros derivativos. Riscos existentes, mas ainda não registrados (por exemplo, aquisição futura de matérias-primas ou bens do imobilizado) devem ser protegidos com base em previsões pelo período necessário para a Companhia se adaptar ao novo cenário de custos, que pode variar de dez a quatorze meses, também com a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em sua maioria, os riscos de conversão de balanço não são protegidos. As exceções a esta Política devem ser aprovadas pelo Comitê de Operações e Finanças (“COF” - anteriormente denominado de Comitê de Operações, Finanças e Remuneração, conforme atualização aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 14 de outubro de 2022).

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos autorizados pela Política de Gestão de Riscos Financeiros são contratos futuros negociados em bolsa, *Full deliverable forwards*, *Non deliverable forwards*, *Swaps* e *Opções*. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas subsidiárias não possuíam nenhuma operação de *target forward*, *swaps* com verificação ou quaisquer outras operações de derivativos que impliquem em alavancagem além do valor nominal de seus contratos. As operações de derivativos são administradas de forma consolidada e são classificadas por estratégias de acordo com os seus objetivos, conforme demonstrado abaixo:

i) Derivativos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa - transações previstas altamente prováveis, contratadas com o propósito de minimizar a exposição da Companhia à flutuação de câmbio e preços de matérias-primas, investimentos, equipamentos e serviços a serem adquiridos, protegidas por *hedge* de fluxo de caixa, que devem ocorrer em diversas datas durante os próximos quatorze meses. Ganhos e perdas classificados como reserva de *hedge* no patrimônio líquido são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício ou nos períodos em que a transação prevista e protegida por *hedge* afetar o resultado.

ii) Derivativos instrumentos de *hedge* de valor justo - operações contratadas com o objetivo de proteção do endividamento líquido da Companhia contra as variações de câmbio e taxas de juros. As posições de caixa e dívida da Companhia em moeda estrangeira são constantemente acompanhadas para identificação de novas exposições.

Os resultados dessas operações, mensurados conforme seu valor justo são reconhecidos em cada período de apuração, no resultado financeiro.

iii) Derivativos instrumentos de *hedge* de investimento líquido - operações contratadas com o objetivo de minimizar a exposição das diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido, ou parte do investimento líquido, nas subsidiárias da Companhia localizadas no exterior por conta de conversão de balanço.

Em conformidade com o *hedge accounting*, a parte efetiva do *hedge* é alocada no patrimônio líquido e, ocorrendo inefetividade, este resultado é contabilizado diretamente no resultado financeiro do período em que a inefetividade é identificada, para os casos de *hedge* de fluxo de caixa e investimento líquido.

As tabelas a seguir sumarizam as exposições que foram identificadas e protegidas em conformidade com a Política de Risco da Companhia.

Instrumentos financeiros não derivativos

Opção de venda concedida sobre participação em controlada: A Companhia constituiu um passivo relacionado a aquisição de participação minoritária nas operações da República Dominicana. Este instrumento financeiro é denominado em Dólar (Tranche A) e em Pesos Dominicanos (Tranche B) e está registrado na empresa cuja moeda funcional é o Real. A Companhia denominou este instrumento financeiro como instrumento de *hedge* para parte de seus ativos líquidos localizados em subsidiárias cuja moeda funcional é o Dólar Americano e o Peso Dominicano, de maneira que o resultado de variação cambial deste instrumento financeiro seja registrado no grupo do resultado abrangente assim como resultado do objeto do *hedge*.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

Transações protegidas por instrumentos financeiros derivativos em conformidade com a Política de Gestão de Riscos Financeiros

| | | | | | | | Consolidado |
|--|------------------|-------------------|----------------|------------------|----------------------------------|-----------------------|--------------------|
| | | | | | | | 2022 |
| Exposição | Risco | Nocional | Valor Justo | | Ganhos/(Perdas) reconhecidos no: | | |
| | | | Ativo | Passivo | Resultado financeiro | Resultado da operação | Patrimônio líquido |
| Custo | | 19.853.289 | 271.806 | (719.460) | (3.075.188) | 452.655 | 134.301 |
| | <i>Commodity</i> | 4.809.884 | 100.774 | (376.141) | 63.493 | (32.325) | (474.952) |
| | Dólar | 14.874.705 | 157.731 | (342.866) | (3.139.237) | 477.054 | 596.607 |
| | Euro | 32.198 | 1.916 | (3) | (682) | (316) | 1.175 |
| | Peso Mexicano | 136.502 | 11.385 | (450) | 1.238 | 8.242 | 11.471 |
| Ativo fixo | | 226.810 | 1.534 | (5.392) | (5.893) | 4.919 | (12.979) |
| | Dólar | 226.810 | 1.534 | (5.392) | (5.893) | 4.919 | (12.979) |
| Despesas | | 204.907 | 492 | (4.572) | (42.484) | 9.053 | (14.777) |
| | Dólar | 204.907 | 492 | (4.572) | (42.484) | 9.053 | (14.777) |
| Caixa | | - | - | - | (17.061) | - | - |
| | Dólar | - | - | - | (17.061) | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | | 20.285.006 | 273.832 | (729.424) | (3.140.626) | 466.627 | 106.545 |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

| | | Consolidado | | | | | |
|--|------------------|--------------------|--------------------|------------------|---|------------------------------|---------------------------|
| | | 2021 | | | | | |
| Exposição | Risco | Nocional | Valor Justo | | Ganhos/(Perdas) reconhecidos no: | | |
| | | | Ativo | Passivo | Resultado financeiro | Resultado da operação | Patrimônio líquido |
| Custo | | 18.911.847 | 597.455 | (421.087) | (2.113.518) | 1.710.159 | 2.277.377 |
| | <i>Commodity</i> | 3.179.859 | 455.294 | (41.244) | (126.763) | 1.168.073 | 684.711 |
| | Dólar | 15.516.386 | 136.243 | (378.396) | (1.970.752) | 541.854 | 1.792.686 |
| | Euro | 31.839 | - | (787) | (117) | 456 | (1.885) |
| | Peso Mexicano | 183.763 | 5.918 | (660) | (15.886) | (224) | (198.135) |
| Ativo fixo | | 1.111.350 | 1.065 | (53.327) | (368.809) | 105.277 | 103.219 |
| | Dólar | 1.111.350 | 1.065 | (53.327) | (368.809) | 105.277 | 103.219 |
| Despesas | | 365.752 | 453 | (18.132) | (124.471) | 36.932 | 192.947 |
| | Dólar | 365.752 | 453 | (18.132) | (124.471) | 36.932 | 192.947 |
| Instrumento Patrimonial | | - | - | - | 78.010 | - | - |
| | Preço das ações | - | - | - | 78.010 | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | | 20.388.949 | 598.973 | (492.546) | (2.528.788) | 1.852.368 | 2.573.543 |

I. Riscos de mercado

a.1) Risco de moeda estrangeira

A Companhia incorre em risco cambial sobre empréstimos, investimentos, compras, dividendos e despesas/receitas com juros sempre que eles são denominados em moeda diferente da moeda funcional da subsidiária. Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados para administrar o risco de moeda estrangeira são contratos de futuros, *swaps*, opções, *non deliverable forwards* e *full deliverable forwards*.

a.2) Risco de commodities

Parte significativa dos insumos da Companhia é composta de *commodities*, as quais apresentam, historicamente, oscilações relevantes de preços. A Companhia, portanto, utiliza contratos de compra com preço fixo e a contratação de instrumentos financeiros derivativos para minimizar a exposição à volatilidade dos preços das *commodities* de alumínio, açúcar, trigo, milho e praxileno. Os instrumentos financeiros derivativos contratados para este fim foram designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa.

a.3) Risco de taxa de juros

A Companhia aplica uma abordagem dinâmica de *hedge* de taxa de juros segundo a qual a composição de destino entre a dívida de taxa fixa e flutuante é revista periodicamente com o objetivo de alcançar um equilíbrio entre o custo de captação e a volatilidade dos resultados financeiros. Para isso, leva-se em conta as condições do mercado bem como a estratégia de negócios, e periodicamente essa estratégia é revisada.

A tabela abaixo demonstra o total de dívida da Companhia e suas subsidiárias. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas subsidiárias não possuem posições de *hedge* para as exposições demonstradas abaixo:

| | Consolidado | |
|-----------------------------------|----------------------|--------------------------|
| | 2022 | |
| | Risco | |
| | Taxa de juros | Montante em reais |
| Dívida em Real Brasileiro | 8,5% | 2.602.063 |
| Capital de Giro em Peso Argentino | 73,5% | 74.343 |
| Dívidas em outras moedas | 10,4% | 421.289 |
| Dívida em Dólar Americano | 14,0% | 6.193 |
| Dívida em Dólar Canadense | 5,3% | 511.018 |
| Taxa de juros pré-fixado | | 3.614.906 |
| | | |
| Dívida em Real Brasileiro | 8,5% | 230.143 |
| Taxa de juros pós-fixado | | 230.143 |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

| | Consolidado | |
|-----------------------------------|----------------------|--------------------------|
| | 2021 | |
| | Risco | |
| | Taxa de juros | Montante em reais |
| Dívida em Real Brasileiro | 7,2% | 2.343.257 |
| Capital de Giro em Peso Argentino | 34,7% | 30.514 |
| Dívidas em outras moedas | 11,3% | 226.037 |
| Dívida em Dólar Americano | 13,1% | 17.450 |
| Dívida em Dólar Canadense | 2,5% | 430.781 |
| Taxa de juros pré-fixado | | 3.048.039 |
| | | |
| Dívida em Real Brasileiro | 11,6% | 82.999 |
| Taxa de juros pós-fixado | | 82.999 |

Análise de sensibilidade

A Companhia mitiga seus riscos em ativos e passivos financeiros não derivativos, substancialmente, por intermédio de contratação de instrumentos financeiros derivativos. Neste contexto, a Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros derivativos e, com isso, desenvolveu uma análise de sensibilidade com base em três cenários que poderão gerar impactos nos resultados e/ou no fluxo de caixa futuros da Companhia, conforme descrito abaixo:

1 - Cenário Provável: expectativa da Administração de deterioração de cada fator de risco principal de cada transação. Para estimar os possíveis efeitos nos resultados das operações de derivativos, a Companhia utiliza o cálculo do *Value at Risk - VaR* paramétrico. O *VaR* é uma medida estatística desenvolvida por meio de estimativas de desvio padrão e de correlações entre os retornos dos diversos fatores de risco. Este modelo tem como resultado a perda limite esperada para um ativo, em um determinado exercício de tempo e intervalo de confiança. De acordo com esta metodologia, utilizamos como parâmetros para o cálculo, a exposição potencial de cada instrumento financeiro, um intervalo de confiança de 95% e um horizonte de 21 dias a partir de 31 de dezembro de 2022, os quais estão apresentados em módulo.

2 - Cenário Adverso: deterioração de 25% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2022.

3 - Cenário Remoto: deterioração de 50% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2022.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

| Transação | Risco | Consolidado | | | |
|--|---------------------------------------|-------------|------------------|-----------------|----------------|
| | | Valor justo | Cenário Provável | Cenário Adverso | Cenário Remoto |
| <i>Hedge commodities</i> Compras de insumos | Queda no preço das <i>commodities</i> | (275.367) | (466.332) | (1.477.838) | (2.680.309) |
| <i>Hedge cambial</i> Compras de insumos | Desvalorização de moeda estrangeira | (172.287) | (425.522) | (3.933.139) | (7.693.990) |
| Efeito no custo | | - | - | - | - |
| <i>Hedge cambial</i> Compra de <i>capex</i> | Desvalorização de moeda estrangeira | (3.858) | (5.198) | (60.561) | (117.263) |
| Efeito no ativo fixo | | - | - | - | - |
| <i>Hedge cambial</i> Despesas | Desvalorização de moeda estrangeira | (4.080) | (5.050) | (55.307) | (106.533) |
| Efeito nas despesas | | - | - | - | - |
| | | - | - | - | - |

Os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 apresentavam as seguintes faixas de vencimentos de Valor Nocial e Valor Justo por instrumento:

| Exposição | Risco | Valor Nocial | | | | | Total |
|-------------------|------------------|-------------------|---------------|------|------|-------|-------------------|
| | | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | >2026 | |
| Custo | | 19.758.111 | 95.178 | - | - | - | 19.853.289 |
| | <i>Commodity</i> | 4.714.706 | 95.178 | - | - | - | 4.809.884 |
| | Dólar | 14.874.705 | - | - | - | - | 14.874.705 |
| | Euro | 32.198 | - | - | - | - | 32.198 |
| | Peso Mexicano | 136.502 | - | - | - | - | 136.502 |
| Ativo fixo | | 226.810 | - | - | - | - | 226.810 |
| | Dólar | 226.810 | - | - | - | - | 226.810 |
| Despesas | | 204.907 | - | - | - | - | 204.907 |
| | Dólar | 204.907 | - | - | - | - | 204.907 |
| | | 20.189.828 | 95.178 | - | - | - | 20.285.006 |

| Exposição | Risco | Valor Justo | | | | | Total |
|-------------------|------------------|------------------|--------------|------|------|-------|------------------|
| | | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | >2026 | |
| Custo | | (449.187) | 1.533 | - | - | - | (447.654) |
| | <i>Commodity</i> | (276.900) | 1.533 | - | - | - | (275.367) |
| | Dólar | (185.135) | - | - | - | - | (185.135) |
| | Euro | 1.913 | - | - | - | - | 1.913 |
| | Peso Mexicano | 10.935 | - | - | - | - | 10.935 |
| Ativo fixo | | (3.858) | - | - | - | - | (3.858) |
| | Dólar | (3.858) | - | - | - | - | (3.858) |
| Despesas | | (4.080) | - | - | - | - | (4.080) |
| | Dólar | (4.080) | - | - | - | - | (4.080) |
| | | (457.125) | 1.533 | - | - | - | (455.592) |

II. Risco de crédito

Concentração de risco de crédito no contas a receber

Parte substancial das vendas da Companhia é feita a distribuidores, supermercados e varejistas dentro de ampla rede de distribuição. O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e dos procedimentos de controle que o monitoram. Historicamente, a Companhia não registra perdas significativas em contas a receber de clientes.

Concentração de risco de crédito de contraparte

A fim de minimizar o risco de crédito de seus investimentos, a Companhia adotou políticas de alocação de caixa e investimentos, levando em consideração limites e avaliações de créditos de instituições financeiras, não permitindo concentração de crédito, ou seja, o risco de crédito é monitorado e minimizado, pois as negociações são realizadas apenas com um seletivo grupo de contrapartes altamente qualificadas.

A definição das instituições financeiras autorizadas a operar como contraparte da Companhia está descrita em nossa Política de Risco de Crédito. A Política de Risco de Crédito estabelece limites máximos de exposição a cada contraparte com base na classificação de risco e na capitalização de cada contraparte.

Depósitos ou posições de caixa, se houver, devem ser mantidos em contas com bancos de primeira linha ou com classificação de crédito (*rating*) alta de cada país. Qualquer posição de natureza de curto prazo (menos de 6 meses) deve ser considerada como depósito ou posição de caixa.

O risco de contraparte deve ser gerido pela Companhia de forma global, com limites por produto estabelecidos pela tesouraria, considerando: (i) classificação de crédito (*rating*) da contraparte (ii) duração (iii) valor (iv) divisão entre ativos e passivos, na ausência de cláusula de compensação nos respectivos contratos de derivativos.

O risco de crédito de contraparte é reavaliado trimestralmente.

Os valores contábeis de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, excluindo pagamentos antecipados, impostos a recuperar e instrumentos financeiros derivativos estão apresentados líquidos das provisões de *impairment* reconhecidas e representam a exposição máxima de risco de crédito em 31 de dezembro de 2022. Não havia concentração de risco de crédito com quaisquer contrapartes em 31 de dezembro de 2022 além do limite estabelecido pela política de risco da Companhia.

III. Risco de liquidez

A Companhia historicamente possui como fonte de seu caixa operacional o fluxo de caixa de suas atividades operacionais, emissão de dívida e empréstimos bancários.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

As suas principais demandas de caixa incluem:

- Pagamento de dívidas
- Investimento em bens de capitais
- Investimento em companhias
- Aumento de participação em subsidiárias ou em companhias em que é acionista
- Programas de recompra de ações
- Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo, junto com os instrumentos financeiros derivativos e acesso a linhas de crédito são suficientes para financiar as despesas de capital, o passivo financeiro e o pagamento de dividendos no futuro.

| | Controladora | | | | | | |
|---|---------------------|-----------------------------|-------------------|------------------|------------------|----------------|------------------|
| | 2022 | | | | | | |
| | Valor contábil | Fluxos de caixa contratuais | Menos de 1 ano | 1-2 anos | 2-3 anos | 3-5 anos | Mais de 5 anos |
| Contas a pagar e demais contas a pagar ⁽ⁱ⁾ | 23.946.569 | 25.010.516 | 21.733.372 | 696.912 | 972.498 | 59.796 | 1.547.938 |
| Empréstimos bancários com garantia | 174.169 | 239.031 | 61.561 | 26.380 | 25.182 | 50.363 | 75.545 |
| Outros empréstimos sem garantia | 472.540 | 759.078 | 169.854 | 156.686 | 151.624 | 165.410 | 115.504 |
| Arrendamentos | 1.369.708 | 1.672.507 | 434.380 | 419.858 | 309.242 | 359.420 | 149.607 |
| | 25.962.986 | 27.681.132 | 22.399.167 | 1.299.836 | 1.458.546 | 634.989 | 1.888.594 |

| | Controladora | | | | | | |
|---|---------------------|-----------------------------|-------------------|------------------|------------------|----------------|------------------|
| | 2021 | | | | | | |
| | Valor contábil | Fluxos de caixa contratuais | Menos de 1 ano | 1-2 anos | 2-3 anos | 3-5 anos | Mais de 5 anos |
| Contas a pagar e demais contas a pagar ⁽ⁱ⁾ | 23.729.154 | 24.861.829 | 19.552.861 | 1.208.124 | 2.249.413 | 129.029 | 1.722.402 |
| Empréstimos bancários com garantia | 228.917 | 309.914 | 70.884 | 61.561 | 26.380 | 50.363 | 100.726 |
| Empréstimos bancários sem garantia | 1.071 | 84.079 | 84.079 | - | - | - | - |
| Outros empréstimos sem garantia | 130.108 | 234.595 | 46.448 | 48.105 | 29.095 | 20.719 | 90.228 |
| Arrendamentos | 1.160.289 | 1.353.496 | 350.305 | 339.203 | 265.190 | 160.222 | 238.576 |
| | 25.249.539 | 26.843.913 | 20.104.577 | 1.656.993 | 2.570.078 | 360.333 | 2.151.932 |

(i) Contempla principalmente os saldos de fornecedores, impostos, taxas e contribuições a recolher, dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, salários e encargos, opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos, exceto com partes relacionadas, os quais têm prazo de pagamento menor que 1 ano.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

| | Consolidado | | | | | | |
|---|-----------------------|------------------------------------|-----------------------|------------------|------------------|------------------|-----------------------|
| | 2022 | | | | | | |
| | Valor contábil | Fluxos de caixa contratuais | Menos de 1 ano | 1-2 anos | 2-3 anos | 3-5 anos | Mais de 5 anos |
| Contas a pagar e demais contas a pagar ⁽ⁱ⁾ | 39.354.388 | 40.656.296 | 36.818.534 | 86.759 | 1.275.053 | 1.008.364 | 1.467.586 |
| Empréstimos bancários com garantia | 180.776 | 245.638 | 68.163 | 26.385 | 25.182 | 50.363 | 75.545 |
| Outros empréstimos sem garantia | 472.540 | 759.078 | 169.854 | 156.686 | 151.624 | 165.410 | 115.504 |
| Arrendamentos | 3.117.390 | 3.657.425 | 962.898 | 1.008.416 | 620.955 | 696.911 | 368.245 |
| | 43.125.094 | 45.318.437 | 38.019.449 | 1.278.246 | 2.072.814 | 1.921.048 | 2.026.880 |

| | Consolidado | | | | | | |
|---|-----------------------|------------------------------------|-----------------------|------------------|------------------|-----------------|-----------------------|
| | 2021 | | | | | | |
| | Valor contábil | Fluxos de caixa contratuais | Menos de 1 ano | 1-2 anos | 2-3 anos | 3-5 anos | Mais de 5 anos |
| Contas a pagar e demais contas a pagar ⁽ⁱ⁾ | 38.976.332 | 40.186.347 | 34.690.647 | 1.279.731 | 2.248.841 | 327.195 | 1.639.933 |
| Empréstimos bancários com garantia | 247.039 | 328.023 | 88.883 | 61.671 | 26.380 | 50.363 | 100.726 |
| Empréstimos bancários sem garantia | 84.070 | 84.079 | 84.079 | - | - | - | - |
| Outros empréstimos sem garantia | 130.108 | 234.594 | 46.448 | 48.104 | 29.095 | 20.719 | 90.228 |
| Arrendamentos | 2.639.307 | 3.070.913 | 788.514 | 756.146 | 550.688 | 422.406 | 553.159 |
| | 42.076.856 | 43.903.956 | 35.698.571 | 2.145.652 | 2.855.004 | 820.683 | 2.384.046 |

(i) Contempla principalmente os saldos de fornecedores, impostos, taxas e contribuições a recolher, dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar, salários e encargos, opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos, exceto com partes relacionadas, os quais têm prazo de pagamento menor que 1 ano.

Risco de valor de ação

Por meio das operações de *equity swap* aprovadas em 13 de maio de 2020 e 9 de dezembro de 2020 pelo Conselho de Administração (ver Nota 1 - *Informações gerais*), a Companhia, ou suas subsidiárias, receberá a variação de preço relacionado às ações de emissão da Companhia ou *american depositary receipts* com lastro nestas ações (“ADRs”) de sua emissão negociadas em bolsa, neutralizando os efeitos da oscilação das cotações das ações tendo em vista a remuneração baseada em ações da Companhia. Como esses instrumentos derivativos não se caracterizam como *hedge accounting* não foram, portanto, designados a qualquer relação de *hedge*.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possui posições contratadas de *equity swap* (em 31 de dezembro de 2021 as operações de *equity swap* geraram um ganho de R\$78.010).

IV. Gerenciamento de Capital

A Companhia está constantemente otimizando sua estrutura de capital visando maximizar o valor do investimento dos acionistas e mantendo a desejada flexibilidade financeira para executar os projetos estratégicos. Além dos requisitos legais mínimos de financiamento de capital próprio que se aplicam às subsidiárias nos diferentes países, a Companhia não está sujeita a quaisquer requerimentos externos de capital.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

Ao analisar sua estrutura de capital, a Companhia utiliza a mesma relação de dívida e classificações de capital aplicada nas suas demonstrações contábeis.

Instrumentos financeiros

(a) Categoria dos instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros mantidos pela Companhia é efetuada por estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita pela análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, entre outros).

O quadro abaixo demonstra todos os instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, segregados por categoria:

| | Controladora | | |
|---|-------------------------|---|------------------|
| | 2022 | | |
| | Custo amortizado | Valor justo por meio de resultados | Total |
| <u>Ativos financeiros</u> | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4.923.851 | - | 4.923.851 |
| Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas | 3.604.357 | - | 3.604.357 |
| Aplicações financeiras | 145.612 | 35.770 | 181.382 |
| Total | 8.673.820 | 35.770 | 8.709.590 |

| | | | |
|---|-------------------|------------------|-------------------|
| <u>Passivos financeiros</u> | | | |
| Contas a pagar | 36.267.277 | - | 36.267.277 |
| Opção de venda concedida sobre participação em controlada | - | 3.053.693 | 3.053.693 |
| Empréstimos e financiamentos | 2.016.417 | - | 2.016.417 |
| Outros passivos | 1.179.948 | - | 1.179.948 |
| Total | 39.463.642 | 3.053.693 | 42.517.335 |

| | Controladora | | |
|---|-------------------------|---|------------------|
| | 2021 | | |
| | Custo amortizado | Valor justo por meio de resultados | Total |
| <u>Ativos financeiros</u> | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3.797.863 | - | 3.797.863 |
| Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas | 4.087.372 | - | 4.087.372 |
| Aplicações financeiras | 132.150 | 22.866 | 155.016 |
| Total | 8.017.385 | 22.866 | 8.040.251 |

| | | | |
|---|-------------------|------------------|-------------------|
| <u>Passivos financeiros</u> | | | |
| Contas a pagar | 35.900.432 | - | 35.900.432 |
| Opção de venda concedida sobre participação em controlada | - | 3.284.805 | 3.284.805 |
| Empréstimos e financiamentos | 1.520.385 | - | 1.520.385 |
| Outros passivos | 1.527.745 | - | 1.527.745 |
| Total | 38.948.562 | 3.284.805 | 42.233.367 |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

Nível 2 - Informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1; e

Nível 3 - Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

| | Controladora | | | | | | | |
|--|---------------------|---------------|------------------|------------------|-------------|---------------|------------------|------------------|
| | 2022 | | | | 2021 | | | |
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
| Ativos Financeiros | | | | | | | | |
| Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado | - | 35.770 | - | 35.770 | - | 22.866 | - | 22.866 |
| | - | 35.770 | - | 35.770 | - | 22.866 | - | 22.866 |
| Passivos Financeiros | | | | | | | | |
| Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado | - | - | 3.053.693 | 3.053.693 | - | - | 3.284.805 | 3.284.805 |
| | - | - | 3.053.693 | 3.053.693 | - | - | 3.284.805 | 3.284.805 |

| | Consolidado | | | | | | | |
|--|--------------------|----------------|------------------|------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|
| | 2022 | | | | 2021 | | | |
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
| Ativos Financeiros | | | | | | | | |
| Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado | 454.497 | - | - | 454.497 | 1.914.607 | - | - | 1.914.607 |
| Derivativos - Hedge operacional | 57.038 | 216.794 | - | 273.832 | 159.081 | 439.892 | - | 598.973 |
| | 511.535 | 216.794 | - | 728.329 | 2.073.688 | 439.892 | - | 2.513.580 |
| Passivos Financeiros | | | | | | | | |
| Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado | - | - | 3.393.949 | 3.393.949 | - | - | 3.486.100 | 3.486.100 |
| Derivativos - Hedge operacional | 76.073 | 653.351 | - | 729.424 | 193.386 | 299.160 | - | 492.546 |
| | 76.073 | 653.351 | 3.393.949 | 4.123.373 | 193.386 | 299.160 | 3.486.100 | 3.978.646 |

Reconciliação da movimentação da categorização do Nível 3

| | Controladora | Consolidado |
|--|---------------------|--------------------|
| Saldo do passivo financeiro em 31 de dezembro de 2021 | 3.284.805 | 3.486.100 |
| Aquisição de investimento | - | 161.390 |
| Total de ganhos e perdas no exercício | (231.112) | (253.541) |
| Despesa/(receita) reconhecida no resultado do exercício | (46.318) | (46.318) |
| Despesa/(receita) reconhecida no patrimônio líquido | (184.794) | (207.223) |
| Saldo do passivo financeiro em 31 de dezembro de 2022 | 3.053.693 | 3.393.949 |

(c) Valor justo dos passivos mensurados pelo custo amortizado

Os passivos, empréstimos e financiamentos, e as contas a pagar excluindo impostos a recolher da Companhia estão contabilizados a valor de custo, atualizados monetariamente de acordo com o método de taxa efetiva, acrescidos de variações monetárias e cambiais, conforme índices de fechamento de cada exercício.

Os instrumentos financeiros contabilizados a custo amortizado assemelham-se ao valor justo, não sendo materiais para divulgação.

(d) Valor justo dos passivos mensurados por meio do resultado

Em decorrência da negociação das opções concedidas sobre a participação na empresa Tenedora, assinamos o segundo aditivo do Acordo de Acionistas visando

estender a parceria entre a Companhia e a ELJ. A ELJ atualmente é detentora de 15% das ações da Tenedora e sua opção de venda passou a ser dividida em duas tranches: (i) Tranche A, correspondente a 12,11% das ações, exercível em 2023 e 2024; e (ii) Tranche B, correspondente a 2,89% das ações, exercível a partir de 2026. A Companhia, por sua vez, possui opção de compra das ações Tranche A, exercível a partir de 2021, e das ações Tranche B, exercível a partir de 2029, sendo que até 31 de dezembro de 2022 não houve exercício dessas opções. Em 31 de dezembro de 2022 a soma das duas tranches detidas pela ELJ está valorizada em R\$3.053.693 (R\$3.284.805 em 31 de dezembro de 2021).

O valor justo da (i) Tranche A é calculado levando em consideração os juros determinados em contrato, acrescido da variação cambial, reduzido dos dividendos pagos entre a assinatura do aditivo até o exercício da opção.

O valor justo da (ii) Tranche B é calculado pelo múltiplo de EBITDA definido em contrato, descontado da dívida líquida da operação, trazido ao valor presente utilizando-se de técnicas usuais de modelagem financeira (valor presente do principal e juros futuros, descontados pela taxa WACC em moeda local na data base do cálculo). Os critérios utilizados são baseados em informações de mercado, provenientes de fontes confiáveis e estão categorizadas como “Nível 3”.

Apuração do valor justo de derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos calculando o seu valor presente por meio da utilização das curvas de mercado que impactam o instrumento nas datas de apuração. No caso de *swaps*, tanto a ponta ativa quanto a ponta passiva são estimadas de forma independente e trazidas a valor presente, no qual a diferença do resultado entre as pontas gera o valor de mercado do *swap*. Para os instrumentos financeiros negociados em bolsa, o valor justo é calculado de acordo com os preços divulgados pelas mesmas.

Margens dadas em garantia

Para atender às garantias exigidas pelas bolsas de derivativos e/ou contrapartes contratadas em determinadas operações de instrumentos financeiros derivativos, a Companhia mantinha em 31 de dezembro de 2022 um montante de R\$376.850 no Consolidado em aplicações de liquidez imediata ou em espécie, classificado como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (R\$1.152.769 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021).

Compensação de ativos e passivos financeiros

Para os ativos e passivos financeiros sujeitos a acordos de liquidação pelo valor líquido ou acordos similares, cada acordo entre a Companhia e a contraparte permite esse tipo de liquidação quando ambas as partes fazem essa opção. Na ausência de tal eleição, os ativos e passivos financeiros serão liquidados pelos seus valores brutos,

porém cada parte terá a opção de liquidá-los pelo valor líquido, no caso de inadimplência da parte contrária.

Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade

Considerando a natureza das operações da Companhia, existe uma exposição inerente a certos riscos relacionados a mudanças climáticas e aspectos relevantes de ESG (*Environmental, Social and Governance*).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração considerou como principais riscos os destacados a seguir:

(i) Preços das *Commodities*

Existe uma preocupação crescente de que o nível atual de dióxido de carbono e outros gases de efeito estufa na atmosfera tenham impactos adversos nas temperaturas globais, nos padrões climáticos e na frequência e gravidade de climas extremos e desastres naturais, como por exemplo, secas, alagamentos, chuvas não sazonais, ciclones tropicais, entre outros. Caso as mudanças climáticas tenham um efeito negativo sobre a produtividade agrícola, a Companhia poderá estar sujeitas a uma menor disponibilidade ou preços menos favoráveis para certas *commodities* agrícolas que são necessárias para nossos produtos, como cevada, lúpulo, açúcar e milho. Além disso, as expectativas públicas de reduções nas emissões de gases de efeito estufa podem resultar em aumento dos custos de energia, transporte e matérias-primas e podem exigir que façamos investimentos adicionais em instalações e equipamentos devido ao aumento das pressões regulatórias. Como resultado, os efeitos das mudanças climáticas podem ter um impacto material adverso de longo prazo em nossos negócios e resultados operacionais.

(ii) Crise hídrica

Também enfrentamos riscos de escassez e qualidade da água. A disponibilidade de água potável é um recurso limitado em muitas partes do mundo, enfrentando desafios sem precedentes das mudanças climáticas e a resultante mudança nos padrões de precipitação e na frequência de climas extremos, superexploração, poluição crescente e má gestão da água. Implementamos uma estratégia interna para reduzir consideravelmente o uso de água em nossas plantas operacionais. No entanto, à medida que a demanda por água continua a aumentar em todo o mundo e à medida que a água se torna mais escassa e a qualidade da água disponível se deteriora, podemos ser afetados pelo aumento dos custos de produção ou restrições de capacidade, o que pode afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais.

As secas podem causar falhas nas colheitas de cevada para a maltagem, especialmente na América do Sul, onde a maior parte da cevada é alimentada pela chuva, as chamadas secas meteorológicas (secas de curto prazo e impactadas pela precipitação) podem afetar significativamente o rendimento das culturas de cevada.

Como resultado, os efeitos das mudanças climáticas podem ter um impacto prejudicial substancial de longo prazo nos negócios e resultados operacionais da Companhia.

(iii) Legislação ambiental

Nossas operações estão sujeitas a uma ampla gama de leis e regulamentações federais, estaduais e municipais de segurança e meio ambiente no Brasil relacionadas a licenças ou autorizações necessárias para nossos negócios, bem como uso de recursos hídricos e gestão de resíduos sólidos e obrigações de esquema de recolhimento.

As atividades da Companhia requerem a obtenção e renovação constantes de licenças ambientais, das quais dependem a instalação e operação das unidades produtivas. Dificuldades técnicas ou descumprimento dos prazos de renovação das licenças e das exigências dos órgãos ambientais podem ter efeitos adversos em nossos negócios, pois podemos estar sujeitos à (i) imposição de diversas sanções administrativas (tais como multas interrupção ou suspensão das atividades, revogação de licenças, entre outros). (ii) pagamento de custos para recuperação de áreas degradadas e (iii) responsabilização nas esferas civil, administrativa e penal, conforme o caso.

Embora tenhamos orçamento para despesas futuras de capital e operacionais para manter a conformidade com as leis e regulamentações ambientais, não há nenhuma garantia de que a Companhia, mesmo adotando práticas e processos adequados, não incorrerá em responsabilidade ambiental ou de que essas leis e regulamentos ambientais aplicáveis não mudarão ou tornar-se-ão mais rigorosos no futuro. Nesse sentido, o descumprimento da legislação aplicável e das condicionantes técnicas estabelecidas nas licenças e autorizações pode prejudicar a reputação, os resultados operacionais e a saúde financeira da Companhia.

(iv) Social

A Companhia está sujeita a obrigações relativas ao respeito aos direitos humanos de todos os stakeholders, que podem fazer com que a Companhia incorra em custos adicionais, bem como em contingências significativas referentes a questões sociais. De forma geral, os riscos sociais decorrem dos potenciais e efetivos impactos adversos de suas atividades empresariais nos direitos humanos de todos os stakeholders envolvidos em sua operação, incluindo seus próprios funcionários, consumidores, fornecedores, investidores e comunidade local onde a Companhia atua, sendo estes conectados direta ou indiretamente às suas atividades.

Se a Companhia não tomar iniciativas bem estruturadas e integradas ao planejamento de longo prazo para fomentar a diversidade, equidade e inclusão, tanto no seu quadro de funcionários quanto na composição dos órgãos estatutários e da liderança, poderá sofrer questionamentos, inclusive em sede judicial, acerca da ausência de metas claras e ações efetivas nesse âmbito.

Não há nenhuma garantia de que a Companhia conseguirá realizar o gerenciamento adequado dos riscos sociais acima apontados atendendo a todos os parâmetros e diretrizes nacionais e internacionais o que, conseqüentemente, pode eventualmente prejudicar os resultados operacionais e a reputação da Companhia e expor a Companhia a riscos legais e regulatórios, os quais podem se materializar de diferentes maneiras.

Como os eventos mencionados nesta seção são muito incertos, a Companhia não pode determinar seu impacto financeiro neste momento. Quaisquer impactos podem resultar em efeito material adverso para os nossos negócios, liquidez, condição financeira e resultados de operações. A Companhia continua administrando com disciplina os recursos de liquidez e capital para arcar com os custos da eventual materialização de tais riscos.

30 GARANTIAS, OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, ADIANTAMENTO DE CLIENTES E OUTROS

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Cauções | 708.168 | 644.752 | 764.473 | 788.709 |
| Outros compromissos | - | - | 1.368.092 | 1.718.968 |
| | 708.168 | 644.752 | 2.132.565 | 2.507.677 |
| Compromissos contratuais com fornecedores | 38.704.149 | 38.251.941 | 50.365.256 | 51.561.982 |
| | 38.704.149 | 38.251.941 | 50.365.256 | 51.561.982 |

Em 31 de dezembro de 2022, as cauções e outros compromissos totalizavam R\$708.168 na Controladora e R\$2.132.565 no Consolidado (R\$644.752 na Controladora e R\$2.507.677 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021), incluindo R\$708.168 na Controladora e R\$743.951 no Consolidado (R\$644.752 na Controladora e R\$682.636 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021) em garantias em espécie. Os depósitos em dinheiro para garantia são apresentados como parte do saldo de outros ativos. Adicionalmente, para atender às garantias exigidas pelas bolsas de derivativos e/ou contrapartes contratadas em determinadas operações de instrumentos financeiros derivativos, a Companhia mantinha, em 31 de dezembro de 2022, um montante de R\$376.850 no Consolidado (R\$1.152.769 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021) em aplicações de liquidez imediata ou espécie, classificado como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Nota 29 - *Instrumentos financeiros e riscos*).

A maior parte do saldo de compromissos contratuais refere-se a obrigações com fornecedores de embalagens.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

O vencimento dos compromissos contratuais em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está demonstrado a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Menos de 1 ano | 8.516.958 | 8.095.813 | 12.490.958 | 11.559.858 |
| Entre 1 e 2 anos | 7.907.636 | 7.920.488 | 10.315.253 | 9.982.233 |
| Mais de 2 anos | 22.279.555 | 22.235.640 | 27.559.045 | 30.019.891 |
| | 38.704.149 | 38.251.941 | 50.365.256 | 51.561.982 |

31 CONTINGÊNCIAS

A Companhia tem passivos contingentes relacionados a ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. Devido a sua natureza, tais processos envolvem incertezas a eles inerentes, incluindo, mas não limitado a, decisões das cortes e tribunais, acordos entre as partes envolvidas e ações governamentais e, como consequência disso, a Administração não pode, no estágio atual, estimar o tempo exato de resolução desses temas.

Os processos classificados como prováveis estão totalmente provisionados, conforme detalhado na Nota 17 - *Provisões*.

A Companhia e suas subsidiárias mantêm discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil relacionadas a certas posições fiscais adotadas na apuração do IRPJ e da CSLL, cuja análise atual de prognóstico, com base na avaliação da Administração, é de que serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância, em linha com as disposições do ICPC 22/IFRIC 23 - *Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro*. O Grupo também tem ações de natureza principalmente tributária, relacionadas a outros tributos, que envolvem riscos de perda possível, conforme classificação de prognóstico da Administração. Para esses tratamentos fiscais incertos e contingências possíveis não há provisão constituída, em virtude da avaliação de prognóstico realizada, conforme composição e estimativas a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| IRPJ e CSLL | 56.542.446 | 50.791.077 | 60.453.543 | 54.258.733 |
| ICMS e IPI | 23.878.705 | 22.004.915 | 25.904.633 | 23.912.359 |
| PIS e COFINS | 2.676.151 | 2.105.710 | 3.293.478 | 2.667.560 |
| Outros | 1.556.123 | 1.223.898 | 1.909.071 | 1.606.253 |
| | 84.653.425 | 76.125.600 | 91.560.725 | 82.444.905 |

A Companhia e suas subsidiárias possuem apólices de seguros-garantia e cartas fianças para alguns processos judiciais, as quais são apresentadas como garantia em execuções cíveis, trabalhistas e tributárias ou para viabilizar recursos de natureza trabalhista.

Principais processos com probabilidade de perda possível

Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL

Ágio Inbev Holding

Em dezembro de 2011, a Companhia recebeu uma autuação da Receita Federal do Brasil referente, principalmente, à glosa de despesas de amortização do ágio, nos anos-calendários de 2005 a 2010, decorrente da incorporação da InBev Holding Brasil S.A.. Na esfera administrativa, foram proferidas decisões parcialmente favoráveis. Em face dessas decisões, a Companhia ingressou com medidas judiciais para discussão da matéria em que ficou vencida, com pedidos de liminar deferidos em favor da Companhia para suspender a exigibilidade da cobrança.

Em junho de 2016, a Ambev recebeu novo Auto de Infração relativo à glosa da amortização da parcela remanescente do referido ágio, nos anos-calendários de 2011 a 2013, e apresentou defesa. A Ambev obteve decisão parcialmente favorável na Delegacia Regional de Julgamento (“DRJ”) e no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (“CARF”). Em face dessa decisão, a Companhia e a Fazenda Nacional interpuseram Recursos Especiais para análise do caso pela Câmara Superior do CARF (“CSRF”), os quais aguardam julgamento. O Recurso Especial da Companhia foi parcialmente admitido pela CSRF e, em relação à parcela inadmitida, a Ambev ingressou com medida judicial com pedido de liminar deferido em favor da Companhia para suspender a exigibilidade da cobrança.

O valor atualizado do referido tratamento fiscal, conforme ICPC 22/IFRIC 23, vide Nota Explicativa 3 (q) - *Sumário das principais políticas contábeis*, já atuado, é de aproximadamente R\$11,1 bilhões em 31 de dezembro de 2022 (R\$10,4 bilhões em 31 de dezembro de 2021) e, em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão no período. Na eventualidade de a Companhia ser requerida a pagar este montante, a Anheuser-Busch InBev SA/NV reembolsará o valor proporcional (70%) ao seu benefício decorrente da amortização do ágio referido, bem como dos respectivos custos.

Ágio BAH

Em outubro de 2013, a Ambev recebeu um Auto de Infração relacionado ao ágio amortizado nos anos-calendários de 2007 a 2012 referente à incorporação da Beverage Associates Holding Limited (“BAH”) na Ambev. A decisão de primeira instância administrativa manteve a autuação. A Companhia apresentou Recurso Voluntário, o qual foi julgado parcialmente favorável à Companhia pelo CARF. A Companhia e a Fazenda Nacional interpuseram Recursos Especiais para análise do caso pela CSRF. Em julho de 2022, a CSRF proferiu decisão parcialmente favorável à Ambev, inadmitindo o Recurso Especial da Fazenda Nacional e, portanto, preservando a decisão parcialmente favorável à Companhia proferida pelo CARF em que restou afastada a aplicação da multa qualificada e reconhecida a decadência para

um dos períodos em discussão. Essa parcela da decisão da CSRF é definitiva e, com relação à parcela desfavorável, a Ambev deverá discutir judicialmente.

Em abril e agosto de 2018, a Ambev recebeu dois novos Autos de Infração relativos à glosa da amortização da parcela remanescente do referido ágio nos anos-calendários 2013 e 2014 e apresentou defesas. Em abril de 2019, a DRJ proferiu decisões desfavoráveis em ambos os casos e a Companhia interpôs Recursos Voluntários para análise perante o CARF. Em novembro e dezembro de 2019, o CARF proferiu decisões parcialmente favoráveis e a Companhia e a Fazenda Nacional interpuseram Recursos Especiais para análise do caso pela CSRF, os quais aguardam julgamento.

O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, vide Nota Explicativa 3 (q) - *Sumário das principais políticas contábeis*, já autuado, é de aproximadamente R\$2,2 bilhões em 31 de dezembro de 2022 (R\$2,3 bilhões em 31 de dezembro de 2021). Em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão no período.

Ágio CND Holdings

Em novembro de 2017, a Ambev recebeu um Auto de Infração relacionado ao ágio amortizado nos anos-calendário de 2012 a 2016 referente à incorporação da CND Holdings na Ambev. A decisão de primeira instância administrativa manteve a autuação. A Ambev interpôs Recurso Voluntário para análise do caso pelo CARF. Em fevereiro de 2020, o Recurso Voluntário foi julgado parcialmente favorável. A Companhia e Fazenda Nacional interpuseram Recursos Especiais. O Recurso Especial apresentado pela Companhia foi parcialmente admitido e aguarda julgamento.

Em outubro de 2022, a Ambev recebeu um novo Auto de Infração relativo à glosa da amortização da parcela remanescente do referido ágio no ano-calendário de 2017 e apresentou defesa, a qual aguarda julgamento pela DRJ.

O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, vide Nota Explicativa 3 (q) - *Sumário das principais políticas contábeis*, já autuado, é de aproximadamente R\$1,3 bilhão em 31 de dezembro de 2022 (R\$0,9 bilhão em 31 de dezembro de 2021). Em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão realizada no período.

Ágio MAG

Em dezembro de 2022, a CRBS S.A (subsidiária da Ambev) recebeu um Auto de Infração relacionado ao ágio amortizado nos anos-calendário de 2017 a 2020 referente à aquisição e incorporação da RTD Barbados na CRBS. A Companhia apresentou defesa e atualmente aguarda decisão pela DRJ.

O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, vide Nota Explicativa 3 (q) - *Sumário das principais políticas contábeis*, já atuado, é de aproximadamente R\$ 251 milhões em 31 de dezembro de 2022. Em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão no período.

O referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23 - vide Nota Explicativa 3 (q) - *Sumário das principais políticas contábeis* -, continuou a ser aplicado pela Companhia e impactou anos-calendário subsequentes aos atuados (2021-2022). Caso ocorram novos questionamentos no futuro, nas mesmas bases e com os mesmos fundamentos do auto de infração referido, a Companhia estima que o desdobramento dessas eventuais novas discussões seja consistente com o período já atuado.

Lucros auferidos no exterior

Desde o ano de 2005 a Companhia e algumas de suas subsidiárias têm recebido autuações por parte da Receita Federal do Brasil com relação à tributação de lucros auferidos por subsidiárias domiciliadas no exterior. Por reputar que tais cobranças são ilegítimas, a Companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais.

Os processos em trâmite na esfera administrativa possuem decisões parcialmente favoráveis, ainda sujeitas a reexame pelo tribunal administrativo. Em agosto de 2022, a CSRF proferiu decisão favorável definitiva à Companhia em dois processos, sendo que em um deles foi reconhecida a ilegalidade da tributação dos lucros auferidos por controladas sediadas na Argentina, país com o qual o Brasil celebrou Tratado Internacional para Evitar a Dupla Tributação. Em outubro de 2022, o CARF proferiu decisão favorável a Companhia em um terceiro caso. A Companhia aguarda notificação da decisão para análise de seu conteúdo e eventual necessidade de recurso. Por sua vez, nos processos em trâmite na esfera judicial, a Companhia possui decisão liminar favorável, para o fim de suspender a exigibilidade do crédito tributário, e sentenças de procedência, sujeitas a reexame pela instância superior.

O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23 - vide Nota Explicativa 3 (q) - *Sumário das principais políticas contábeis* -, já atuado, é de aproximadamente R\$7,3 bilhões em 31 de dezembro de 2022 (R\$7,5 bilhões em 31 de dezembro de 2021), e, em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão no período, com exceção de R\$58 milhões (R\$54,1 milhões em 31 de dezembro de 2021).

Glosa de despesas financeiras e perdas em investimentos

Em 2015, 2016 e 2020, a Companhia recebeu Autos de Infração da Receita Federal do Brasil referente à glosa de despesas relacionadas aos resultados dos instrumentos financeiros de proteção utilizados contra riscos inerentes às oscilações de preço ou de taxa, bem como empréstimos relacionados com as atividades operacionais da Companhia. A Companhia apresentou defesas e, em novembro de 2019, a Ambev recebeu decisão favorável perante a primeira instância administrativa relativamente ao caso de 2016, a qual deverá ser submetida a reexame perante o CARF. Em junho de 2021, a Ambev obteve decisão parcialmente favorável para o caso de 2020 perante a primeira instância administrativa, a qual deverá ser submetida a reexame perante o CARF. Com relação à parcela desfavorável da decisão, a Companhia apresentou Recurso Voluntário, o qual aguarda julgamento. Em junho de 2022, a DRJ proferiu decisão parcialmente favorável à Ambev no caso de 2015, a qual está sujeita à reexame pelo CARF. Ainda, a Companhia apresentou recurso ao CARF com relação à parcela da decisão em que restou vencida, o qual aguarda julgamento.

O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23 - vide Nota Explicativa 3 (q) - *Sumário das principais políticas contábeis* -, já autuado, é de aproximadamente R\$5,2 bilhões em 31 de dezembro de 2022 (R\$5 bilhões em 31 de dezembro de 2021). Em virtude de sua classificação, não houve provisão realizada no período.

Glosa de créditos de impostos pagos no exterior

Desde 2014 a Companhia vem recebendo autuações, relativas aos anos-calendários de 2007 em diante, que glosam a utilização de créditos de imposto de renda pago no exterior por suas empresas controladas. Por reputar que tais cobranças são ilegítimas, a Companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais.

Em novembro de 2019, foi proferida decisão favorável definitiva pelo CARF cancelando a autuação com relação a um dos casos, que abarca o ano-calendário de 2010.

Para os casos envolvendo os anos-calendário de 2015 e 2016, em janeiro de 2020, o CARF proferiu decisões desfavoráveis, em face dos quais a Companhia interpôs Recursos Especiais a CSRF, os quais aguardam julgamento. Ainda com relação às competências de 2015 a 2016, foram lavrados novos autos de infração exigindo multa isolada devido à suposta ausência de pagamento mensal do IRPJ e CSLL em razão da dedução de imposto de renda pago por controladas no exterior. Em 2021 e 2022, a Companhia obteve decisões desfavoráveis em primeira instância administrativa em três desses autos de infração com relação aos anos-calendários de 2015 e 2016, em face das quais foram apresentados Recurso Voluntários ao CARF, que aguardam julgamento. Há um outro auto de infração envolvendo a cobrança da referida multa

isolada com relação ao ano-calendário de 2017, recebido pela Companhia em outubro de 2022, que aguarda julgamento em primeira instância administrativa.

Em relação aos demais processos que discutem referido tema, a Companhia aguarda decisões nas esferas administrativa e judicial.

O valor atuado atualizado deste tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, vide Nota Explicativa 3 (q) - *Sumário das principais políticas contábeis*, é de aproximadamente R\$12,6 bilhões em 31 de dezembro de 2022 (R\$11,3 bilhões em 31 de dezembro de 2021) e, em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão no período.

O referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23 - vide Nota Explicativa 3 (q) – *Sumário das principais políticas contábeis* -, quanto aos créditos de imposto de renda pago no exterior, continuou a ser aplicado pela Companhia e impactou anos-calendário subsequentes aos atuados (2018-2022). Caso ocorram novos questionamentos no futuro, nas mesmas bases e com os mesmos fundamentos dos autos de infração referidos, a Companhia estima que o desdobramento dessas eventuais novas discussões seja consistente com o período já atuado.

Adicionalmente, foram exigidas multas isoladas em função da não homologação das compensações vinculadas à discussão acima que tramitam na esfera administrativa. A constitucionalidade da exigência destas multas está em discussão no STF (RE 796939 e ADI 4905). O valor atuado atualizado é de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão em 31 de dezembro de 2022 (R\$1,1 bilhão em 31 de dezembro de 2021) e, em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão no período.

Lucro Presumido

Em abril de 2016, a Arosuco (subsidiária da Ambev) recebeu autuação relacionada à utilização de Lucro Presumido para o cálculo do IRPJ e da CSLL em detrimento do método de Lucro Real. Em setembro de 2017, a Arosuco foi intimada da decisão desfavorável em primeira instância administrativa e apresentou Recurso Voluntário. Em 2019, foi proferida decisão favorável definitiva à Companhia pelo CARF, cancelando a autuação.

Em março de 2019, a Arosuco recebeu novo auto de infração da mesma matéria e apresentou Impugnação. Em outubro de 2019, a primeira instância administrativa proferiu decisão desfavorável e a Arosuco interpôs recurso voluntário para o CARF, o qual aguarda julgamento.

A Arosuco estima que o valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, vide Nota Explicativa 3 (q) - *Sumário das principais políticas contábeis*, já atuado, é de aproximadamente R\$581,5 milhões em 31 de dezembro

de 2022 (R\$534,5 milhões em 31 de dezembro de 2021). Em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão realizada no período.

Lucro da Exploração

Em janeiro de 2020, a Arosuco (subsidiária da Ambev) recebeu autuação da Secretaria da Receita Federal do Brasil, relativa aos anos-calendário de 2015 a 2018, glosando o benefício de redução do Imposto de Renda previsto na Medida Provisória nº 2199-14/2001, com base no Lucro da Exploração, e apresentou impugnação administrativa. Em outubro de 2020, a Arosuco foi intimada da decisão desfavorável em primeira instância administrativa e apresentou Recurso Voluntário, que aguarda julgamento.

O valor autuado atualizado deste tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, vide Nota Explicativa 3 (q) - *Sumário das principais políticas contábeis*, é de aproximadamente R\$2,3 bilhões em 31 de dezembro de 2022 (R\$2,1 bilhões em 31 de dezembro de 2021). Em virtude da avaliação das chances de perda, não houve provisão realizada no período.

O referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23 - vide Nota Explicativa 3 (q) - *Sumário das principais políticas contábeis* -, impactou anos-calendário subsequentes aos autuados (2019 a 2022), em que a Arosuco igualmente se beneficiou da redução do Imposto de Renda prevista na referida MP 2199-14/2001. Caso ocorram novos questionamentos no futuro sobre a mesma matéria, nas mesmas bases e com os mesmos fundamentos dos autos de infração referidos, a Companhia estima que o desdobramento dessas eventuais novas discussões seja consistente com o período já autuado.

Dedutibilidade de despesa do JCP

Durante o exercício de 2013, conforme aprovado em Assembleia, a Companhia implementou uma reestruturação societária com objetivo de simplificar sua estrutura e unificar suas classes de ações, dentre outros. Um dos passos desta reestruturação envolveu a troca de ações e subsequente incorporação das ações de sua controlada Companhia de Bebidas das Américas na Ambev S.A. Como uma das consequências desta operação, a Ambev S.A. reconheceu em seus registros contábeis a contrapartida da diferença entre o valor de suas ações emitidas para referida troca e o valor patrimonial das ações da controlada no patrimônio líquido, nos termos do IFRS 10/CPC 36 e ICPC09, na rubrica *ajustes de avaliação patrimonial*.

Em novembro de 2019, a Ambev recebeu autuação da Receita Federal referente à dedução dos Juros sobre Capital Próprio (“JCP”) relativa ao ano-calendário de 2014. Os questionamentos referem-se, primordialmente, aos efeitos contábeis e societários da reestruturação societária efetuada pela Companhia no ano de 2013, e seus impactos no incremento do cálculo do limite da dedutibilidade do JCP. Em agosto de

2020, foi proferida uma decisão parcialmente favorável à Companhia pela primeira instância administrativa e, em face dessa decisão, a Ambev interpôs Recurso Voluntário para análise do caso pelo CARF, o qual aguarda julgamento. A parcela favorável da decisão de primeira instância administrativa deverá ser submetida a reexame perante o CARF.

Em dezembro de 2020, a Companhia recebeu um novo auto de infração relacionado à dedução das despesas de JCP para os anos-calendários de 2015 e 2016. A Companhia apresentou defesa contra esse novo auto em janeiro de 2021. Em junho de 2021, a Ambev obteve decisão parcialmente favorável em primeira instância administrativa e apresentou Recurso Voluntário ao CARF, o qual também aguarda julgamento. Assim como no primeiro auto de infração, a parcela favorável da decisão de primeira instância administrativa deverá ser submetida a reexame perante o CARF.

Em dezembro de 2022, a Companhia recebeu um novo auto de infração relacionado à dedução das despesas de JCP para o ano-calendário de 2017. A Companhia apresentou defesa contra esse novo auto e atualmente aguarda decisão pela DRJ.

O valor autuado atualizado deste tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, vide Nota Explicativa 3 (q) - *Sumário das principais políticas contábeis*, é de aproximadamente R\$13,8 bilhões em 31 de dezembro de 2022 (R\$10,5 bilhões em 31 de dezembro de 2021). Em virtude da avaliação das chances de perda, não houve provisão realizada no período.

Este tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23 - vide Nota Explicativa 3 (q) - *Sumário das principais políticas contábeis* -, continuou a ser aplicado pela Ambev e impactou os anos-calendário subsequentes aos autuados (2018 a 2022), em que a Companhia igualmente distribuiu JCP e os deduziu da base tributável do seu Imposto de Renda. Dessa maneira, caso a dedutibilidade dos JCP também venha a ser questionada no futuro, nas mesmas bases e com os mesmos fundamentos dos autos de infração referidos, a Companhia estima que o desdobramento dessas eventuais novas discussões seja consistente com o período já autuado.

Utilização de prejuízo fiscal em incorporação

A Companhia é parte em autos de infração, lavrados pela Receita Federal do Brasil, os quais visam a cobrança de suposto crédito tributário decorrente da não concordância pelo Fisco Federal com o aproveitamento integral de prejuízo fiscal acumulado para abatimento do lucro real por empresas em seu último ano de existência, decorrente de incorporação.

Em relação a dois dos processos administrativos, em fevereiro de 2016, a Ambev foi notificada do encerramento da fase administrativa e ingressou com ações judiciais para discussão do tema. Em setembro de 2016, a Ambev recebeu a primeira decisão favorável de 1ª instância judicial, a qual foi confirmada pela 2ª instância judicial em

dezembro de 2022. Essa decisão ainda está sujeita a recurso pela Fazenda Nacional. Em março de 2017, a Ambev recebeu decisão desfavorável de 1ª instância judicial no segundo caso em discussão no judiciário e apresentou Recurso de Apelação, o qual aguarda julgamento na 2ª instância judicial.

Há um terceiro caso em discussão na esfera administrativa sobre o tema no qual, em junho de 2019, foi proferida decisão desfavorável à Companhia pelo CARF. Em face dessa decisão, a Companhia apresentou Recurso Especial, o qual aguardava julgamento pela CSRF em 31 de dezembro de 2022.

O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23 - vide Nota Explicativa 3 (q) - *Sumário das principais políticas contábeis* -, já atuado, em 31 de dezembro de 2022, é de aproximadamente R\$548 milhões (R\$411,9 milhões em 31 de dezembro de 2021), e, portanto, não houve nenhuma provisão feita sobre a matéria.

PIS e COFINS

PIS/COFINS sobre bonificações

Desde 2015, a Ambev vem sendo atuada pela Receita Federal do Brasil para cobrança de valores supostamente devidos a título de PIS e COFINS sobre bonificações concedidas a seus clientes. Por reputar que tal cobrança é ilegítima, a Companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais. Em 2019 e 2020 foram proferidas decisões favoráveis à Companhia na esfera administrativa, sendo que parte dessas decisões ainda estão sujeitas a reexame. Há apenas um caso na esfera judicial que aguarda julgamento da apelação interposta pela Companhia após decisão desfavorável de primeira instância judicial.

A Ambev estima que o valor envolvido nos processos em 31 de dezembro de 2022, classificado como perda possível, seja de aproximadamente R\$1,6 bilhão (R\$1,8 bilhão em 31 de dezembro de 2021).

ICMS e IPI

ICMS Guerra Fiscal

Ao longo dos anos, a Companhia, e suas subsidiárias receberam autos de infração lavrados pelos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, entre outros, relacionados com a legalidade da tomada de créditos de ICMS em operações contempladas com incentivos fiscais concedidos por outros Estados da Federação. A Companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais.

Em agosto de 2020 o STF julgou, pela sistemática de repercussão geral, o RE 628.075 em que foi reconhecida a constitucionalidade da glosa unilateral, pelos Estados de destino, dos créditos de ICMS oriundos de incentivos fiscais concedidos por outros

Estados da Federação. A decisão também reconheceu que eventual cobrança destes créditos deve preservar os efeitos da convalidação dos incentivos fiscais conforme disposto na Lei Complementar nº 160/2017. Essa decisão não altera a probabilidade de perda dos casos em curso envolvendo a Companhia e suas subsidiárias.

Com relação às autuações recebidas pelo Estado de São Paulo em relação aos créditos originários no Estado do Amazonas, houve decisões desfavoráveis na segunda instância administrativa no segundo trimestre de 2022. Nestes casos, a Companhia apresentou recursos perante a segunda instância administrativa ainda em 2022. Por sua vez, referente a autuações recebidas pelos Estados de São Paulo e Minas Gerais, entre outros, houve decisões favoráveis em 2022, que reduziram a contingência reportada em aproximadamente R\$0,3 bilhão.

A Ambev estima que o valor atualizado envolvido nos processos, em 31 de dezembro de 2022, classificado como perda possível, é de aproximadamente R\$1,7 bilhão (R\$2,0 bilhões em 31 de dezembro de 2021).

ICMS - ST Gatilho

A Companhia e suas subsidiárias, ao longo dos anos, receberam autos de infração para cobrança de supostas diferenças de ICMS que alguns Estados entendem devidas, no regime de substituição tributária, nas hipóteses em que o preço de venda dos produtos atinge valores próximos ou superiores aos parâmetros estabelecidos nas pautas fiscais publicadas pelos Estados, casos em que as autoridades fiscais estaduais entendem que a base de cálculo deve ser baseada no preço da operação acrescido de uma margem de valor agregado e não no valor da pauta. Por reputar que tal cobrança é ilegítima, as empresas estão questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais. A Companhia estima que o valor total atualizado de risco possível envolvido nos processos desta matéria, em 31 de dezembro de 2022, é de aproximadamente R\$9,3 bilhões (R\$8,4 bilhões em 31 de dezembro de 2021) e, em virtude de sua classificação de perda, não foram feitas provisões no período.

ICMS - PRODEPE

Em 2015, a Ambev recebeu Autos de Infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco para cobrança de diferenças de ICMS pelo suposto descumprimento das regras do Programa de Desenvolvimento de Pernambuco - "PRODEPE" por conta da retificação de suas obrigações acessórias. Em 2017, a Companhia obteve uma decisão final favorável reconhecendo a nulidade de um dos Autos de Infração por conta de erros formais. Entretanto, em setembro de 2018, a Ambev recebeu um novo Auto de Infração para discutir a mesma matéria. Nesse novo caso, em junho de 2020 foi proferida decisão de primeira instância parcialmente favorável à Companhia, reconhecendo erros do auditor fiscal no cálculo do incentivo. A parcela favorável da decisão é definitiva e, para a parcela desfavorável, a Companhia apresentou recurso, que aguarda julgamento. Além disso, existem outros autos de infração

relacionados ao PRODEPE, sendo que, alguns deles, já estão sendo discutidos no âmbito judicial.

A Companhia estima que o valor total atualizado de risco possível envolvido nos processos desta matéria, em 31 de dezembro de 2022, é de aproximadamente R\$663,9 milhões (R\$596,3 milhões em 31 de dezembro de 2021) e, em virtude de sua classificação de perda, não foram feitas provisões no período.

Zona Franca de Manaus - IPI e PIS/COFINS

Os produtos fabricados na Zona Franca de Manaus para remessa a outros lugares no Brasil são isentos e/ou sujeitos à alíquota zero de IPI e PIS/COFINS. Com relação ao IPI, as unidades da Ambev registraram crédito presumido de IPI nas aquisições de insumos isentos fabricados na Zona Franca de Manaus. Desde 2009, a Ambev tem recebido Autos de Infração glosando estes créditos.

Além disso, ao longo dos anos, recebeu cobranças da Receita Federal do Brasil (i) exigindo tributos federais considerados indevidamente compensados com os créditos de IPI relacionados aos casos em discussão, e (ii) PIS/COFINS com relação às remessas da Arosuco (subsidiária da Companhia).

Em abril de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 592.891/SP, com efeitos vinculantes, autorizando os contribuintes a registrarem créditos presumidos de IPI sobre aquisições de matérias-primas e insumos isentos oriundos da Zona Franca de Manaus. Por conta disso, a Companhia reclassificou parte dos valores relacionados aos processos de IPI para perda remota, mantendo como perda possível apenas os valores relacionados com outras discussões adicionais que não foram objeto de análise pelo STF.

As empresas estão discutindo a matéria nos tribunais administrativos e judiciais. A Companhia estima que o valor atualizado classificado como perda possível envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2022, é de aproximadamente R\$5,8 bilhões (R\$4,9 bilhões em 31 de dezembro de 2021).

Adicionalmente, foram exigidas multas isoladas em função da não homologação das compensações vinculadas à discussão acima que tramitam na esfera administrativa. A constitucionalidade da exigência destas multas está em discussão no STF (RE 796939 e ADI 4905). O valor autuado atualizado é de aproximadamente R\$271,6 milhões em 31 de dezembro de 2022 (R\$224 milhões em 31 de dezembro de 2021) e, em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão no período.

IPI Suspensão

No decorrer dos anos de 2014 e 2015, a Ambev recebeu Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil para cobrança do IPI supostamente devido na remessa de produtos acabados entre unidades da Companhia. A Companhia está discutindo a matéria nos tribunais administrativos e judiciais. A Ambev vem obtendo decisões finais parcialmente favoráveis na esfera administrativa. Em julho de 2022, a Ambev recebeu a primeira decisão judicial sobre essa matéria, a qual foi desfavorável e a Companhia apresentou recurso.

Em outubro de 2022, a Câmara Superior de Recursos Fiscais proferiu acórdão parcialmente favorável em um dos processos administrativos. A Ambev aguarda a intimação do acórdão, para avaliar se a parcela desfavorável da decisão poderá ser contestada na via judicial.

A Ambev estima que o valor atualizado classificado como perda possível envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2022, é de aproximadamente R\$1,7 bilhão (R\$1,6 bilhão em 31 de dezembro de 2021).

ICMS - AM

Em 2016 a Arosuco (subsidiária da Ambev) recebeu autos de infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas para cobrança de supostas diferenças de ICMS em virtude de questionamentos acerca da base de cálculo aplicada nas operações de venda pela Ambev às suas subsidiárias. A Arosuco está discutindo a matéria no tribunal administrativo do Estado. Após decisão de primeira instância desfavorável à Arosuco, foram apresentados recursos, que aguardam julgamento. A Arosuco estima que o valor atualizado classificado como perda possível envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2022, é de aproximadamente R\$561,5 milhões (R\$521,3 milhões em 31 de dezembro de 2021).

ICMS – ZFM

Em 2018 e 2021, a Ambev recebeu autos de infração lavrados pelas Secretarias de Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul e São Paulo para cobrança de supostas diferenças de ICMS decorrente da glosa de crédito oriundo de operações realizadas com fornecedores localizados na Zona Franca de Manaus. Com relação ao auto de infração lavrado pelo estado do Rio Grande do Sul, em fevereiro de 2022, a Ambev recebeu decisão favorável na esfera administrativa, a qual foi objeto de recurso por parte das autoridades fiscais.

Em maio e junho de 2022, com relação aos autos de infração lavrados pelo estado de São Paulo, a Ambev recebeu decisões desfavoráveis na esfera administrativa e apresentou recursos.

A Companhia está discutindo a matéria nos tribunais administrativos dos Estados. A Companhia estima que o valor atualizado classificado como perda possível envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2022, é de aproximadamente R\$730,3 milhões (R\$663,3 milhões em 31 de dezembro de 2021).

ICMS – FAIN

Nos últimos anos, a Ambev recebeu Autos de Infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado da Paraíba para cobrança de ICMS relacionada ao Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba – “FAIN”. As autuações decorrem de controvérsia acerca da transferência do incentivo fiscal da sucedida Companhia de Bebidas das Américas à sua sucessora Ambev S.A., bem como de questões metodológicas acerca do cálculo do benefício. A Companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais.

A Ambev estima que o valor atualizado classificado como perda possível envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2022, seja de aproximadamente R\$591,4 milhões (R\$540,5 milhões em 31 de dezembro de 2021).

Contingências ativas

Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

Em 2017, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) decidiu, no julgamento do RE 574.706/PR, com repercussão geral reconhecida, pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS e da COFINS. Referida decisão foi ratificada pelo STF em maio de 2021 no julgamento dos embargos de declaração apresentados pela Fazenda Nacional, oportunidade em que a Corte confirmou que o ICMS a ser excluído das bases de cálculo do PIS e da COFINS é aquele destacado em Nota Fiscal e modulou a decisão para produção de efeitos do julgado tão somente após 15 março de 2017 (data do julgamento do RE 574.706/PR), ressalvados os contribuintes que possuíam ações judiciais e administrativas protocoladas até esta data (que é o caso da Companhia e suas controladas). Especificamente sobre o ICMS sob a modalidade de substituição tributária, o Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) deu início ao julgamento do Tema 1125 com um voto favorável aos contribuintes, determinando, portanto, a exclusão dessa modalidade de ICMS nas bases de cálculo do PIS e da COFINS dos contribuintes substituídos.

A Companhia e suas controladas possuem diversas ações judiciais discutindo a inclusão do ICMS e/ou ICMS-ST nas bases de cálculo do PIS e da COFINS, a maioria delas com decisões favoráveis já transitadas em julgado. Em virtude de o regime tributário federal aplicável ao setor de bebidas ter sofrido mudanças ao longo do tempo, a Companhia e suas controladas possuem ações judiciais que se referem a três períodos distintos, a saber: (i) 1990 a 2009, (ii) 2009 a 2015 (quando estava em vigor o chamado “REFRI” – Regime Especial de Bebidas Frias, de acordo com o artigo

58-J da Lei nº 10.833, de 2003) e (iii) de 2015 até o presente momento (também conhecido como “Novo Modelo de Tributação”).

De 2018 a 2022, a Companhia e suas controladas reconheceram, em conformidade com o IAS 37/CPC 25, créditos tributários a recuperar no valor de R\$9,4 bilhões, dos quais: (i) R\$0,7 bilhão se refere ao período de 1990 a 2009 e R\$4 bilhões se referem ao Novo Modelo de Tributação – i.e. de 05/2015 até a implementação do provimento jurisdicional que autorizou a exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS diretamente em suas operações correntes, e cujo direito de recuperação está resguardado em virtude da definição da modulação de efeitos pelo STF no contexto do julgamento do RE 574.706/PR e (ii) R\$4,7 bilhões se referem aos períodos de 2009 a 2015, período em que vigente o regime REFRI.

Parte destes valores já foi objeto de compensação, conforme o trânsito em julgado das respectivas medidas judiciais e os trâmites administrativos necessários. Os valores ainda não compensados permanecem no ativo (vide Nota 9 - *Impostos a recuperar*).

O reconhecimento contábil dos valores retro mencionados ocorreu tendo em vista (i) a realização do ganho ser praticamente certa de acordo com a decisão proferida pelo STF no RE 574.706/PR e as circunstâncias específicas de cada caso concreto e (ii) o valor poder ser estimado com razoável segurança, mediante o levantamento dos respectivos documentos e quantificação do indébito. No caso do crédito tributário relativo ao período em que vigente o regime “REFRI”, o valor pôde ser estimado com razoável segurança após a realização de um conjunto de análises (com a assessoria de consultores externos), que permitiram: (i) mensurar o ICMS total contido nos preços de venda a varejo que foram pesquisados pelo Governo Federal à época e que impactaram os preços de referência utilizados como base de cálculo do PIS e da COFINS; e (ii) calcular a exclusão desse ICMS total das bases de cálculo do PIS e da COFINS nas operações praticadas pela Companhia e suas controladas.

Em adição, com relação às operações após a implementação das decisões judiciais individuais autorizando a exclusão do ICMS das bases do PIS e da COFINS, a Companhia e suas controladas tiveram um impacto positivo de R\$5,1 bilhões, líquidos dos valores mencionados acima, que representaram uma redução na despesa de PIS e COFINS.

Para questões adicionais referentes a esse assunto, a Companhia estima que o ativo contingente passível de estimativa corresponda a aproximadamente R\$0,7 bilhão. Eventualmente, valores adicionais poderão ser divulgados e reconhecidos. Atualmente estes valores não são prováveis e praticamente certos, uma vez que dependem de circunstâncias específicas de cada caso, bem como de documentação física ainda não localizada e, conseqüentemente, não é possível a mensuração do valor do eventual indébito tributário a recuperar. Os valores serão divulgados e reconhecidos na medida em que a realização do ganho for provável e praticamente

certa, respectivamente, bem como os valores puderem ser apurados com razoável segurança.

Arbitragem Cerbuco Brewing Inc

A Cerbuco Brewing Inc., (“Cerbuco”), subsidiária canadense da Ambev, detém 50% do capital social da Cerveceria Bucanero S.A. (“Bucanero”), uma *joint venture* em Cuba. Em 2021, a Cerbuco instaurou um processo arbitral na Câmara de Comércio Internacional (“ICC”), relativo a um potencial descumprimento de determinadas obrigações relativas à tal *joint venture*, sendo que a ata de missão da ICC foi formalmente executada em 2022. A depender do desfecho do processo arbitral, poderá haver impacto na capacidade da Cerbuco de influenciar a administração das operações da Bucanero. Como resultado, nossa capacidade de continuar consolidando Bucanero em nossas demonstrações financeiras também poderá ser afetada. Segundo os advogados da Cerbuco, a probabilidade de perda estimada nesse caso é possível. O impacto financeiro envolvido ainda não pode ser estimado, pois depende do resultado da arbitragem.

32 PARTES RELACIONADAS

Políticas e práticas quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia adota práticas de governança corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação que lhe é aplicável.

Nos termos do estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração a aprovação de quaisquer negócios ou contratos entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladas (exceto aquelas integralmente controladas), administradores e/ou acionistas (incluindo os sócios, diretos ou indiretos, dos acionistas da Companhia). Ao Comitê de Governança da Companhia (anteriormente denominado Comitê de Partes Relacionadas e Condutas Concorrenciais, conforme atualização aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 14 de outubro de 2022) cabe assessorar o Conselho de Administração em assuntos relativos às transações com partes relacionadas, entre outros assuntos.

É vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante, ainda que em tese, com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria a sua não participação na deliberação.

É regra da Companhia que as transações com partes relacionadas sigam condições razoáveis e comutativas, em linha com as que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contrataria com terceiros, estejam claramente refletidas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e sejam formalizadas em contratos escritos.

Transações com membros da Administração

Além dos benefícios de curto prazo, os administradores são elegíveis ao Plano de Opções de Compra de Ações e ao Plano de Remuneração Baseado em Ações, conforme mencionado na Nota 28 - *Pagamento baseado em ações*.

O total das despesas com Administradores da Companhia está demonstrado a seguir:

| | Controladora e Consolidado | |
|---|-----------------------------------|----------------|
| | 2022 | 2021 |
| Benefícios de curto prazo ⁽ⁱ⁾ | 74.168 | 68.324 |
| Pagamento baseado em ações ⁽ⁱⁱ⁾ | 66.008 | 65.250 |
| Total da remuneração do pessoal-chave da Administração | 140.176 | 133.574 |

(i) Corresponde substancialmente a honorários de Administradores e participação no resultado (incluindo bônus por desempenho).

(ii) Corresponde ao custo das opções, ações diferidas e ações restritas concedidas aos Administradores. Nos valores acima não consta a remuneração do Conselho Fiscal.

Exceto pela remuneração descrita acima e pelos programas de opções de compra de ações e de remuneração baseada em ações (Nota 28 - *Pagamento baseado em ações*), a Companhia não possui nenhum tipo de transação com os administradores, tampouco saldos pendentes a receber ou a pagar em seu balanço patrimonial.

Transações com os acionistas da Companhia

a) Assistência médica, odontológica e outros benefícios

A Fundação Zerrenner é uma das acionistas da Ambev, com 10,2% de seu capital social total. A Fundação Zerrenner é também uma entidade legalmente independente, cujo principal objetivo é proporcionar aos funcionários ativos e certos inativos, da Ambev, no Brasil, assistência médica e odontológica, auxílio em cursos de formação técnica e superior e instalações para assistência e auxílio a idosos, por meio de iniciativas diretas ou acordos de assistência financeira com outras entidades. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as responsabilidades atuariais relativas aos benefícios proporcionados diretamente pela Fundação Zerrenner eram integralmente cobertas pelos ativos da Fundação Zerrenner mantidos para tal fim, os quais excedem em montante significativo o valor dos passivos atuariais em tais datas.

A Ambev reconhece os ativos (despesas antecipadas) desse plano na extensão do valor do benefício econômico disponível para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras.

As despesas incorridas pela Fundação Zerrenner com terceiros, no Brasil, para fornecer os benefícios acima mencionados aos funcionários da Companhia totalizaram R\$308.883 (R\$279.381 em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$270.748 e R\$38.135 relacionados aos funcionários ativos e inativos respectivamente

(R\$247.202 e R\$32.179 em 31 de dezembro de 2021 relacionados aos funcionários ativos e inativos respectivamente).

b) Licenciamentos

A Companhia mantém contratos de licenciamento com a Anheuser-Busch Inc., para produzir, engarrafar, vender e distribuir os produtos Budweiser no Brasil, no Canadá e na Argentina, e acordos de venda e distribuição de produtos Budweiser na Guatemala, na República Dominicana, no Paraguai, em El Salvador, na Nicarágua, no Uruguai, no Chile, no Panamá, na Costa Rica e em Porto Rico. Além disso, a Companhia produz e distribui produtos Stella Artois sob licença da AB InBev no Brasil e no Canadá e, por meio de licença concedida à AB InBev, esta distribui produtos Brahma nos Estados Unidos e em diversos países, tais como Reino Unido, Espanha, Suécia, Finlândia e Grécia. A Companhia e suas subsidiárias possuem também contrato de licenciamento com o Grupo Modelo, uma subsidiária da AB InBev, para importar, produzir, promover e revender produtos *Corona* (*Corona Extra*, *Corona Light*, *Coronita*, *Pacífico* e *Modelo*) em países da América Latina e no Canadá e com a Spaten-Franziskaner-Bräu GmbH, uma subsidiária da AB InBev, para produzir, promover, anunciar e vender a *Spaten* no Brasil.

Neste contexto, a Companhia registrou R\$22.532 (R\$17.009 em 31 de dezembro de 2021) e R\$736.686 (R\$818.979 em 31 de dezembro de 2021) como receita e despesa de licenciamento nas informações consolidadas, respectivamente.

Transações com partes relacionadas

| Circulante | Controladora | | | |
|------------------|----------------------|--------------------|---------------------------------|-------------------------------|
| | 2022 | | | |
| | Contas a receber (i) | Contas a pagar (i) | Empréstimos/ Mútuo a receber | Empréstimos/ Mútuo a pagar |
| AB USA | 1.275 | (7.580) | - | - |
| Ambev Luxemburgo | 85 | - | - | (9.097) |
| Arosuco | 165.103 | (1.107.512) | - | - |
| Cervejaria ZX | 2.017 | (10.651) | 1.993 | - |
| CMQ | 62.931 | (58.432) | - | - |
| CRBS | 258.862 | (14.266) | - | - |
| Cympay | - | (42.844) | - | - |
| Incrível | 769 | (148) | 11.014 | - |
| Labatt Brewing | 2.816 | (12) | - | (180.859) |
| Maltería Pampa | 3.197 | (59.412) | - | - |
| Outras | 255.399 | (136.578) | 2.911 | (19.083) |
| | 752.454 | (1.437.435) | 15.918 | (209.039) |

(i) O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

| Circulante | Controladora | | | |
|------------------|----------------------|--------------------|---------------------------------|-------------------------------|
| | 2021 | | | |
| | Contas a receber (i) | Contas a pagar (i) | Empréstimos/ Mútuo a receber | Empréstimos/ Mútuo a pagar |
| AB USA | 1.851 | (10.731) | - | - |
| Ambev Luxemburgo | 33 | (1.291) | - | - |
| Arosuco | 175.449 | (1.076.233) | - | - |
| Cervejaria ZX | 12.487 | (8.676) | 356 | - |
| CMQ | 127.232 | (65.759) | - | - |
| CRBS | 1.102.313 | (158.573) | - | - |
| Cympay | - | (65.446) | - | - |
| Incrível | 3.828 | (4.390) | 14 | - |
| Labatt Brewing | 82 | (14) | - | (133.160) |
| Maltería Pampa | 3.419 | (31.679) | - | - |
| Outras | 178.079 | (131.911) | 15.126 | (19.693) |
| | 1.604.773 | (1.554.703) | 15.496 | (152.853) |

(i) O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

| Não circulante | Controladora | | | |
|------------------|---------------------|---------------------|-----------------|---------------------|
| | 2022 | | 2021 | |
| | Mútuo a receber | Contas a pagar | Mútuo a receber | Contas a pagar |
| Ambev Luxemburgo | - | (2.601.000) | - | - |
| Arosuco | - | (2.214.307) | - | (2.214.307) |
| Labatt Brewing | - | (16.376.176) | - | (18.659.362) |
| Monthiers | - | (435) | - | (465) |
| Incrível | - | - | 11.000 | - |
| Cervejaria ZX | 63.322 | - | 43.322 | - |
| Zé Soluções | - | - | 2.500 | - |
| | 63.322 | (21.191.918) | 56.822 | (20.874.134) |

| Circulante | Consolidado | | |
|----------------------|----------------------|--------------------------------|--------------------|
| | 2022 | | |
| | Contas a receber (i) | Outras contas a receber (i) | Contas a pagar (i) |
| AB Africa | 1.584 | - | - |
| AB InBev | 142.678 | - | (81.969) |
| AB Package | - | - | (79.325) |
| AB Services | 23.738 | - | (5.651) |
| AB USA | 71.101 | - | (237.741) |
| Bavaria | 13.912 | - | (6.931) |
| Cervecería Modelo | 12.044 | - | (345.474) |
| Cervecerías Peruanas | 929 | - | (46.421) |
| Inbev | 1.032 | 23.861 | (12.183) |
| Panamá Holding | 3.850 | - | - |
| Outras | 19.815 | 947 | (14.735) |
| | 290.683 | 24.808 | (830.430) |

(i) O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

| Circulante | Consolidado | | | |
|----------------------|----------------------|-----------------------------|--------------------|----------------------|
| | 2021 | | | |
| | Contas a receber (i) | Outras contas a receber (i) | Contas a pagar (i) | Dividendos a receber |
| AB Africa | 5.282 | - | - | - |
| AB InBev | 45.423 | - | (167.018) | - |
| AB Package | - | - | (63.117) | - |
| AB Services | 32.698 | - | (3.024) | - |
| AB USA | 34.498 | 11.454 | (330.678) | - |
| Bavaria | 3.604 | - | (11.046) | - |
| Cervecería Modelo | 6.133 | - | (548.431) | - |
| Cervecerías Peruanas | 3.362 | - | (16.594) | - |
| Inbev | 813 | 26.412 | (26.448) | - |
| Panamá Holding | 4.643 | - | - | 1.512 |
| Outras | 18.708 | 1.093 | (44.300) | - |
| | 155.164 | 38.959 | (1.210.656) | 1.512 |

(i) O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

| Não circulante | Consolidado | |
|-------------------|--------------------|------------------|
| | 2022 | 2021 |
| | Contas a pagar | Contas a pagar |
| ITW International | (343.556) | (407.916) |
| | (343.556) | (407.916) |

Os quadros abaixo demonstram as transações com partes relacionadas, as quais foram reconhecidas no resultado:

| Empresa | Controladora | | | | |
|----------------------|----------------------------|--|-----------------------------|--|----------------------|
| | 2022 | | | | |
| | Venda de produtos e outros | Prestação de serviço / reembolso de despesa e outros a receber | Compra de produtos e outros | Prestação de serviço / reembolso de despesa e outros a pagar | Resultado financeiro |
| AB InBev | - | 5.160 | (123.952) | - | 8.297 |
| Ambev | - | - | - | - | (7.782) |
| Luxemburgo | - | - | - | - | (7.782) |
| Arosuco | 211.050 | 217.654 | (2.524.545) | - | 8.401 |
| Cervecería Paraguaya | 63.809 | - | (65.030) | - | (3.640) |
| CMQ | 31.696 | - | (318.023) | - | (3.569) |
| CND | - | - | - | - | (6.221) |
| CRBS | 9.045.503 | 153.872 | (4.208) | - | 5.917 |
| Cympay | - | - | (441.521) | - | (7.340) |
| Labatt Brewing | - | 6 | - | - | (866.349) |
| Maltería Pampa | - | - | (1.016.406) | - | (2.129) |
| Maltería Uruguay | - | - | - | - | 999 |
| Outras | 266.105 | 7.963 | (196.050) | (1.513) | (1.982) |
| | 9.618.163 | 384.655 | (4.689.735) | (1.513) | (875.398) |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

| Controladora | | | | | |
|----------------------|-----------------------------------|--|------------------------------------|--|-----------------------------|
| 2021 | | | | | |
| Empresa | Venda de produtos e outros | Prestação de serviço/ reembolso de despesa e outros a receber | Compra de produtos e outros | Prestação de serviço/ reembolso de despesa e outros a pagar | Resultado financeiro |
| AB InBev | 717 | (4) | (109.902) | (1.384) | 674 |
| Ambev Luxemburgo | - | - | - | - | (121.053) |
| Arosuco | 183.425 | 226.929 | (2.233.156) | - | 1.583 |
| Cervecería Paraguaya | 110.724 | 1 | (37.583) | - | 2.825 |
| CMQ | 42.756 | - | (278.931) | - | 5.251 |
| CND | - | - | - | - | 3.190 |
| CRBS | 7.775.595 | 121.649 | (4.242) | - | 2.030 |
| Cympay | - | - | (393.823) | - | (555) |
| Menu pontoCom | 9.270 | - | - | (509) | - |
| Labatt Brewing | - | 6 | - | - | (760.308) |
| Maltería Pampa | - | (68) | (671.776) | - | 1.460 |
| Maltería Uruguay | - | - | (166.145) | - | 570 |
| Outras | 181.502 | 11.964 | (264.142) | (118) | 28.666 |
| | 8.303.989 | 360.477 | (4.159.700) | (2.011) | (835.667) |

| Consolidado | | | | | |
|----------------------|-----------------------------------|--|------------------------------------|--|-----------------------------|
| 2022 | | | | | |
| Empresa | Venda de produtos e outros | Prestação de serviço/ reembolso de despesa e outros a receber | Compra de produtos e outros | Prestação de serviço/ reembolso de despesa e outros a pagar | Resultado financeiro |
| AB InBev | 124 | 5.160 | (117.335) | (8.464) | 208.685 |
| AB Package | - | - | (356.779) | - | - |
| AB Procurement | - | - | - | (18.127) | - |
| AB USA | 25.519 | - | (1.129.673) | (3.173) | (35) |
| Ambev Peru | 617 | - | - | - | - |
| Bavaria | 32.043 | - | (56.674) | - | - |
| Cervecería Modelo | 124.356 | - | (1.323.634) | - | - |
| Cervecerías Peruanas | 1.736 | - | (49.578) | - | - |
| GCC India | - | - | - | (7.051) | - |
| Inbev | - | - | (129.807) | - | - |
| ITW International | - | - | - | - | 37.267 |
| Outras | 84.796 | 9.642 | (87.154) | - | 1.947 |
| | 269.191 | 14.802 | (3.250.634) | (36.815) | 247.864 |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev

| Empresa | Consolidado | | | | |
|----------------------|-----------------------------------|--|------------------------------------|--|-----------------------------|
| | 2021 | | | | |
| | Venda de produtos e outros | Prestação de serviço/ reembolso de despesa e outros a receber | Compra de produtos e outros | Prestação de serviço/ reembolso de despesa e outros a pagar | Resultado financeiro |
| AB InBev | 717 | - | (180.300) | (10.688) | (16) |
| AB Package | - | - | (286.740) | - | - |
| AB Procurement | - | - | - | (16.104) | - |
| AB USA | 32.061 | - | (1.209.940) | (3.862) | 337 |
| Ambev Peru | 3.178 | - | - | - | - |
| Bavaria | 30.935 | - | (56.967) | (27) | - |
| Cervecería Modelo | 764 | - | (1.708.215) | (10) | - |
| Cervecerías Peruanas | 3.186 | - | (32.934) | - | - |
| GCC India | - | - | (9) | (8.243) | - |
| Inbev | - | - | (107.905) | (4) | - |
| ITW International | - | - | - | - | 42.207 |
| Outras | 19.561 | 3.641 | (142.928) | - | - |
| | 90.402 | 3.641 | (3.725.938) | (38.938) | 42.528 |

Denominações utilizadas nos quadros acima:

AB InBev Procurement GmbH (“AB Procurement”)
 Ambev Luxembourg S.A.R.L. (“Ambev Luxemburgo”)
 Ambrew S.A.R.L. (“Ambrew”)
 Anheuser-Busch Inbev Africa (Pty) Ltd. (“AB Africa”)
 Anheuser-Busch InBev N.V. (“AB InBev”)
 Anheuser-Busch Inbev Services LLC (“AB Services”)
 Anheuser-Busch Inbev USA LLC (“AB USA”)
 Anheuser-Busch Packaging Group Inc. (“AB Package”)
 Arosuco Aromas e Sucos Ltda. (“Arosuco”)
 Bavaria S.A. (“Bavaria”)
 Cervecería Modelo de Mexico S. de R.L. de C.V. (“Cervecería Modelo”)
 Cervecería Nacional S de RL (“Panamá Holding”)
 Cervecería Nacional Dominicana, S.A. (“CND”)
 Cervecería Paraguaya S.A. (“Cervecería Paraguaya”)
 Cervecería y Maltería Payssandú S.A. (“Cympay”)
 Cervecería y Malteria Quilmes S.A.I.C.A. y G. (“CMQ”)
 Cervejaria ZX S.A. (“Cervejaria ZX”)
 Compañía Cervecera Ambev Peru S.A.C. (“Ambev Peru”)
 CRBS S.A. (“CRBS”)
 GCC Services India Private Ltd. (“GCC India”)
 Inbev Belgium N.V. (“Inbev”)
 Incrível Comércio de Bebidas e Alimentos S.A. (“Incrível”)
 Interbrew International B.V. (“ITW International”)
 Labatt Brewing Company Limited (“Labatt Brewing”)
 Maltería Pampa S.A. (“Maltería Pampa”)
 Maltería Uruguay S.A. (“Maltería Uruguay”)
 Menu ponto Com Comércio Eletrônico e Representação S.A. (“Menu ponto Com”)
 Monthiers S.A. (“Monthiers”)

Unión de Cervecerías Peruanas Backus Y Johnston S.A.A. (“Cervecerías Peruanas”)
Zé Soluções Tecnológicas De Comércio De Bebidas Ltda. (“Zé Soluções”)

33 COMPANHIAS DO GRUPO

Abaixo estão listadas as principais companhias e o percentual de participação do grupo:

Argentina

CERVECERÍA Y MALTERIA QUILMES SAICA Y G 99,75%
Charcas 5160 - Buenos Aires

Bolívia

CERVECERÍA BOLIVIANA NACIONAL S.A. 85,34%
Avenida Montes 400 e Rua Chuquisaca 121 - La Paz

Brasil

AMBEV S.A. Companhia
Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1.017, 3º andar, Itaim Bibi, Consolidadora
São Paulo

AROSUCO AROMAS E SUCOS LTDA. 100,00%
Avenida Buriti, 5.385, Distrito Industrial - Manaus - AM

CRBS S.A. 100,00%
Avenida Antartica, 1.891, Fazenda Santa Úrsula -
Jaguariúna - SP

CERVEJARIA Z.X. S.A. 100,00%
Avenida Antartica, 1.891, Fazenda Santa Úrsula -
Jaguariúna - SP

Canadá

LABATT BREWING COMPANY LTD. 100,00%
207 Queens Quay West, Suite 299 - M5J 1A7 - Toronto

Chile

CERVECERÍA CHILE S.A. 100,00%
Avenida Presidente Eduardo Frei Montalva, 9.600 - Quilicura
- Santiago

Espanha

JALUA SPAIN, S.L. 100,00%
Juan Vara Terán, 14 - Ilhas Canárias

Luxemburgo

AMBEV LUXEMBOURG 100,00%
15 Breedewues - L1259 - Senningerberg

Guatemala

INDUSTRIAS DEL ATLÁNTICO S.A. 50,00%
KM 122 Ruta al Atlantico - C.P 01012 Teculután, Zacapa

Paraguai

CERVECERÍA PARAGUAYA S.A. 87,35%
Ruta Villeta KM 30 - Ypané

República Dominicana

CERVECERÍA NACIONAL DOMINICANA, S.A. 85,00%
Autopista 30 de Mayo, Distrito Nacional

Uruguai

LINTHAL S.A. 100,00%
25 de Mayo 444, office 401 - Montevideo

CERVECERÍA Y MALTERIA PAYSANDU S.A. 100,00%
Cesar Cortinas, 2.037 - Montevideo

MONTHIERS S.A. 100,00%
Cesar Cortinas, 2.037 - Montevideo

Panamá

CERVECERÍA NACIONAL S. DE R.L. 100,00%
Avenida Ricardo J. Alfaro, Corregimiento de Betania, Distrito
de Panamá

34 SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Ambev S.A.

***Demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Ambev S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Ambev S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Ambev S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

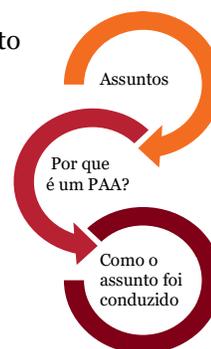
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ambev S.A. e da Ambev S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Ambev S.A.

Porque é um PAA

Exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS (Nota 1(b))

A Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, R\$ 1,2 bilhão referente a crédito tributário adicional decorrente da exclusão do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e serviços ("ICMS") das bases de cálculo das contribuições ao Programa de Integração Social ("PIS") e para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), em operações com subsidiárias, uma vez que o valor desse crédito adicional somente pôde ser estimado com razoável segurança, após (i) a consolidação do entendimento sobre o tema pela Procuradoria Geral da República ("PGFN"), com importantes esclarecimentos quanto ao conteúdo e efeitos da decisão de inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS proferida pelo Supremo Tribunal Federal ("STF") em anos anteriores; e (ii) a conclusão da análise, levantamento de documentos comprobatórios e quantificação do indébito a recuperar pela administração da Companhia.

Consideramos esse tema foco da nossa auditoria, dada a relevância dos créditos fiscais, o significativo exercício de julgamento pela diretoria e a complexidade no levantamento dos respectivos documentos e quantificação do indébito realizados pela Companhia, com a assessoria de seus consultores externos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do processo e dos controles internos estabelecidos pela diretoria para mensuração e reconhecimento dos créditos tributários, em conjunto com nossos especialistas.

Também avaliamos a razoabilidade dos julgamentos e critérios adotados pela diretoria para determinar o valor de tais créditos.

Adicionalmente, com auxílio de nossos especialistas em assuntos tributários e legais, efetuamos leitura das opiniões legais dos consultores externos da Companhia e avaliamos os aspectos legais e tributários da legislação brasileira para entendimento do mérito e argumentação que orientou a Companhia sobre o momento em que o ganho preencheu os requisitos para ser reconhecido, bem como a sua mensuração.

Confrontamos o total registrado nas demonstrações contábeis, segregado entre principal e atualização monetária, com as respectivas memórias de cálculo e, em base amostral, inspecionamos documentação que suportou os cálculos preparados pela diretoria.

Testamos a acuracidade matemática dos cálculos dos créditos e da atualização monetária, a fim de verificar a correta apuração dos valores.

E também avaliamos se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.

Consideramos que os critérios, dados e premissas adotados pela diretoria para a determinação dos créditos tributários, atualização monetária e as divulgações em notas explicativas estão consistentes com os dados e informações recebidas ao longo da nossa auditoria.



Ambev S.A.

| Porque é um PAA | Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria |
|--|--|
| <p data-bbox="261 499 799 590">Avaliação e divulgação de passivos contingentes tributários e tratamentos fiscais incertos (Nota 31)</p> <p data-bbox="261 625 889 940">A Companhia e suas controladas possuem assuntos relevantes de natureza tributária em discussão em várias esferas processuais. A determinação do prognóstico de perda dos processos administrativos e judiciais, especialmente daqueles envolvendo passivos contingentes e posições fiscais incertas de tributos sobre o lucro divulgados em nota explicativa, bem como do prazo e do valor de liquidação, depende de julgamentos críticos da diretoria.</p> <p data-bbox="261 976 889 1192">Para esses tratamentos fiscais incertos e contingências possíveis não há provisão constituída, em virtude da avaliação de prognóstico realizada pela diretoria da Companhia, e os valores em 31 de dezembro de 2022 totalizam R\$ 83.097.302 mil (controladora) e R\$ 89.651.654 mil (consolidado).</p> <p data-bbox="261 1228 889 1348">Mantivemos esse tema como foco de auditoria, dada a relevância dos valores envolvidos e a subjetividade no processo de classificação de riscos de perda.</p> <p data-bbox="261 1383 889 1539">Quaisquer mudanças nas estimativas ou premissas adotadas pela diretoria que influenciam a determinação do prognóstico de perda podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia e controladas.</p> | <p data-bbox="889 625 1500 814">Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do processo e dos controles internos estabelecidos pela diretoria para identificação, mensuração, reconhecimento e divulgação dos processos tributários nas demonstrações contábeis.</p> <p data-bbox="889 850 1500 1003">Obtivemos confirmações dos assessores jurídicos externos contemplando os prognósticos de perda para os processos tributários, bem como a sua respectiva quantificação para cada perspectiva de risco de perda envolvida.</p> <p data-bbox="889 1039 1500 1285">Também efetuamos avaliação, com auxílio dos nossos especialistas em aspectos tributários, das estimativas e critérios utilizados pela diretoria para os principais processos tributários em andamento, com o objetivo de avaliar a razoabilidade de prognósticos determinados pelos assessores jurídicos da Companhia, bem como argumentos e jurisprudências mencionadas pelos mesmos. .</p> <p data-bbox="889 1320 1500 1474">Para as posições tributárias relacionadas a tributos sobre o lucro, nos reunimos com a administração para discutir e avaliar as circunstâncias dos processos relevantes perante os requisitos da Interpretação ICPC 22/IFRIC 23.</p> <p data-bbox="889 1509 1500 1726">Consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria para a determinação dos passivos contingentes tributários, bem como dos tratamentos fiscais incertos, e as consequentes divulgações em notas explicativas estão consistentes com as posições dos assessores jurídicos da Companhia e controladas.</p> |



Ambev S.A.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Ambev S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.



Ambev S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 1º de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Alessandro Marchesino de Oliveira
Signed By: ALESSANDRO MARCHESINO DE OLIVEIRA:19521962801
CPF: 19521962801
Signing Time: 01 March 2023 | 16:31 BRT

Alessandro Marchesino de Oliveira
Contador CRC 1SP265450/O-8

Comentários sobre o comportamento das projeções empresariais

Ambev S.A. (“Companhia”) informa que, conforme divulgado no Fato Relevante do dia 24 de fevereiro de 2022, a projeção do CPV (custo dos produtos vendidos) por hectolitro, excluindo depreciação e amortização, para seu negócio de cervejas no Brasil (excluindo a venda de produtos de *marketplace* não Ambev), se refere ao ano de 2022.

Em 2022, este indicador apresentou crescimento de 16,6%, em linha com a projeção contida no referido Fato Relevante. Informações adicionais podem ser obtidas em nossas demonstrações contábeis e respectivo *press-release* de resultados, ambos disponíveis nos sites da Comissão de Valores Mobiliários e de relações com investidores da Companhia.

AMBEV S.A.
CNPJ/ME nº 07.526.557/0001-00
NIRE 35.300.368.941
Companhia Aberta

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Ambev S.A. (“Companhia”), em conformidade com as atribuições dispostas no Estatuto Social da Companhia, em seu Regimento Interno e nos incisos do art. 163 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, examinou: (i) as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (ii) o relatório do auditor emitido sem ressalvas pela PricewaterhouseCoopers; e (iii) o relato sobre o desempenho da Companhia realizado pelo Diretor Vice-Presidente Financeiro, de Relações com Investidores e Serviços Compartilhados. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados, os membros titulares do Conselho Fiscal, abaixo assinados, opinaram pela aprovação em Assembleia Geral do Relatório Anual da Administração, das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, da destinação do lucro líquido do referido exercício e da distribuição de juros sobre capital próprio na forma constante das Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 1º de março de 2023.

José Ronaldo Vilela Rezende

Elidie Palma Bifano

Vinicius Balbino Bouhid

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, o Diretor Presidente Executivo e os demais Diretores Vice Presidentes da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis e com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes.

Composição da Diretoria:

Jean Jereissati Neto - Diretor Presidente Executivo

Lucas Machado Lira - Diretor Vice-Presidente Financeiro, de Relações com Investidores e de Serviços Compartilhados

Eduardo Braga Cavalcanti de Lacerda - Diretor Vice-Presidente Comercial

Daniel Cocenzo - Diretor Vice-Presidente de Vendas

Daniel Wakswaser Cordeiro - Diretor Vice-Presidente de Marketing

Ricardo Morais Pereira de Melo - Diretor Vice-Presidente de Gente e Gestão

Valdecir Duarte - Diretor Vice-Presidente Industrial

Paulo André Zagman - Diretor Vice-Presidente de Logística

Letícia Rudge Barbosa Kina - Diretora Vice-Presidente Jurídica e de Compliance

Carla Smith de Vasconcellos Crippa Prado - Diretora Vice-Presidente de Relações Corporativas

Rodrigo Figueiredo de Souza - Diretor Vice-Presidente de Suprimentos

Eduardo Eiji Horai - Diretor Vice-Presidente de Tecnologia da Informação

Pablo Firpo - Diretor Vice-Presidente de Bebidas Não Alcoólicas

Daniela Gavranic Cachich- Diretora Vice-Presidente de Future Beverages

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, o Diretor Presidente Executivo e os demais Diretores Vice Presidentes da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis e com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes.

Composição da Diretoria:

Jean Jereissati Neto - Diretor Presidente Executivo

Lucas Machado Lira - Diretor Vice-Presidente Financeiro, de Relações com Investidores e de Serviços Compartilhados

Eduardo Braga Cavalcanti de Lacerda - Diretor Vice-Presidente Comercial

Daniel Cocenzo - Diretor Vice-Presidente de Vendas

Daniel Wakswaser Cordeiro - Diretor Vice-Presidente de Marketing

Ricardo Morais Pereira de Melo - Diretor Vice-Presidente de Gente e Gestão

Valdecir Duarte - Diretor Vice-Presidente Industrial

Paulo André Zagman - Diretor Vice-Presidente de Logística

Letícia Rudge Barbosa Kina - Diretora Vice-Presidente Jurídica e de Compliance

Carla Smith de Vasconcellos Crippa Prado - Diretora Vice-Presidente de Relações Corporativas

Rodrigo Figueiredo de Souza - Diretor Vice-Presidente de Suprimentos

Eduardo Eiji Horai - Diretor Vice-Presidente de Tecnologia da Informação

Pablo Firpo - Diretor Vice-Presidente de Bebidas Não Alcoólicas

Daniela Gavranic Cachich- Diretora Vice-Presidente de Future Beverages